Diário de Lisboa

ANO 55.º N.º 19018 — 00$50

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

XXVI ANOS DE LIBERDADE 2 ABRIL 1976

CHEGARAM 20 MIL TONELADAS DE BATATA

Quatro barcos surtos no Tejo são os últimos transportadores de 20 mil toneladas de batata de consumo chegadas a Lisboa para minorar a falta aflitiva que se vem sentindo em largas zonas do País. A descarga tem animado a faixa ribeirinha do Poço do Bispo, aonde populares acorrem desde há dias para (como S.Tomé) ver com os próprios olhos aquilo de que em boa verdade poderia duvidar-se. Entretanto são esperados novos carregamentos, mas estes de batata de semente, reclamada por inúmeras cooperativas. Havendo batata o leite não deixará de aparecer: assim correm as coisas nestes 89 mil quilómetros quadrados eminentemente agrícolas...

DIREITA ATACA

◆ Reforma Agrária periga em Coruche

◆ Mário Soares hostilizado na Madeira

A situação na área de Coruche provocada pela manipulação feita em torno de justas reivindicações de pequenos e médios seareiros, pondo em causa o futuro de Unidades Colectivas de Produção e a própria Reforma Agrária, poderá agravar-se consideravelmente, dada a oposição resoluta dos Sindicatos de trabalhadores agrícolas de Beja, Évora e Santarém a esta manobra.

«Apelamos para que se suspenda urgentemente as acções de força previstas e que se convoque imediatamente uma reunião entre representantes qualificados dos seareiros da zona, representantes dos sindicatos e das ligas, representantes do .A.P. e com a presença de elementos do C.R. para uma solução que satisfaça os legítimos direitos dos pequenos e médios seareiros e trabalhadores rurais, inteiramente possível e já várias vezes apontada pelos trabalhadores» — lê-se num documento elaborado esta madrugada, em Évora, no decurso de uma reunião dos Sindicatos de trabalhadores agrícolas daquele distrito, bem como de Beja e Santarém.

Este documento, entregue hoje ao Presidente da República, Conselho da Revolução, comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Pezarat Correia, e um governador civil de Santarém, face à decisão superiormente tomada de entregar terras das Unidades Colectivas de Produção (UCP) a seareiros de Coruche e ao conhecimento, que já há, de que mais seareiros serão colocados na área da UCP, denuncia os aspectos negativos destas medidas «para a manutenção do equilíbrio económico das Unidades» e para «a plena utilização de mão-de-obra dimensionada em relação à área ocupada».

Trata-se, acusam ainda os sindicatos dos trabalhadores agrícolas, de um «processo de desagregação das UCP's», coincidentes com «reivindicações cada vez mais fortes dos agrários», assumindo aspecto especialmente grave o facto de, segundo consta, se pretender «forças militarizadas para intervir nas UCP's». «ora isto mais não é do que lançar Forças Armadas contra o povo, contra a Lei da Reforma Agrária e contra a essência do processo revolucionário», prossegue o documento hoje divulgado.

Este documento deverá ser ainda apreciado hoje na reunião do Conselho da Revolução, iniciada cerca das 15 horas.

O TEXTO

«1 — Tendo tomado conhecimento de que vão ser entregues terras das Unidades Colectivas de Produção (U.C.P.) a seateiros de Coruche (tendo para o efeito sido elaborados despachos do subsecretário de Estado da Estruturação Agrária) nas quantidades de 30 hectares na herdade de Engal, 40 hectares na herdade de Casas Novas e 15 hectadres na herdade do Chão Barroso.

2 — Esta situação é apenas inicial. Com efeito, há conhecimento de continuidade futura, prevendo-se a colocação de mais seareiros na área das U.C.P.

3 — Com esta colocação não se resolverá eficientemente o problema dos seareiros,

Continua na pág. 20

No dia em que uma Constituição Política vai ser promulgada, consignando entre muitas outras coisas a liberdade de expressão e reunião dos cidadãos, o secretário-geral do Partido Socialista é praticamente obrigado a abandonar o Funchal, hostilizado por grupos separatistas minoritários, cuja actuação, facilitada pela tolerância das autoridades locais, deixou há muito de assumir uma forma de luta política para entrar no foro da delinquência vulgar.

A meio da manhã Mário Soares chegou a Lisboa. Vinha calmo e considerou que tudo o que se tinha passado no Funchal era obra de «um grupo de pessoas que, por desejarem conservar os seus privilégios, que sentem atingidos, agarraram-se à ficção da independência e fazem propaganda da independência da Madeira».

O líder do P. S. considera que isso cria o mau-estar na população e afirma verificar «que tem havido da parte das autoridades constituídas e particularmente das forças militares, como aliás sucedeu nos Açores, uma certa e excessiva tolerância para as pessoas que fazem propaganda pela independência, tolerância essa que tem levado certos madeirenses a permitirem-se assobiar o hino nacional e a permitirem-se dar vivas, publicamente, à independência».

À chegada a Lisboa, ainda com o rosto marcado pela tensão das horas vividas no Funchal, Mário Soares atacou veementemente o P. P. D. e o C. D. S.

Mário Soares considera ainda que esse clima permissivo tem encorajado «aquilo que não é mais que um sentimento muito minoritário da parte da população da Madeira».

O secretário-geral do P.S. aludiu depois aos incidentes de ontem, revelando: «Cheguei à Madeira, o ambiente era um pouco carregado, porque partidos que aqui no continente são contra a independência da Madeira e dos Açores e, lá, por razões eleitoralistas, fazem o jogo do separatismo, tinham proposto realizar hoje uma manifestação contra o Partido Socialista e contra o Partido Comunista, porque dizem que são partidários de uma autonomia mais larga do que aquela que foi garantida e votada na Constituição. Isto é evidentemente falso e não houve até discrepância entre os partidos, discrepâncias graves, quando foi da votação do estatuto de autonomia. Pelo contrário, esse estatuto de autonomia foi votado pelos principais partidos representados na Assembleia Constituinte e isso significa que por razões ainda eleitoralistas há partidos que têm uma linguagem em Lisboa e outra no Funchal. Isso é grave. Já sucedeu isso em relação aos Açores, já tive ocasião de me exprimir com uma certa severidade em relação ao que suceceu nos Açores, e agora faço-o da mesma maneira em relação à ilha da Madeira».

O secretário-geral do P.S. acusa os meios de Informação locais, especificamente o «Jornal da Madeira», pertencente ao Episcopado, de terem contribuído para o clima de excitação verificado.

«Verifica-se também uma coisa extremamente desagradável: é que há certos partidos que protestam, e muito legitimamente, quando os seus comícios são boicotados em certas regiões, mas quando se apanham em situação de serem maioritários fazem aos outros exactamente aquilo de que eles próprios foram vítimas».

E mais adiante: «O que é que se passou ontem, em síntese?

. Pois eu andei a passear pelo centro da cidade a pé, como qualquer cidadão.

Parece que isso seria a melhor homenagem ao Povo da Madeira e do Funchal.

Passear como de cost m , sem qualquer espécie de protecção nem guarda-costas. Fui tomar o meu café a uma esplanada e quando saí criou-se um certo burburinho à volta, pessoas que me conheceram, que

Continua na pág. 20

Lopes Cardoso polémico "Afinal a minha actuação é revolucionária ou reaccionária?"

(Págs. centrais)

Fim de semana sangrento em Espanha ?

(Pág. 13)

AMANHÃ NO "DL" Universidade do Minho: para quem?

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

A FRENTE DIPLOMÁTICA

Os políticos portugueses, sem se despirem de um tradicional provincianismo e com o deslumbramento próprio dos provincianos, descobriram as «relações internacionais» — ao nível dos partidos, ao nível do Estado. Deriva daí, com certeza, esta abertura da frente de combate em que se empenham, com algum exagero e denunciando propósitos, homens políticos e qualificados jornalistas. Falamos do combate pelas «Necessidades», da acesa disputa pela direcção da diplomacia portuguesa. E falamos, igualmente, do jogo de barragem que, batendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao fim e ao cabo, pretende atingir o Palácio de Belém.

A CHINA NO HORIZONTE EUROPEU DO P.P.D.

Vem de longe esta atracção do P.P.D. pela China. A recente aliança com a A. O. C. (e o P. C. de P. (m-l) veio integrar-se na visão estratégica das relações internacionais que o P.P.D. já defendia, em 1974, no texto em que se apresentou à opinião pública. Aliar essa inclinação pela China, a uma clássica política de integração de Portugal no campo de gravitação do capitalismo europeu, é a suprema habilidade de Sá Carneiro. Claro que, em conferência de Imprensa realizada para apresentar o «Programa de Governo do P.P.D.», o secretário-geral do partido disse: «Propomos desenvolver uma política externa activa, e coerente, norteada pelos objectivos claros de defesa dos interesses nacionais, privilegiando as relações com a Europa e países ocidentais, normalizando as relações com a China, lutando pela paz e segurança internacionais através de linhas de actuação capazes de emendar os erros que após anos de relativo isolamento foram recentementec cometidos pelos responsáveis pela condução da nossa diplomacia».

Quando fala dos erros «recentemente cometidos pelos responsáveis da nossa diplomacia», a alusão de Sá Carneiro visa Mário Soares ou pretende atingir Melo Antunes? O que é claro é que a política que se propõe privilegiar as relações com a Europa e com os «países ocidentais» (que discreta meneira de aludir aos U.S.A.!), que programa a normalização das relações com a China (com a ajuda do P.C.P.-M.L.), tem a ambição de rectificar os erros recentes e de vencer o velho isolamento.

É todo um programa. Directamente põe em causa Mário Soares e Melo Antunes. E não esqueçamos que a suprema condução da diplomacia portuguesa compete ao Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes — outra velha antipatia que Francisco Sá Carneiro capricha em não ocultar.

OS FALSOS DILEMAS

A defesa da independência nacional não passa pelo falso dilema: «país ocidental e alinhado» — «país terceiro-mundista e não-alinhado». Passa, sim, pela diversificação planeada das nossas relações internacionais sob os mais diversos planos: o económico, o cultural, o militar, o político. Se o auxílio europeu é condicionante, ou se pode revelar condicionante, há que criar serenamente, mas determinadamente, as condições que nos permitam resistir a pressões e prescindir de auxílios exteriores que venham acompanhados de exigências que nos vinculem e que limitem o valor supremo: a independência nacional.

A nossa política anticolonialista deverá significar para todos, e em primeiro lugar para os nossos diplomatas, negociadores e homens políticos, uma política de luta contra a própria situação semi colonial de semi dependência do nosso País. Os portugueses deverão contar com as suas próprias forças e precisam de uma equipa no Governo que seja capaz de mobilizar o povo, de empenhar as classes trabalhadoras, e os intelectuais e técnicos progressistas, na tarefa de reconstrução nacional. Nenhum auxílio exterior poderá resolver os nossos problemas se não criarmos um clima de consciente mobilização popular para o trabalho e para o controle da produção pelos trabalhadores. Mas não é possível pedir aos trabalhadores sacrifícios quando se confia no auxílio estrangeiro, no auxílio de países que não estão interessados na modificação da situação político-social em Portugal e na Península Ibérica.

SINAL POLÍTICO DE CRÉDITOS E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A luta pela direcção da diplomacia portuguesa não se limita ao quadro político, deverá ser associada à política de obtenção de auxílios internacionais e principalmente europeus. Deverá ser associada às condições de que esses auxílios, negociados em nome de Portugal ou negociados em benefício de partidos políticos, possam vir onerados. O sinal político desses créditos carece de ser analisado. Não podemos vincular a «revolução portuguesa» a um modelo internacional. Não podemos vincular a libertação do homem português aos modelos e ritmos de crescimento da economia do capitalismo desenvolvido, aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos. Uma política de independência nacional terá que assentar na diversificação das relações internacimais sob todos os planos — económico, cultural, militar, político —, e terá que basear-se na capacidade produtiva e criadora dos trabalhadores portugueses.

PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mais de 6,5 milhões de eleitores

Deve elevar-se a mais de 6,5 milhões o número de eleitores recenseados que poderão participar no acto eleitoral do próximo dia 25. Números certos e definitivos, o MAI ainda não os tem: faltam-lhes os resultados finais das contagens nas freguesias da Amadora, do concelho de Oeiras, e em duas freguesiasdo concelho de Santo Tirso. Um cálculo baseado nos números doa no passado e nos aumentos que deverão ter-se registado este ano, permite no entanto estimar aproximadamente naquele número o contingente de votantes potenciais este ano: cerca de 270 mil mais eleitores do que no ano passado — número não tão significativo como as expectativas anteriormente pareciam apontar, baseando-se nos novos maiores de 18 anos e principalmente nas largas centenas de milhares de retornados das ex-colónias posteriormente ao recenseamento de 1975.

O MAI divulgou os números provisórios relativos aos distritos do continente e das ilhas, bem como a percentagem que representam os aumentos registados. Os distritos com maior número de eleitores são naturalmente os de Lisboa e Porto (1.251.853 e 936.397, respectivamente, mas números que não incluem ainda as freguesias atrás mencionadas). Seguem-se os distritos de Setúbal, Aveiro, Braga, Santarém e Coimbra, todos com mais de 300 mil. Menos de 300 e mais de 200 mil inscritos têm os distritos de Viseu, Leiria e Faro. Entre 100 mil e 200 mil, os distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Évora, Portalegre, Beja e Funchal. Os distritos insulares dos Açores registam números consideravelmente mais baixos: Ponta Delgada, cerca de 84 mil, Angra do Heroísmo, cerca de 50 mil, e Horta, pouco mais de 25 mi. Por Macau inscreveram-se cerca de 3600 eleitores. Conhecem-se os números provisórios relativos à emigração pela Europa: cerca de 57 mil.

OPERAÇÕES PRÉ-ELEITORAIS

Entretanto, entraram na sua derradeira fase se operações pré-eleitorais — diz o MAI, num comunicado. «Em cada concelho, o respectivo presidente da Câmara, de posse do número de recenseados, efectua actualmente os desdobramentos e anexações das assembleias de voto (de modo a que em cada local de voto haja sensivelmente 500 eleitores) e dos quais afixará posteriormente um edital que permitirá aos eleitores tomarem conhecimento das suas secções de voto e dos locais em que elas funcionarão no dia da eleição». Por sua vez, «as juntas de freguesia estão a estabelecer os locais próprios para afixação de cartazes, jornais murais, manifestos e avisos que deverão ser respeitados pelos partidos concorrentes em cada círculo, durante a campanha eleitoral».

A campanha eleitoral começa às 0 horas do dia 4 e encerra às 24 do dia 25.

TEMPO DE ANTENA

Realiza-se esta tarde no salão nobre do MAI — ao Terreiro do Paço, em Lisboa — o sorteio para distribuição dos tempos de antena a conceder aos partidos concorrentes às eleições para a Assembleia da República. Ontem, a Comissão Nacional de Eleições, difundiu um comunicado solicitando aos diversos partidos a comparência dos seus delegados ao sorteio.

RESULTADOS LOGO

Os resultados das eleições serão conhecidos em curto espaço de tempo, logo que encerradas as urnas e à medida que o escrutínio for decorrendo. Isto graças ao equipamento técnico instalado na Gulbenkian e à articulação com os serviços montados em todas as capitais de distrito. Para se inteirar da situação em que se encontra a montagem do centro de escrutínio, o ministro da Administração Interna, comandante Almeida Costa, deslocou-se ontem à Gulbenkian. O comandante Costa Correia, do MAI, explicou aos jornalistas o funcionamento do sistema, sublinhando a melhoria registada este ano: doissistemas de computadores (um na Gulbenkian, outro no Ministério da Justiça) para funcionarem ao mesmo tempo, e ainda um sistema manual instalado na direcção da Arma de Transmissões do Exército (como recurso último para a hipótese (muito remota) dos dois sistemas falharem).

Refugiados políticos pedem auxílio

Dizendo «não à expulsão do companheiro Sanjines» e continuando a lutar «pelo direito ao refúgio político», os refugiados políticos latino-americanos estão a divulgar um comunicado, no momento em que começam a ser postas em prática medidas dirigidas aos estrangeiros que se encontram em território nacional. O texto contém um historial da situação que eles vêm enfrentando e demonstra as dificuldades que encontraram em Portugal, desde a chegada.

Dirigido aos trabalhadores e ao povo português, o comunicado começa por dizer que «é dura a luta dos trabalhadores latino-americanos contra os regimes opressivos e ditatoriais e fascistas que praticam as mais bárbaras formas de exploração capitalista, perseguições políticas e métodos de tortura até à morte. No decorrer desta luta, milhares de trabalhadores foram forçados a refugiar-se em outros países. E entre eles, encontram-se operários fabris, militares, técnicos, estudantes, etc.»

Os refugiados latino-americanos que estão em Portugal fazem parte, nomeadamente, chilenos, brasileiros e bolivianos, muitos deles vindos da Argentina onde hoje, outros 20 000 estão seriamente ameaçados pelo regime militar recém-chegado ao Poder.

Após o golpe militar no Chile, e lembrando-se da experiência vivida por centenas de portugueses que também haviam sido perseguidos, os latino-americanos pensaram que cá encontrariam o refúgio e a solidariedade que necessitavam, após o 25 de Abril.

Reconhecendo que chegaram a Portugal num momento em que os problemas portugueses predominam sobre as soluções, o comunicado diz que são 150 os refugiados latino-americanos que começaram a chegar em Agosto de 1974. Alguns, nem alojamento conseguiram. As dificuldades em conseguirem algum trabalho criaram-lhes sérios problemas quando à subsistência. Nunca tiveram qualquer auxílio especial.

Apesar disso, alguns deles conseguiram um trabalho e uma certa integração social. Porém, nenhum dos Governos Provisórios resolveu os problemas de fundo, deixando a grande maioria dos refugiados latino-americanos sem condições de vida, sem documentação e numa situação cada vez mais insegura.

Diz o comunicado: «Hoje deparamos com uma vasta campanha contra os refugiados políticos, seguidas de saneamentos, prisões e expulsão. Esta campanha, desencadeada há mais de dois meses, trouxe-nos sérios problemas e ameaça-nos a todos. Encontramo-nos sujeitos a arbitrariedades que eram impossíveis, até há pouco tempo, nesse país. Essa campanha, que se desenvolve em larga escala, tem como objectivo atingir a nós, refugiados políticos. Uma propaganda intensa junto às populações visa identificar a actual situação de violência (assaltos, crimes, etc.) com a nossa presença em Portugal, tendo como objectivo a nossa prisão e expulsão.»

PRIMEIRA EXPULSÃO

Jorge Sanjines, boliviano, estudante de arquitectura, ex-trabalhador do Fundo de Fomento Habitacional foi preso no passado dia 3 de Março e declarado expulso, sendo obrigado a abandonar Portugal até ao dia 17 do mês passado. A decisão, entretanto, foi modificada e Jorge Sangines ficou sob residência fixa, devendo apresentar-se à Polícia de Estrangeiros a cada 5 dias. Mas a declaração de expulsão mantém-se, forçando o estudante boliviano a buscar, afanosamente, país que o aceite. A ordem baseou-se na falta de documentação de Sanjines e à sua situação irregular no país. Pergunta o comunicado: «qual documentação e qual irregularidade se, até ao momento, o Governo Português não assinou os acordos internacionais que possibilitam gozarmos do Estatuto de Refugiado político e possuirmos a documentação legal?»

O comunicado ainda refere a utilização do Decreto 302/72, portanto do tempo de Caetano, onde é feita distinção entre refugiados e portugueses, e o facto da sua presença, ainda a essa altura, ser considerada provisória.

Os refugiados latino-americanos pedem aos sindicatos, comissões de trabalhadores, de moradores, partidos políticos e organizações unitárias que se solidarizem com a sua luta, atendendo à situação em que se encontram e intercedendo junto das autoridades para que os seus problemas, finalmente, tenham uma solução rápida e satisfatória, além de contribuirem com tudo o que possa garantir a sua subsistência em Portugal. Essas contribuições poderão ser enviadas para a Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos — CNARPA, à Rua António Maria Cardoso, 68, 1.º, em Lisboa.

ASSEGURA EANES

Maior estabilidade após as eleições

Estou convencido que o próximo período eleitoral e a actuação das forças militares durante as eleições vão dar maior estabilidade, particularmente ao exército e vão consciencializá-lo acerca da sua missão nacional, declarou aos jornalistas o general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército, que ontem efectuou uma visita de rotina ao destacamento militar de Aveiro.

O general Ramalho Eanes, que considerou as próximas eleições como factor de estabilização político-militar, proferiu uma alocução durante a qual focou essencialmente o espírito de disciplina e coesão militar características daquela unidade.

SOUTO CRUZ NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO

O vice-almirante Souto Cruz chefe do Estado-Maior da Armada, deslocou-se ontem ao Instituto Hidrográfico para mais uma visita no âmbito das que tem vindo a realizar a unidades e serviços da Marinha.

O CEMA que chegou àquele instituto cerca das 14,30, foi recebido pelo director-geral, comodoro Rui Palhinha e pelos oficiais em serviço no Instituto Hidrográfico. Em seguida presidiu a uma sessão de trabalho, em que tomaram parte o director-geral, directores e chefes de serviço, e na qual foram apresentados os principais problemas que afectam as actividades de investigação do mar da responsabilidade do Instituto Hidrográfico, nomeadamente nos sectores da Navegação, da Hidrografia, e da Oceanografia Física.

A avaliação desses problemas vai incidir na definição dos objectivos dentro das futuras linhas de acção da Armada, no equacionamento dos meios de material e pessoal a atribuir, e na procura das soluções mais adequadas.

post scriptum

A campanha eleitoral e a Igreja

Aproxima-se a campanha eleitoral e como no passado ano iremos assistir, principalmente no Norte do País, a «sessões de esclarecimento» por parte de certos padres reaccionários que saudosos dos velhos tempos do fascismo, vão descarregar, sobre as humildes populações, doses maciças de mentiras, para que essas mesmas populações continuem a viver no obscurantismo, única forma de serem facilmente dominadas por aqueles que sempre as exploraram.

A tónica dessas «sessões» vai ser o anticomunismo, e como tal, vão dizer-lhes que os comunistas comem criancinhas, que matam os velhos com uma injecção atrás da orelha, que roubam as propriedades e toda uma série de insultos indignos de quem se diz defensor da justica social.

Bom era, que em vez de proferirem estas blasfémias, se inspirassem nos bons doutores da Igreja, os quais afirmaram a respeito da propriedade o seguinte:

S. Basílio — «o rico é um bandido»

S.Jerónimo — «a fortuna pessoal é sempre produto de um roubo»

S.Gregório Magno — «os ricos egoístas são homicidas»

S. Gregório de Niza — «o rico é um criminoso que tem a goela sempre aberta para devorar o alimento dos outros»

S. Clemente — «em boa justiça tudo deveria pertencer a todos, foi a iniquidade que fez a propriedade privada».

Mas não, não se vão inspirar nestes bons doutores, mas sim nos maus doutores que eram os salazares que também se diziam da Igreja, e que deixaram nesses padres reaccionários a semente da injustiça, a qual continua a florescer para infelicidade dos desprotegidos que são a maioria e em favor dos privilegiados que são a minoria.

Armando Henriques da Silva — COVA DA PIEDADE

Cenas eventualmente chocantes

Costa da Caparica, zona de banhos da Praia da Rainha, entre as 16 e as 17 horas do dia 27/3/76. Dezenas, senão centenas, de crianças brincam despreocupadamente à beira-mar.

De repente, por entre as crianças que champinham na água, irrompem a alta velocidade, no meio de gases e ruídos, 6 ou 7 motos.

Foi só uma. Foi só uma criança, das muitas que lá estavam, que caiu atingida pela moto. A moto rasgou-lhe profundamente a sua perna esquerda. Não fosse a pronta acção dos populares e a moto tinha fugido. Foi só uma, mas podiam ter sido dezenas.

É difícil de conceber uma motorizada em plena praia, mas mais difícil é esquecer um rosto de criança que chora a sua perna ensanguentada.

É a isto que eu chamo cenas eventualmente chocantes. Cenas destas chocam mesmo. Dói.

Polícias de trânsito: precisam-se urgentemente para a Caparica.

Arménio Silva Santos — COVA DA PIEDADE

Os netos dos avós

Como qualquer pessoa de bem, fiquei atónito com o decidido no Supremo Tribunal de Justiça a respeito dos símbolos do MRPP e do PCP.

Mas logo considerei: — A verdade é que os rapazes do MRPP são precisamente os netos dos avós. Aindalhes fica mal ser do CDS. E toda a gente sabe quanto custa contrariar o capricho de um neto, vê-lo fazer beicinho.

Veio-me então à lembrança aquele episódio do ano passado que os jornais contaram com tanto pitoresco: os rapazes presos e, a interceder por eles, os pais e... **os avós**! Divino! Estes revolucionarios ainda têm avô...

Ninguém se figuraria, uns anos atrás, os avós de um Francisco Miguel ou de José Magro a pedir audiências para safar os netos das mãos da Pide.

Mas esta rapaziada, sem um Rosa Casaco lá dentro, até nem queria sair da cadeia. Era preciso pô-los cá fora à força! A gente viu.

Boas idades...

... E vida folgada.

Estas considerações fi-las só comigo mesmo, e ainda bem. Pois foi este curso de pensamentos que me levou a ver, claramente visto, o que se tinha passado no Supremo. E como eu estava a ser exagerado.

O que se passou no Supremo foi muito simples, e não é preciso ser bruxo para adivinhar.

Foi assim:

« — Quem sabe ler não se confunde: lá estão as letras, o PCP de um lado, o MRPP do outro. E quem não sabe ler também não se ilude. Os símbolos conhecem-se à légua. Pelo cheiro: um cheira a sangue, suor e lágrimas; o outro cheira a cueiros. Não há problema».

F. Ferreira — LISBOA

As vinhas da cólera

Não vê esta gente que trai, calunia, ataca quem não se pode defender, esta pequena burguesia desmiolada e suja, sem pátria e sem moral, que o preço do seu «frete» aos patrões e aos fascistas, o salário da sua ignomínia, lhe trará apenas, a curto prazo, incertos lucros circunstanciais? Não vê que a longo prazo, e talvez mesmo a médio, está condenada?

O povo conhece os nomes dos seus inimigos e dos aliados dos seus inimigos. E ao sol da sua indignação vão amadurecendo as vinhas da sua cólera. Não contem com facilidades, da próxima vez.

Fernando Barros — Lisboa

A ECONOMIA NO SECTOR CONTROLADO PELO ESTADO

III — A CONCORRÊNCIA ENTRE EMPRESAS JORNALÍSTICAS COM INTERVENÇÃO ESTATAL

Henrique Oliveira

É sabido que em qualquer tipo de sociedade há sempre uma certa forma de concorrência ou de competição que é salutar. Em países socialistas ela deve existir no espírito de cada trabalhador, do director da fábrica, das pessoas que têm à sua responsabilidade a política de planeamento, etc. O desejo de melhor cumprir a tarefa individual ou colectiva só pode ser bem entendido nesses países, uma vez que os frutos serão sempre, directa ou indirectamente, para bem da colectividade. Nos chamados países capitalistas todos sabem, por outro lado, que é precisamente o sistema de concorrência, estimulado pelo lucro, que constitui o motor do desenvolvimento económico e, nesse contexto, também positivo para a sociedade em globo, ressalvando-se a muito desigual distribuição de riqueza.

Vale a pena dizer que nos países capitalistas existem muitas vezes sectores públicos em concorrência com sectores privados dentro do mesmo ramo. Julga-se que desse modo se estimula a criatividade e se provoca uma maior aceleração do desenvolvimento económico. Uma abordagem deste tipo ao fenómeno da concorrência poderia conduzir à ideia de que toda a concorrência é lícita e... positiva! Claro que não é verdade, se atendermos ao modo de existência nas sociedades capitalistas, pois verifica-se que essa concorrência desliza com maior facilidade para fórmulas negativas em que passa a valer a «lei da selva» tendente ao máximo lucro. O nosso país foi, até 25 de Abril, um belo exemplo de capitalismo selvagem, em que essa concorrência ou competição se fazia aos mais altos níveis nos respectivos gabinetes. Com efeito, os grandes grupos e as grandes empresas, em vez de esgrimir no campo da técnica e da eficiência, dirigiam as suas energias para obter benesses, alvarás, créditos vantajosos, etc.

Numa sociedade como a nossa, que finalmente se pretende em transição para um «mundo melhor», parece-nos de toda a evidência acautelar o fenómeno da concorrência. Há que aproveitar o que de positivo existe na concorrência entre os sectores público e privado (ou só privado, ou só público) e sobretudo estar atento a que se não mantenham os tais aspectos negativos que poderão permanecer.

No caso das empresas jornalísticas, (que abordamos por estarmos a escrever num jornal e nos parecer um caso interessante e exemplar), e no caso daquelas que têm a intervenção do Estado, a concorrência positiva ao nível da produção do seu produto principal o jornal, poderá e deverá fazer-se no sentido de cada uma, dentro do seu estatuto editorial, pugnar por uma maior qualidade, deixando aos leitores, colocados em iguais circunstâncias, o poder de escolha em relação ao leque de publicações com o qual se sentir, ou não identificado.

É perigoso pensar-se em concorrência a partir deste limite, pois isso poderia conduzir os jornais a subestimarem a verdade e a isenção e, movidos por «instintos comerciais», procurarem atingir os grandes grupos sociais esquecendo ao mesmo tempo correntes e pensamentos ligados a minorias.

É aliás um problema importante, este, pois relaciona-se com os défices mensais de que o público está habituado a ouvir falar. Todos se recordam de uma tecla muito batida há meses atrás: alguns jornais estatizados vendiam-se pouco e produziam grandes prejuízos por veicularem uma ideologia não aceite pela maioria do povo português. A realidade presente tem demonstrado que isso não é verdade. Não é aí que está o fulcro da questão mas, passando por agora por cima desse aspecto, o que importa acentuar é que se não devem entender os serviços públicos de uma Imprensa como serviços condicionados pelo lucro, que, neste caso, seria o... menor prejuízo!

Um outro ângulo importante do fenómeno que temos vindo a analisar nestas empresas parece-nos ser o da «disputa» que se estabelece para a captação de trabalhos gráficos de clientes estranhos, nomeadamente outros jornais. O comum dos leitores sabe que é prática corrente as empresas em épocas difíceis da sua existência, tendo capacidade produtiva disponível, subfacturarem os trabalhos ou serviços prestados numa tentativa de minorar momentaneamente os seus défices mensais de tesouraria, contabilizando apenas os chamados custos directos. É uma forma, portanto, de procurar receitas que cubram os encargos fixos, de mão-de-obra e outros.

Continua na pág. 4

POLÍTICA E FUTEBOL

Dias de Melo

Sentamo-nos os dois à mesa do canto, o meu amigo e eu. Silenciosos, olhamos, para além do vidro da montra rasgada a toda a largura da parede, três metros pelos menos, o movimento da rua: as carreiras e o zumbido, o ronco, a chiadeira dos automóveis, dos autocarros, dos eléctricos, das motorizadas. No recinto do café, — o falazar confuso das pessoas sentadas pelas outras bancas e dos que chegam apressados, pedem uma bica, emborcam-nos num zápete e logo se vão com a mesma pressa com que vieram.

Na mesa rente à nossa, um homem, só, de meia idade, cabelos grisalhos, rosto chupado e comprido, corpo alto e escanzelado, fato batido e zinzento — lê a informação política do «Notícias». Outro, na banca a seguir, embrenha-se, em igual leitura, nas colunas de «O Diário». Também de meia idade, cabemos desalinhados todos brancos, rosto redondo, balofo, olhos bugalhudos, corpo atarracado vestido de blusão de coiro negro e calças de ganga coçada. Outro ainda, mais ao longe, cara de fuinha e olhos de morganho, concentra-se em não sei quê de outro qualquer jornal que, à distância, não consigo identificar. E há dois, numa outra banca próxima também da nossa, imóveis, sem um gesto, sem uma fala, atentos ao texto de certo semanário desportivo: um a pender para a meia idade, abolachado do rosto, abaulado da barriga, olhos como faróis, papudinho das mãos, o outro ainda nos limites de uma juventude adiantada, cara de pintassilgo, nariz de galo galfarro, barriga de chicharro seco, mãos de galinha magra espalmadas na ponta dos gravetos dos braços.

Cheio de futebol, o semanário. Realmente desportivo? Será que o desporto não é senão futebol?

Adiante.

Entram pessoas. Um homem, hipopotâmico (coitado, ele não tem culpa de ser assim) junta-se ao leitor do «Notícias», à sua banca sentado.

— Boa tarde, **excelência** — diz, brincalhão, sublinhando a palavra **excelência**.

O homem soergue do jornal seus olhinhos de pombo torcaz, encara o que acaba de chegar, ironiza:

— Isso de **excelência** é coisa que já se não usa...

— Pois não...

— Mas sabe bem ouvir. — E o homem do «Notícias», um pouco amargurado:

— **Neste país, suprimiu-se a** delicadeza da convivência das pessoas.

O outro sorri:

— O que é que você entende por delicadeza? Acha que um excelência a menos, ou um excelência a mais, lhe é assim tão necessário?

O leitor do «Notícias» não responde.

E ficam ambos calados, a olhar não sei o quê. O que acaba de chegar entala no rasgão dos lábios grossos um cigarro langoroso, que acende com um um fósforo tímido.

Dos que na outra banca próxima lêem o semanário desportivo, o de cara abolachada dirige-se-lhes com o à-vontade de um conhecimento velho. Futebol... Muito futebol.

Não sei bem como, nem a que propósito, vem a política à baila, sem que o futebol seja posto de lado, tudo num **diz-se que se diz** generalizado de mesa para mesa, com palavras de simpatia, palavras de brncadeira, palavras de aplauso, palavras de azedume, às vezes a combinarem-se em surpresas de duplo sentido estranho e inesperado:

... Vasco Lourenço...

... Pinheiro de Azevedo...

... Contra o Belenenses...

...O Melo Antunes...

... Não fosse o treinador...

...O Zenha e o Mário Soares...

Nós, de fora, apenas vemos, apenas ouvimos. O meu amigo olha, indiferente (de facto indiferente?...) o movimento da rua, para além do vidro da montra...

... O Benfica...

... Vasco Gonçalves...

... Joga nas reservas...

... O PCP é o melhor...

... O Cunhal...

... Quem ganha é o «Porto»...

Eu, atento, olhos semicerrados por trás do fumo do meu cachimbo, procuro compreender o que se passa e diz à minha volta...

... Aposto no CDS...

... O Sá Carneiro...

... O guarda-redes não está em boa forma...

... O Freitas do Amaral...

E assim por aí adiante.

Não. Não tão indiferente nem tão abstracto como parecia, o meu amigo, que deixa cair, em surdina, no meio de nós:

— Levaram meio século a narcotizar-nos com futebol e mais... A história dos três «efes»: Futebol, Fado, Fátima. Agora...

Leva aos lábios a chávena do café:

— Era uma doença. Agora, temos mais esta: a política. Foi uma caldeira, demasiado tempo sob grande pressão, que rebentou e se pôs a espirrar por todos os lados...

Vai sorvendo, vagaroso, da sua chávena branca, o líquido preto:

— Assim somos nós, depois de tantos anos amordaçados. Mas...

Depõe a chávena vazia no pires à sua frente:

— Passou a doença. A epidemia. Começamos a ficar intoxicados.

Oponho-me:

— Penso que é necessário e salutar que as pessoas falem e se interessem por política.

O meu amigo cruza as mãos sobre o mármore negro da taça da mesa:

— Certo, quando se trate de política que seja política.

— E isto não é política?

O meu amigo olha-me por momentos:

— Isto que anda para aí caldeado com futebol?! Não. Isto...

Interrompe-se, aquele seu olhar aparentemente abstracto voltado para a rua, para o movimento da rua, para a barulheira da rua. Eu, cachimbo mordido nos dentes, espero, até que ele prossegue:

—... Isto...

Suspende-se, tira da algibeira num maço de cigarros, acende com o isqueiro o que mete na boca, conclui:

— Não. Isto que se discute, comenta, aprecia tal qual como se discute, comenta e aprecia futebol — não é, não pode ser política: não passa de uma mistela mal amassada, mal cozida, mal mastigada e pior digerida...

O movimento, barulheira da rua.

No café, as pessoas continuando a falar de política e de futebol. A falar de política nos mesmos termos com que falam de futebol.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

ABRANGENDO O DISTRITO DE AVEIRO

CONVOCATÓRIA

A TODOS OS TRABALHADORES TÊXTEIS

CONSIDERANDO:

1) — Que a maioria dos trabalhadores têxteis são mulheres, e que por isso mais directamente sentem as dificuldades criadas pelo desenfreado aumento do custo de vida.

2) — Que a classe têxtil é das classes trabalhadoras mais mal pagas e que por isso os nossos míseros salários não chegam para sustentar a nossas famílias.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, convoca todos os trabalhadores a participarem na manifestação promovida por mulheres trabalhadoras que se realiza no dia 3 do corrente, sábado às 16.30 na Praça General Humberto Delgado.

— **Contra o aumento do custo de vida !**
— **Contra a falta de géneros !**
— **Contra a sabotagem dos círculos comerciais e o apoio aos intermediários, autênticos parasitas !**
— **Pela consolidação da liberdade e da Democracia !**
— **Por uma vida próspera e feliz para os trabalhadores !**

Porto, 1 de Abril de 1976.

A DIRECÇÃO

VISITE O 10º SALÃO NAUTICAMPO

NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

DE 2 A 11 DE ABRIL (HORÁRIO:)
DIAS UTEIS DAS 16H. ÀS 23H.-SAB. E DOM. DAS 15H. ÀS 23H.

Nacional

A ECONOMIA NO SECTOR CONTROLADO PELO ESTADO

Continuação da pág. 3

A situação que de facto existe nas empreas jornalísticas que também funcionam como «casas de obras» é precisamente a que acabámos de citar; simplesmente neste caso um dos produtos assim fabricados são jornais que, ao serem colocados no mercado, vão agravar ainda mais a situação das empreas que os compuseram e imprimiram.

Quando o público muitas vezes se interroga de como os jornais «independentes» conseguem dar lucro, muitos deles com níveis baixos de tiragem, ou desconhece que afinal dão prejuízo (apesar de grandes parangonas de órgãos independentes e grandes vendas!) ou então são realmente rentáveis mas à custa da exploração (é o termo) de empresas estatizadas. Estas aceitam voluntariamente tal exploração, prática de resto seguida por empresas privadas que, em épocas de resistência a sabotagens ou de busca de sobrevivência, igualmente facturam abaixo do real, não incluindo gastos gerais, amortizações, lucros, etc.

Pelo que atrás se disse, praticando uma política individualista e a longo prazo suicida (embora compreensível) as empresas acabam por se encontrar numa situação difícil, e sem descortinarem melhores dias. Deve-se dizer que não é possível sair destes caos sem que antes se defina uma política económica sectorialmente adaptada às condicionantes existentes. No contexto actual, em que, como se tem vindo a analisar, as empresas são deixadas à sua (má) sorte, pode concluir-se que os prejuízos serão sempre grandes, e neste caso concreto susceptíveis de sistemático aproveitamento pelas diferentes forças políticas.

Tanto mais que a opinião pública se habituou a uma certa sensibilidade aos tais défices, hábito provocado em grande parte por sectores políticos que agora parecem pouco preocupados com a manutenção ou até agravamento do problema.

É evidente que em tal conjuntura, novos «empresários» sem qualquer experiência e, porque não dizê-lo, sem qualquer sentido de responsabilidade social, se abalançam a lançar cada vez mais jornais. É seguro, pois quase nada arriscam, têm grandes probabilidades de ganhar e, mais grave ainda, se vierem a perder, como são sociedades de responsabilidade limitada, basta abrir falência e quem perderá duplamente serão as empresas que «fizerem» esses jornais. Melhor dizendo: banca do povo **versus** povo português.

Adiantando um pouco mais, sempre diremos que apesar de nos parecer clara a situação em que as empresas jornalísticas se enredam (ou deixam enredar) parece-nos justo duvidar se em cada uma delas haverá consciência destes factos. É que um jornal da manhã, ao fazer para um cliente um jornal da tarde (barato) pode pensar que não está a provocar a sua própria ruína, mas, como pratica a mesma política de preços que a empresa de um jornal da tarde que faz um jornal da manhã (barato) os efeitos curzam-se e na realidade ambos se afundam. Estarão todos de acordo sobre este ponto?

Outro aspecto de concorrência negativa pode ser citado em relação às empresas jornalísticas: o da «caça» aos redactores, a quem são oferecidos salários por vezes superiores aos que usufruiam no jornal onde trabalhavam. É quase como se um ministério deficitário aliciasse um chefe de repartição doutro ministério, pagando-lhe um salário superior e dando aso a que o ministério lesado por sua vez faça o mesmo com qualquer outro. É um facto que isto nada resolve e parece-nos que as administrações teriam obrigação de saber que esses jornalistas assim aliciados têm tido os seus vencimentos congelados (ou por lei, acima dos 12 contos, ou por determinação do Conselho de Ministros depois do reinício das publicações após 27 de Novembro) nas empresas onde trabalham e onde muitas vezes lhes é reconhecida a justiça de melhor salário.

Por outro lado não se vê como neste clima anárquico de «salve-se quem puder» entre empresas do Estado é possível criar um clima de justiça social, quando na prática se vê o trabalhador-intelectual com um mero valor de mercado. Acena-se com uns milhares de escudos a mais aos que deveriam ser os principais obreiros duma transformação social e quantos saberão resistir a tão sedutora sociedade, que os privilegia para os utilizar?

As administrações dos jornais poderão dizer que nada sabem desses tais convites aos quadros para enriquecimento das suas «oficinas». Acreditamos, mas fazemos um apelo para que no futuro os gestores públicos não sejam recrutados entre homens tão ingénuos!

É importante que se discuta o problema da concorrência entre empresas com participação do sector público no mesmo ramo de actividade. Pensa-se que o consenso final salvaguardará alguns aspectos extremamente positivos, mas também se deverá concluir que se o Estado não se dispuser a criar os organismos necessários a uma política económica coordenada e controlada, o descalabro será total.

As empresas, assim em completo abandono, seguirão provavelmente pelo caminho da autodestruição e cada vez mais estaremos mais longe de construir algo melhor. Antes do colapso total, talvez venham depois dizer aquilo que já aqui atrás se escreveu: que o Estado não tem «máquina» e como tal só a iniciativa privada poderá salvar a Pátria!

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALURGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

POR UMA CONTRATAÇAO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO

Foi recentemente publicado o diploma regulador das convenções colectivas de trabalho. O Movimento Sindical já se pronunciou sobre os princípios a que deve obedecer esta regulamentação. Defendemos e reafirmamos que o processo de contratação colectiva seja o mais possível liberto da intervenção estatal. Embora não seja liberal, pois se exige o reconhecimento da força organizada dos trabalhadores como factor determinante das transformações políticas, económicas e sociais que ponham termo à exploração capitalista.

Tomou o Movimento Sindical conhecimento de manobras de Associações Patronais negando-se a aceitar a aplicação retroactiva de cláusulas das convenções colectivas. Invocam o Decreto-Lei n.º 164-A/76, que regulamenta estas relações, com o pretexto de que este diploma proibe essa retroactividade, o que é falso, pois nada há no referido decreto-lei que possa servir de base a tais posições, pelo que essas atitudes não passam de manobras destinadas a tentar destruir, por limitações toda a prática de contratação livre que o próprio decreto-lei expressa.

O objectivo visado pelas entidades e associações patronais é, entre outros, o de aumentar o período de vigencia efectivo das convenções colectivas. Não havendo aplicação retroactiva nem períodos máximos para as várias fases do processo de revisão das convenções colectivas, fica aberta a porta ao boicote sistemático ao processo de negociação pelas Associações Patronais, nomeadamente prolongando ao máximo as negociações.

O Movimento Sindical,

1.º reafirma as posições tomadas pelos trabalhadores em amplas reuniões promovidas pelo Movimento Sindical e aprovadas pelo Plenário da Intersindical de 13.3.76, já divulgadas.
2.º denuncia as posições do patronato que, ao negar a aplicação retroactiva dessas cláusulas das convenções colectivas, pretende arrastar ao máximo as negociações e, por essa forma, liquidar a liberdade de negociação.
3.º não admite que com «interpretações» de última hora venha o Ministério do Trabalho a apoiar estas manobras do patronato pretendendo impor a proibição da retroactividade dessas cláusulas.

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA!
NÃO ÀS MANOBRAS DO PATRONATO E SEUS LACAIOS!

Lx. 1.4.76

A DIRECÇÃO

DAS 23.45 À MEIA-NOITE E QUINZE

SÓ MAIS 8 DIAS

E TAMBÉM AMANHÃ DAS 12.45 às 13.45 NO NIMAS M/13

Av. 5 Outubro, 43
Tel. 57 43 62

Direcção de Águeda Sena
Canç. de Sérgio Godinho
Projecções de Mira Jardim

Elenco:
Sheila Charlesworth
Maria N'Zambi
Carlos Mota
Helder Carita
Luís Riso
Ricardo Telmo
Viola Júlio Pereira

Este espectáculo tem o apoio da Direcção-Geral da Acção Cultural

USE-A 3 VEZES POR DIA

Nacional

Funcionários dos C.T.T., milindrados por uma notícia que «O Século» inseriu na edição de ontem intitulada «Correspondência violada — Um crime grave a pedir punição severa», concentraram-se no largo fronteiro daquele jornal exigindo um desmentido relativamente aos factos narrados. Houve conversações com a Chefia da Redacção e hoje «O Século» publica a moção dos trabalhadores dos C.C.T. na qual se repudia o que de falso existia na mencionada notícia. A moção vem publicada na primeira página, ocupando espaço igual ao que no dia anterior fora concedido àquilo que (segundo os funcionários dos C.T.T.) não passa de um boato

P.D.C. contra C.D.S.

«O eleitorado tem direito a ser esclarecido», afirmou ontem à tarde Santos Ferreira, do P. D. C., numa conferência de Imprensa dada por este partido na sua sede em Lisboa. O dirigente demo-cristão português referia-se à diferença entre o seu partido e o C. D. S., e acrescentou: «O C. D. S. só se proclamou abertamente como partido da democracia-cristão depois de o P. D. C. sofrer o afrontoso e gratuito afastamento das urnas em Abril de 75.» E acusou o C. D. S. de ter aprovado o «controlo operário selvagem juntamente com o P. S.».

A reunião do P. D. C. com os representantes dos órgãos de Informação serviu para apresentação das posições daquele partido perante a situação política actual e as eleições para a Assembleia da República que vão realizar-se no próximo dia 25. Ainda Santos Ferreira, que manifestou o descontentamento do seu partido em relação ao C. D. S.: fez um elogio ao P. P. D., «um partido democrático, de actuação democrática», disse, «e interessado na reconstrução nacional». Todavia, precisou, «o P. D. C. não aceita a social-democracia como via para o socialismo». Foram objecto de ataques verbais algo violentos o P. S. e o P. C. P.

Numa referência a Sanches Osório, foi este considerado «um herói do 25 de Abril... à altura do partido».

Cunhal na Rádio

. A Radiodifusão Portuguesa transmite hoje, no seu 1.º Programa, uma entrevista com Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P.

O tema será a Economia Nacional e a entrevista verificar-se-á às 20 e 30 e não às 21 e 30, como foi anunciado anteriormente, em virtude da transmissão integral do encerramento da Assembleia Constituinte, o que terá lugar às 22 horas.

CARLOS PUEBLA NA TORRE DE BELÉM

A voz de Cuba far-se-á ouvir domingo durante a festa que o P.C. leva a efeito nos relvados da Torre de Belém para apresentação dos candidatos comunistas à Assembleia da República.

Efectivamente, Carlos Puebla, cantor cubano cujos discos há já muito tempo se vendem entre nós, apresentará muitas das suas canções.

Como ontem noticiámos, a festa de apresentação dos candidatos começará às 10 horas e terminará à noite, compreendendo provas desportivas, teatro, cinema, exposições de pintura. etc.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os trabalhadores de escritório reunidos em Assembleia Geral no dia 25/3/76

1 — Estão preocupados com a actual situação política;
2 — Verificam que a libertação dos PIDES se está a processar de forma preocupante para a liberdade dos Portugueses alcançada após o 25 de Abril;
3 — A libertação dos PIDES insere-se numa vasta campanha que os fascistas e a direita reaccionária está a efectuar para recuperar todos os seus antigos privilégios e estancar o processo revolucionário em curso.

Decidem:

a) Alertar os órgãos do Poder Político para esta grave situação;
b) Repudiar as libertações dos PIDES.

Nota do Presidente da Mesa da Assembleia

Esta moção foi aprovada pela Assembleia no período — Antes do encerramento da sessão — Este período não tem carácter deliberativo. A moção foi, portanto, aceite pelo Presidente da Mesa somente como recomendação. Assim, nada o obrigava, esclarece-se, a fazê-la publicar.

O Presidente da Mesa entendeu, todavia, dever fazê-lo nesta circunstância. Por razões técnicas só agora isso foi possível.

Lisboa, 31 de Março de 1976.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Final unitário

Na última moção aprovada ontem, penúltimo dia dos respectivos trabalhos, os constituintes, de pé, saudaram e prestaram homenagem «à Comissão do M. F. A. e através dela aos 'Capitães de Abril' que restituíram ao Povo Português as condições de liberdade que o texto da Constituição consagra e garante».

Numa sessão que primou pela unidade (e unanimidade) os deputados aprovaram ainda por aclamação as conclusões da Comissão de Redacção lidas pelo respetivo relator, Vital Moreira (P. C. P.) e que fixam a Constituição em 312 artigos, número apenas ultrapassado pela Lei Fundamental Jugoslava.

A leitura definitiva do texto, que o Presidente Costa Gomes promulgará, logo à noite pelas 22 horas, foi concluída esta manhã. Registe-se que as correcções ou retoques feitos no texto pela Comissão Redactora mereceram a aprovação unânime dos seus elementos. A redacção final envolveu a homogeneização terminológica do texto; a correcção e melhoria da forma literária; a colocação de rubricas ou epígrafes em todos os artidos, etc.

HOMENAGEM AOS ASSISTENTES ANTIFASCISTAS

Ainda no capítulo das moções destaque-se uma outra que os deputados souberam aclamar de pé, em que se presta «homenagem a todos os que, com a sua heróica resistência, se sacrificaram em defesa da liberdade e da justiça, sem poderem viver este instante tão longamente sonhado». A moção sublinha ainda que o «seu exemplo inspirará os democratas portugueses que desejam um futuro melhor para o nosso povo».

Foi prestada igualmente homenagem ao prof. Henrique de Barros, pelo «alto sentido cívico, insenção partidária e esforço permanente no desempenho da sua difícil tarefa de dirigir a Assembleia, no cumprimento da sua missão histórica». Na moção salienta-se que esta homenagem ao presidente da Assembleia envolve «a expressão do seu profundo respeito, no reconhecimento vivo pelo seu passado exemplar de combatente antifascista».

Além das saudações à mesa da assembleia, aos vice-presidentes, aos secretários, é de sublinhar a moção aprovada aplaudida de pé que será publicada no Diário da Assembleia Constituinte, em que é saudado o trabalho dos trabalhadores-tarefeiros dos Serviços de Apoio. Aí se recomenda a sua recondução ou integração nos Serviços da futura Assembleia.

Os jornalistas do «DL» que acompanharam as sessões da Constituinte aproveitam também para agradecer àqueles trabalhadores toda a boa vontade e colaboração prestadas.

E.A.

Recomenda a Igreja: Eleitores devem comprar todos os dias o "Jornal da Madeira"

. FUNCHAL, 2 — Uma nota divulgada hoje pelo Gabinete de Informação da diocese do Funchal sob o título «Os católicos madeirenses e a campanha eleitoral», dá aos eleitores alguns esclarecimentos.

Destacamos algumas passagens da nota da diocese: «Não entregar o voto em branco»; «Não dar o seu voto a partidos políticos cujo programa é contra a concepção cristã do homem e da vida em sociedade como pessoa»; «Acompanhar a imprensa cristã, particularmente ler todos os dias o «Jornal da Madeira», que deve a sua existência à compreensão da grande maioria dos católicos do nosso arquipélago». (Recorda-se que o «Jornal da Madeira» é de orientação P.P.D. e que o seu director é justamente o líder do P. P. D. local).

A nota da diocese prossegue recordando aos sacerdotes que se devem abster de toda a actividade partidária, mas termina assim: «Pede-se aos párocos e demais sacerdotes que façam a leitura desta nota em todas as igrejas e capelas da diocese, na primeira oportunidade».

António Ramos: cinco dias de prisão

. O capitão pára-quedista António Ramos, ex-ajudante de Spínola, foi punido com a pena de cinco dias de prisão em consequência de um artigo publicado no semanário «Sol», considerado insultuoso para o brigadeiro Vasco Lourenço.

Como é do conhecimento público, o capitão António Ramos encontrava-se na situação dos militares acusados de presumível implicação no golpe contra-revolucionário de 11 de Março.

PRISÃO PARA FURRIEL DO R. I. Q.

Por ter consentido num minuto de silêncio, no passado dia 11 de Março, como homenagem ao soldado Luís, morto no Ralis havia precisamente um ano, foi punido com cinco dias de prisão disciplinar o segundo furriel Carlos Miranda, do Regimento de Infantaria de Queluz.

Batalha de La Lyz foi há 58 anos

. . Para comemorar o 58.º aniversário da Batalha de La Lys a agência de Lisboa da Liga dos Combatentes promove no dia 9, pelas 10 horas, uma romagem ao cemitério do Alto de S. João com deposição de flores nos talhões privativos e na cripta. Ainda no âmbito das celebrações realizar-se-á nesse mesmo dia, pelas 11 horas, uma concentração junto ao Monumento Nacional aos Combatentes, na Avenida da Liberdade.

Perdão e amnistia para a P.S.P.

Foi tornado extensivo ao pessoal da P. S. P. o disposto no Decreto n.º 729/75, que concede perdão e amnistia para diversos infracções de natureza militar.

Por outro lado, foram uniformizados os processos administrativos adoptados na P. S. P. e na G. N. R.

Ambas as disposições constam de decretos publicados no «Diário do Governo» I Série n.º 79.

MARIA FERNANDA COELHO GOMES DURÃO

FALECEU

Seu marido, filha, pais, sogros e mais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de sua querida esposa, mãe, filha, nora e parente, e que o funeral se realiza hoje dia 2 às 16 horas da Igreja de Nossa Senhora de Fátima para jazigo no cemitério de Almada.

A FUNERÁRIA DE PALHAVÃ
Telef. 771882

S.P.C. — SERVIÇO PORTUGUÊS DE CONTENTORES, S.A.R.L.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Balanço e Contas do S.P.C. — Serviço Português de Contentores, SARL, referente ao exercício de 1975.

Reflectem o balanço e Contas agora apurados a circunstância da nossa Empresa se encontrar ainda dentro do período normal do arranque e consolidação, em conexão com os condicionalismos económicos necessariamente resultantes da evolução do processo político iniciado no nosso País, em 25 de Abril de 1974.

No entanto, já no final do ano de 1975, manifestaram-se sintomas evidentes da recuperação e melhoramento progressivo da situação económica nacional, com naturais incidências no sector em que a nossa actividade se encontra inserida, o que nos faz encarar com muito optimismo o desenvolvimento da nossa empresa, a caminho do seu breve equilíbrio económico e financeiro.

A atenção que as entidades oficiais têm dispensado ao estudo e reorganização do sector portuário, com especial relevo para o tráfego de contentores e de todas as infra-estruturas nele actuantes, é uma das realidades que muito nos apraz salientar, pelos bons resultados a que, de imediato, conduzirá as actividades dependentes e a economia do sector.

O tráfego de carga contentorizada através do Porto de Lisboa sofreu uma diminuição sensível em relação ao ano passado, o que se reflectiu nos nossos Centros de Exploração, apesar de no presente ano se ter aumentado o número de clientes.

Os elementos estatísticos que a seguir se apresentam demonstram claramente a baixa verificada, sendo de salientar que ela foi maior do que a indicada, pois os números de 1974 referem-se a 10 meses de actividade, dado que a empresa iniciou praticamente os seus serviços em Março desse ano. Assim temos:

1 — Terminal Marítimo de Contentores de St.ª Apolónia — Serviço de Estiva, Inspecção e Controlo:

N.º de navios		N.º content. movimentados	
1974	1975	1974	1975
150	145	13 244	9 709

2 — Terminal da Matinha — Centro de Parcagem e de Enchimento de Contentores:

N.º content. movimentados		N.º toneladas exportadas	
1974	1975	1974	1975
22 723	18 668	32 288	15 850

3 — Terminal de Cabo Ruivo — Centro de Importação:

N.º toneladas entradas		N.º toneladas saídas	
1974	1975	1974	1975
198	1254	34	1123

NOTA: Este Centro de Informação só começou a sua actividade em Dezembro de 1974.

Propomos que ao saldo dos exercícios anteriores seja adicionado o resultado negativo deste exercício, no valor de Escudos 10 729 599$40, donde resultará um saldo acumulado de Esc. 23 368 562$70, transitando para o exercício seguinte:

Desejamos manifestar o elevado espírito de compreensão e a ajuda que nos dispensaram as seguintes entidades:

Secretaria de Estado da Marinha Mercante e Portos
Administração Geral do Porto de Lisboa
Direcção Geral das Alfândegas
Alfandega de Lisboa
Caixa Geral de Depósitos
Crédito Predial Português
Banco Português do Atlântico
Banco Micaelense

e a todos os nossos Estimados Clientes e Amigos, a quem endereçamos os nossos sinceros e reconhecidos agradecimentos.

Ao nosso Conselho Fiscal, pela sua valiosa colaboração, exaramos um agradecimento extensivo a todos os colaboradores da empresa que, com o seu esforço e zelo, vêm prestando todo o apoio.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976

Pelo Banco Português do Atlântico (Presidente)

Eng.º Henrique Azinhais de Melo Risques Pereira (Administrador Delegado)

Pela Sociedade Comercial Garland, Laidley, S.A.R.L.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Cont. Orlando Ride Leitão)

(Sr. Peter Errington Dawson)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

No decorrer do exercício findo acompanhámos periodicamente a vida da Empresa, procedendo à análise das contas, registos e demais documentos justificativos.

Nos contactos havidos, quer com a Administração, quer com os Serviços, foi este Conselho Fiscal sempre prontamente esclarecido.

Não havendo alterações nos critérios habitualmente adoptados pela Empresa e constatando que o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço e Contas se encontram de harmonia com os preceitos legais e estatutários, somos de parecer que:

1 São de aprovar o Relatório, Balanço e Contas;
2 É de aprovar a proposta do Conselho de Administração de transferência para o exercício seguinte do prejuízo verificado;
3 É de aprovar um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma como geriu os negócios da Empresa ao longo do exercício;
4 É de aprovar um voto de apreço ao pessoal da Empresa, pela eficiência demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1976

O CONSELHO FISCAL

Dr. J. M. Cidreiro Lopes (Presidente)

Sr. Benjamim Botelho Roseiro (Revisor Oficial de Contas)

Sr. Francisco Nobre (Vogal)

ACTIVO

DISPONÍVEL				
Caixa e Bancos				896.382$20
REALIZÁVEL				
Clientes			1.828.724$60	
Devedores Gerais			66.912$50	
Contas Regularização			49.615$20	
Existências			144.684$30	2.089.936$60
IMOBILIZADO				
INCORPÓREO				
Gastos Plurienais		701.576$90		
Amortizações		-673.260$50	28.316$40	
CORPÓREO				
Terrenos	11.410.166$00			
Edifícios Com. Administrat.	16.062.057$60			
Edificações Ligeiras	898.396$30			
Pavimentação	3.651.996$30			
Instalações Gerais	3.083.285$50			
Instalações Armazenagem Metálicas	1.308.819$50			
Ascensores e Monta Cargas	355.000$00			
Aparelhagem Electrónica	994.182$20			
Veículos e Meios Elevação	10.312.851$80			
Ferramentas	286.592$10			
Utensílios Uso Específico	162.011$80			
Embalag. Transpo. Madeira	160.500$00			
Máquinas Não Especificadas	270.616$30			
Móveis e Utensílios	617.483$30			
Máquinas Escrever e Calcul.	207.575$10			
Viaturas	242.711$40	50.024.245$20		
Amortizações		-5.070.725$90	44.953.519$30	
FINANCEIRO			3.450$00	44.985.285$70
TOTAL DO ACTIVO				47.971.604$50
CONTAS DE ORDEM:				
— Empréstimos hipotecários			15.000.000$00	
— Fianças Recebidas			5.000.000$00	
— Cauções Órgãos Sociais			600.000$00	20.600.000$00
TOTAL GERAL				68.571.604$50

PASSIVO

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
Impostos Encargos a Pagar		2.922.893$75	
Fornecedores		2.799.705$25	
Credores Gerais		791.248$20	
Letras a Pagar — Comerciais		975.000$00	7.488.847$20
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO			
Letras a Pagar — Financiamentos	12.050.000$00		
Empréstimos de Terceiros	20.000.000$00		32.050.000$00
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	31.000.000$00		
Reservas	801.320$00	31.801.320$00	
RESULTADOS			
De Exercícios Anteriores	-12.638.963$30		
Do Exercício	-10.729.599$40	-23.368.562$70	8.432.757$30
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA			47.971.604$50
CONTAS DE ORDEM			
Credores por Empréstimos Hipotecários		15.000.000$00	
Credores por Fianças Recebidas		5.000.000$00	
Credores por Cauções Órgãos Sociais		600.000$00	20.600.000$00
TOTAL GERAL			68.571.604$50

DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE GANHOS E PERDAS

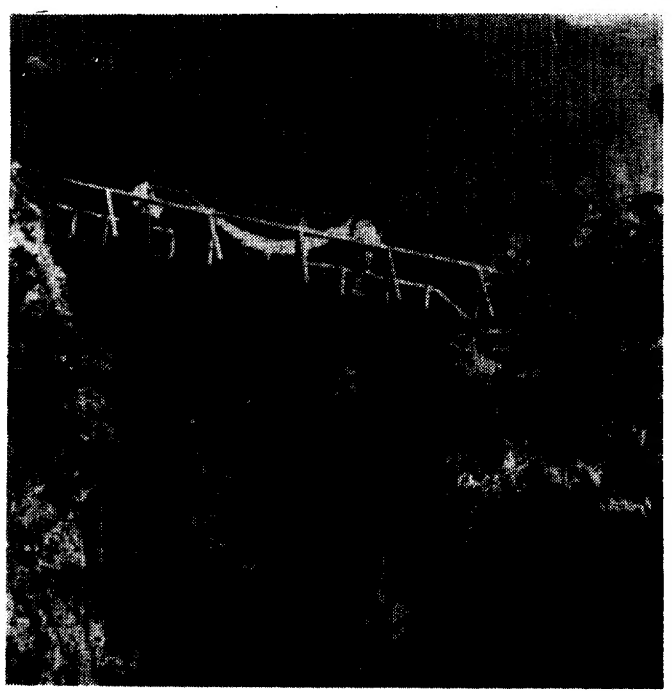
CRÉDITOS

DESPESAS COM O PESSOAL		
Órgão Sociais	616.762$50	
Empregados	12.343.676$60	12.960.439$10
COMPRAS		380.234$40
SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DE TERCEIROS		4.649.381$20
CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS		229.981$50
DESPESAS GERAIS		237.214$90
DESPESAS FINANCEIRAS		2.548.985$00
DOTAÇÕES		
Para Amortizações		2.698.789$00
TOTAIS		23.705.025$10

DÉBITOS

VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	12.887.335$00
RECEITAS FINANCEIRAS	55.997$20
RECEITAS ACESSÓRIAS	32.093$50
	12.975.425$70
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	10.729.599$40
TOTAIS	23.705.025$10

Nacional



A Madeira está a adornar rapidamente — garante o prof. Pitoum Keil, aliás arquitecto Francisco (Pitum) Keil do Amaral, que ontem «citámos a propósito» da nossa graça do 1 de Abril sobre o «afundamento» do ilhéu do Bugio. Eis um flagrante fotográfico ilustrando o «mot d'humeur» com que o «especialista em Oceanografia» nos respondeu

"Está a afundar-se o ilhéu do Bugio"

. O arquitecto Francisco P. Keil do Amaral foi ontem «citado» como «prof. Pitoum Keil, especialista estrangeiro em Oceanografia», na nossa graça de 1 de Abril. Era ele a personalidade que, ouvida pelo «D.L.», confirmava sem hipótese de desmentido: «Está a afundar-se o ilhéu do Bugio».

Francisco (Pitum) Keil, filho de outro homem cheio de verve que a morte já levou, não foi ouvido nem achado na confecção da bombástica «notícia». A isso (e a outra coisas) se refere a carta recebida hoje na redacção com a sua inconfundível assinatura:

. «No V. jornal de hoje, dia 1 de Abril de 1976, e sob o título «Está a afundar-se o ilhéu do Bugio», utilizam V.Exas. o meu nome (aliás mal escrito), sem prévio consentimento da minha parte.

«Lamento esse facto por duas razões: em primeiro lugar por ser incorrecto; em segundo, porque esta notícia, assim desligada de outra análise e considerações — a que me tenho dedicado — fica incompleta e pode induzir os leitores em erro.

«De facto, não é apenas o ilhéu do Bugio que está a afundar-se. Por exemplo, a acumulação de pessoas na cidade do Funchal faz com que a ilha da Madeira esteja adornando rapidamente. O mesmo sucede, embora mais lentamente, em S. Miguel, nos Açores, devido à cidade de Ponta Delgada — o que pude observar localmente em ambos os casos. Por isso se verificam as situações de desequilíbrio que afectam aquelas ilhas.

«Em Portugal Continental, todos sabemos que a orla marítima, superpovoada, é causa igualmente de desequilíbrios; e, por essa razão (entre outras), o País está a meter água a olho nu.

«Afundar-se-á ou não? eis um problema angustiante, e a cujo estudo conto dedicar-me com afinco, caso tenha, para isso, a necessária liberdade. Não será possível, contudo, dar-vos conhecimento das conclusões em prazo inferior a um ano, ou seja, antes de 1 de Abril de 1977».

Intimidadíssimos, ficamos à espera.

Burla velha, clientes novos

Nos tempos que vão correndo, com o desemprego a aumentar e a vida a subir, não espanta que muita gente tenha respondido a um anúncio publicado num matutino de Lisboa, em que uma empresa estrangeira oferecia empregos num laboratório a montar em Portugal, tanto mais que os empregos seriam bem remunerados...

Também não espanta que os interessados se apressassem a subir até ao 5.º andar do prédio n.º 23 da Rua Camilo Castelo Branco, onde uma secretária amável e atenciosa — a secretariado «senhor director» — os recebia em nome dos laboratórios Faber.

Como nada espanta nesta história, só uma pessoa muito ingénua — ou muito necessitada — se espantará ao saber que os candidatos aos bem remunerados empregos assinavam uma ficha e saíam do edifício com contratos de trabalho que lhes garantiam vencimentos mensais de 7, 8 e 9 mil escudos, conforme as habilitações. É claro que tinham de dar uma garantia — neste mundo, quem não oferece garantias, não leva nada — de forma que o senhor «director-geral», garantia a sua internacionalíssima empresa contra possíveis desvios dos candidatos obtendo de cada candidato a modesta caução de 3000$00.

Já que estamos em maré de falta de espanto rematamos a história como a começámos: nos tempos que vão correndo, com o desemprego a aumentar e a vida a subir, não espanta que tudo isto não passasse duma vigarice inventada por um indivíduo que dizia chamar-se Jacinto Prudêncio Fernandes e que foi forçado pela Polícia Judiciária a trocar o escritório da Rua Camilo Castelo Branco por uma bem mais modesta cela dessa corporação. É claro que as vítimas do or. Palha Blanco — era assim que o cavalheiro dizia chamar-se — nunca mais verão as quantias que lhe entregaram porque não há dúvida de que ele ou as gastou ou as escondeu bem escondidas, mas, nos tempos que vão correndo, isso causará espanto a alguém?

Oficina adiada

Forças do Exército e da G.N.R. auxiliados por populares, conseguiram deter, esta madrugada, nas imediações de Pinhel, os dois jovens que, ontem à tarde, tinham assaltado a dependência do Banco Português do Atlântico em Pinzio.

Os dois assaltantes (António dos Santos e Rogério de Jesus, ambos naturais da Guarda), que se encontravam armados com pistolas de calibre 7.65, ainda tinham em seu poder os 120 contos do furto.

Segundo confessaram às autoridades, pretendiam utilizar aquela importância na montagem de uma pequena oficina em França, país onde há alguns anos desenvolviam a actividade de mecânicos.

Sem justificações C.A. destituída na Freguesia de Fátima

«Será que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sofre um autêntico assalto e os componentes da Comissão Administrativa não têm direito a receber uma justificação da sua demissão?» — perguntam os elementos da C. A. destituída há quase dois meses, face à resposta, dada há algum tempo, pelo próprio Governador Civil, a um elemento do gabinete do ministro da Administração Interna, de que estaria a ser sujeito a pressões para fazer sair um cominicado oficioso sobre o caso, mas que «não estava para ceder a pressões».

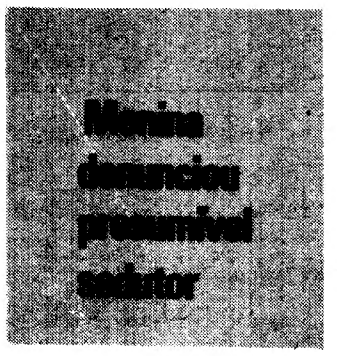
«Que pressões?, perguntou a C. A. O gabinete do ministro Almeida Costa não soube responder.

Retornados vão habitar casas pré-fabricadas

«Soluções de tipo colectivo mais justas do que aquelas tão diferenciadas umas das outras que agora existem», no dizer do próprio secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo — vão ser procuradas e encontradas para o problema do alojamento dos retornados. Para o efeito, reuniram ontem em S. Bento os membros do Governo com funções a que o problema dos retornados diz respeito: os responsáveis no âmbito dos Assuntos Sociais, Trabalho, Finanças, Habitação e Urbanismo, Planeamento e Orçamento e Emprego.

A questão do alojamento dos retornados ergueu-se com urgência de solução desde que o ministro do Comércio Externo, Jorge Campinos fez o Conselho de Ministros aprovar que as principais unidades hoteleiras fossem desocupadas para haver lugar à vinda de estrangeiros, para fomento do turismo no nosso país. Algumas unidades hoteleiras, designadamente no Algarve e em Lisboa já começaram a ser desocupadas pelos retornados que aí estavam alojados.

Da reunião de ontem não resultou nenhum comunicado oficial. Todavia, e de acordo tanto com afirmações feitas pelos responsáveis do VI Governo como pela inclinação que a solução por enquanto teórica do problema está a ter, pensa-se que algumas dificuldades iniciais começam entretanto a ser desbloqueadas e aparece como provável que a construção de casas pré-fabricadas venha a constituir solução a curto prazo. As verbas devem vir do Fundo de Fomento de Desemprego e do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.



. «Não me matem, por piedade, que tenho dois filhos», — suplicou, ontem à tarde, frente ao cemitério de Benfica, o pracista Joaquim Pinto, de 35 anos, à multidão de populares que o agredia e injuriava, depois de terem conhecimento das suas tentativas de seduzir uma criança de 10 anos, aluna da Escola Alemã.

«Já tinha uma corda ao pescoço e se não tem sido a intervenção de um agente da P.S.P. não tinha saído dali com vida», disse-nos uma testemunha do incidente.

Joaquim Pinto, que é casado, iniciou a sua perseguição à criança, na passada terça-feira, tendo-lhe entregue, anteontem, um bilhete em que escrevia: «Se queres passear de carro comigo espera-me no dia 1, pelas 17 horas, junto ao Cemitérimde Benfica». E no dia e à hora combinada lá estava. Só que a criança, que entretanto contara o sucedido à avó paterna, apareceu no local acompanhada dos pais e de alguns vizinhos e amigos. E foi por um triz que o pracista não se transformou num cadáver destroçado, ironicamente junto ao cemitério em que planeara o encontro.

«Daqui lanço a minha crítica à Polícia Judiciária, a quem no próprio dia levámos a carta, e que pelo desinteresse que demonstrou pelo assunto, bem poderia ter sido conivente numa tragédia», declarou, esta manhã, ao nosso jornal o pai da criança.

Joaquim Pinto recolheu, entretanto, aos calabouços do Governo Civil, devendo ainda hoje prestar declarações no 3.º Juízo de Instrução Criminal.

Teatro para miúdos e graúdos

Bilhetes desde 20$00

"O INDIOZINHO RAIO DE LUAR"
e
«PEDRO E O LOBO»

— ★ —

Todos os sábados às 16 horas

As crianças até 10 anos não pagam

ADÓQUE teatro

NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os delegados sindicais para uma Assembleia de Delegados a realizar no dia 8 de Abril de 1976, pelas 15.30 horas, na sede do Sindicato.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — PREVIDÊNCIA — Discussão das conclusões do Encontro Nacional da Previdência, realizado em Coimbra nos dias 27 e 28 de Março.

Lisboa, 25/3/76

A DIRECÇÃO

PUB

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

Para o reforço da Unidade e Organização dos Trabalhadores. Pela defesa das Liberdades e da Democracia.

10 de Abril, na VOZ DO OPERÁRIO, 9 horas

1 — **A ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA**
2 — **A ORGANIZAÇÃO REGIONAL**
3 — **A ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE**
4 — **A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA**

O SECRETARIADO ORGANIZADOR

União dos Sindicatos de Lisboa. Sindicatos: Cerâmica, C. Civil, Químicos, Metalúrgicos, Rodoviários, Vidreiros, Sec. pró-Conselho Nac. Trab. Const. Civil, Comissão Coord. Grupo CUF, Sec. Provisório Empresas Autogestão

Contacta-nos, estamos todos os dias das 10 h. às 24 h. na Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º, em Lisboa (Sede da Intersindical). Tels. 36 52 86, 36 52 87, 32 38 40, 32 31 40 (noite) Ext. 36.

Geral

REDEVENDAS — Rede de Distribuição de Produtos de Consumo Doméstico, SARL

CONVOCATÓRIA

É convocada para o próximo dia 23 de Abril de 1976, às 15 horas, na sede social, na Rua Manuel dos Santos Mónica, n.º 17, em Carnaxide, a Assembleia Geral Ordinária de REDEVENDAS — Rede de Distribuição de Produtos de Consumo Doméstico, S. A. R. L., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 Apreciação e deliberação sobre o Relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Contas e Balanço em 31 de Dezembro de 1975.
2 Preenchimento das vagas dos cargos sociais.

Esta é a segunda convocação pelo que serão válidas as deliberações qualquer que seja o número de accionistas presentes e o quantitativo do capital representado.

Aos 31 de Março de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

a) Luís de Azevedo

SITUAÇÃO NA RODÉSIA

Inglaterra insiste na via pacífica

DAR ES-SALAAM, 2 — (ANOP/EFE) — A Grã-Bretanha não renunciou a um acordo negociado da crise rodesiana, deu a entender o ministro de Estado britânico dos Negócios Estrangeiros, David Ennals, ao chegar à capital da Tanzânia.

Depois de ter rejeitado totalmente, na Câmara dos Comuns, em Londres, a hipótese de uma intervenção britânica na Rodésia, pedida pelo presidente Kaunda, da Zâmbia, David Ennals encetou ontem conversações com o presidente Nyerere, da Tanzânia, estando também prevista uma deslocação a Moçambique, a fim de conferenciar com o presidente Samora Machel.

A rotura das negociações entre o primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith, e o dirigente nacionalista negro, Joshua Nkomo, chefe da ala interna do Conselho Nacional Africano, constitui motivo de forte apreensão para os britânicos.

O presidente Nyerere, da Tanzânia, presidiu na passada semana a uma reunião dos chefes de Estado da Zâmbia, Moçambique e Botswana, a que se seguiram declarações do presidente Kaunda, da Zâmbia, que pediu uma intervenção de tropas britânicas na Rodésia.

Por seu turno, nas conversações ontem efectuadas em Dar es-Salaam, entre David Ennals e o presidente Julius Nyerere, ambos concordaram no estabelecimento de um Governo de maioria negra na Rodésia, no mais «curto prazo de tempo possível», mas o secretário de Estado britânico dos Negócios Estrangeiros salientou que o seu país favorece a via negociada, por intermédio de pressões sobre o Governo minoritário branco de Ian Smith, no âmbito económico e político, mas não-militar.

Entretanto, em Kampala, o presidente Idi Amin, do Uganda, acusou hoje a Agência Central de Informações (CIA), de recrutar mercenários norte-americanos e europeus com o objectivo de lutar na Rodésia.

Amin proferiu estas acusações contra a CIA no decorrer de conversações com o dirigente nacionalista rodesiano, bispo Abel Muzorewa, chefe da ala externa do Conselho Nacional Africano (ANC).

O bispo Muzorewa declarou já que as guerrilhas nacionalistas africanas desejavam agora aceitar a ajuda militar soviética e cubana.

O dirigente do ANC acrescentou que «a guerra já se tinha iniciado no Zimbabwe», manifestando também a sua confiança na vitória das guerrilhas nacionalistas.

Por outro lado, em Salisburia, o primeiro-ministro rodesiano Ian Smith afirmou, no decorrer de uma reunião com industriais rodesianos, que tenciona incluir cidadãos rodesianos negros no seu Governo e aliviar a discriminação racial na Rodésia.

Ian Smith não entrou em detalhes sobre a forma como pensa constituir o seu gabinete multinacional.

Dr. Albertino Almeida

Não se provaram quaisquer acusações sobre alegadas irregularidades que teriam ocorrido na embaixada portuguesa em Maputo, no tempo em

Embaixador no Cairo

O Governo da República Arabe do Egipto concedeu o seu «agrement» à nomeação do ministro plenipotenciário, dr. Roberto Pereira de Sousa, como embaixador de Portugal naquele país.

Anteriormente, o dr. Roberto Pereira prestou serviço nas Embaixadas de Portugal em Buenos Aires, Santiago do Chile e no Consulado português em Zurique.

Aquele diplomata foi ainda secretário da comissão nacional da organização das Nações Unidas para a Alimentação e Cultura e fez parte da delegação portuguesa à 57.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Moçambique, 1975

"Caso da embaixada" não foi caso nenhum

que a mesma era dirigida pelo dr. Albertino de Almeida.

Esta revelação, feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, põe termo à onda de especulações geradas em torno da embaixada portuguesa em Moçambique, largamente alimentadas em Portugal por alguns órgãos de Informação.

Recorda-se que o «caso da embaixada» chegou a motivar a deslocação a Moçambique do tenente-coronel Costa Brás, actual provedor-geral de Justiça, e na altura prestando serviço do M.N.E. como embaixador itinerante.

O dr. Albertino de Almeida foi o primeiro embaixador português naquela ex-colónia. O lugar permanece vago desde a sua chamada a Lisboa, em Outubro do ano passado, na sequência da recusa do Governo do Maputo em aceitar três diplomatas portugueses colocados em serviço na embaixada. A retirada do dr. Albertino de Almeida de Moçambique é tida como um dos factores que contribuiu para o «esfriamento» das relações com Portugal, já que se tratava de um elemento que gozava da confiança da Frelimo e dos governantes moçambicanos.

Nota do E.M.G.F.A. sobre militares detidos em Timor

Em comunicado datado de ontem o Estado-Maior-General das Forças Armadas esclarece uma notícia do semanário «Tempo» na qual este «admite a morte do tenente-coronel Magiolo Gouveia e transmite uma visão distorcida de alguns acontecimentos».

O E.M.G.F.A. sublinha que aquele oficial «foi suspenso de funções no dia 14 de Agosto, data em que tomou a decisão pública de aderir à U.D.T., desligando-se do exército português e passando a actuar como comandante operacional daquele partido, condição em que foi detido pela Fretilin».

O comunicado esclarece também que para além dos 23 militares ainda detidos pela U.D.T., terão ficado na ilha, por não se apresentarem ao embarque, o capitão Lino Silva, partidário da U.D.T. (e que sublevou duas companhias de caçadores), sargento David Xavier de Oliveira, 1.º cabo António Maria Cardoso dos Santos e marinheiro Duarte Silva Cavaterra. Sobre estes militares correm os respectivos processos disciplinares.

Refere-se ainda a libertação em Setembro do ano passado de 28 militares portugueses pela Fretilin e a impossibilidade de outras informações em virtude do silêncio das autoridades indonésias apesar de para o efeito terem sido contactados.

(Mais notícias nas págs. 17 e 18)

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

MOÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30/3/76 POR MAIORIA E ACLAMAÇÃO

MOÇÃO

Considerando que, o Actual momento que se vive no País exgie dos trabalhadores principais interessados na consolidação do avanço da democracia — um cuidado especial no emprego da sua arma fundamental, a GREVE:

— Considerando que o sector onde vendemos a nossa força de trabalho é particularmente sensível, na eventual ocorrência duma paralisação de serviços pela sua interligação com os circuitos económicos podendo com aquela servir os desígnios dos que não pretendem a democracia e o socialismo:

— Considerando que se assiste neste período pré-eleitoral a uma tentativa desesperada dos agentes dos monopólios para criar uma clima de intranquilidade social, que vai desde o aproveitamento das justas lutas dos trabalhadores até à incrementação da criminalidade e ao terrorismo:

— Considerando que pesam sobre os trabalhadores bancários enormes tarefas, no sentido de não permitir que a Banca seja recuperada para o capitalismo, tarefas que requerem dos trabalhadores bancários esclarecimento, serenidade e mobilização, tendentes a levá-las por diante com a certeza da vitória:

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 30 DE MARÇO DE 1976 DELIBERAM:

1 — Que a Direcção solicite dos Presidente da República, Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro, uma entrevista na qual faça sentir a necessidade urgente da resolução dos problemas a seguir descriminados por forma a evitar formas de luta que poderão ser aproveitadas pelo inimigos da democracia:

a) Reivindicação dos trabalhadores da JKL no sentido de uniformizar a sua situação em toda a Banca, criando deste modo uma carreira profissional única.
b) Aplicação total do Nivelamento em todos os Bancos Nacionalizados com o alargamento de âmbito à Banca estrangeira, repudiando por outro lado qualquer imposição por via administrativa da reposição de antigos vencimentos privilegiados para os quadros e ainda do recente aumento de 30 para 40 contos dos vencimentos dos Conselhos de Gestão.
c) Reestruturação da Banca dando imediata execução às fusões já previstas, bem como, a abertura de novos balcões na província para uma melhor cobertura geográfica, e aplicação do crédito para actividades prioritárias de interesse para a colectividade, empresas em dificuldades, pequenas e médias empresas, herdades colectivas de produção cooperativas agrícolas e empresas autogeridas pelos trabalhadores.

2 — Que a Direcção publique e distribua esta Moção por todos os trabalhadores bancários da área do nosso Sindicato, com conhecimento à Direcção do Centro e Comissão Directiva do Norte.

MOÇÃO

— Considerando que o problema dos trabalhadores da JKL, depois da luta desencadeada pelos bancários, se encontra em vias de resolução em muito curto espaço de tempo, e já ter sido reconhecido pelo despacho do Ministro das Finanças, a legitimidade de uma «carreira profissional» única na Banca:

— Considerando que o Ministério das Finanças já enviou o processo da 1.ª fase da Reestruturação da Banca, que já se encontra no Conselho de Ministros, o que poderá indicar que finalmente se irá iniciar o processo de Reconversão da Banca:

— Considerando que a aplicação do Nivelamento tem sido dificultada pelos Conselhos de Gestão, e pelo mesmo conter incorrecções e ambiguidades geradoras de conflitos no seio dos trabalhadores, e cria condições para a formação de um cogumelo nas classes superiores, cortando assim o legítimo direito de acesso a essas classes aos trabalhadores honestos:

— Considerando que os trabalhadores das Caixas de Crédito Agrícola, estão em condições de miséria intoleráveis, para o que é necessário encontrar solução justa:

OS TRABALHADORES BANCÁRIOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DE 30/3/76, DELIBERAM:

1 — Encarregar a Direcção e a Estrutura Sindical (Com. Delegados) do nosso Sindicato de exigirem do Secretário de Estado do Tesouro e dos Conselhos de Gestão dos Bancos onde ainda não foi resolvido o problema dos trabalhadores da JKL, para que levem à prática, até 15 de Abril próximo, as deliberações contidas no Despacho do Ministro das Finanças, ou seja a aplicação na prática de uma «carreira profissional única», tal como o nosso programa massivamente aprovado pelos bancários consigna:

2 — Encarregar a Direcção, de exigir do Conselho de Ministros a saída do diploma, para que sejam levadas a prática no imediatmanto as fusões dos Bancos.

3 — a) Que seja imediatamente dinamizado o processo para nova «Contratação Colectiva» de forma a conquistar um Contrato Colectivo Vertical aplicável a todos os trabalhadores da Banca e a todas as actividades para-Bancárias.

b) Que a Direcção exija do Ministério das Finanças e dos Conselhos de Gestão a elaboração de um Organograma comum a todos os Bancos e que o mesmo seja posto à apreciação dos trabalhadores de cada Banco, o qual após essa apreciação sectorial deverá também ser apreciado em Assembleia Geral dos Bancários.

Lisboa, 1/4/76

PELA DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DO DISTRITO DE FARO

COMUNICADO

Considerando que os trabalhadores da Indústria Hoteleira das Empresas com intervenção estatal adoptaram uma luta justa para alcançarem o que a maior parte dos seus camaradas atingiram: O cumprimento do C. C. T. Vertical:

Considerando que regulamentação anexa do mesmo C. C. T. — Portaria publicada no Suplemento do Boletim n.º 23 de 22 de Junho de 1975, do Ministério de Trabalho, concretamento as Bases II, III e V —, provoca um divisionismo na classe, tendente a conflitos de toda a ordem que de forma nenhuma interessam aos trabalhadores, nem ao turismo em geral:

Consierando que a referida Portaria foi publicada nas costas dos trabalhadores quando da publicação do referido C. C. T. vertical, em vigor para a Indústria Hoteleira e Similares, o que a Direcção actual deste Sindicato denunciou no seu programa de candidatura como uma Lei puramente divisionista e atentória dos direitos dos trabalhadores:

Vem esta Direcção dar público conhecimento do seu total apoio à manifestação que os trabalhadores das Empresas abrangidas por essas restrições, pretendem efectuar em Lisboa, com o fim da revogação imediata da referida Portaria.

Faro, 31 de Março de 1976

A DIRECÇÃO

Trabalho

Cerveja vai faltar com distribuidoras em greve

. Os trabalhadores das distribuidoras de cerveja encontravam-se esta manhã reunidos em plenário na empresa do ramo sediada em Pinheiro de Loures, com o objectivo de deliberarem sobre a greve que já vem sendo cumprida desde ontem e afecta 52 por cento das vendas na província.

Esta greve na distribuição dos produtos da Sociedade Central de Cervejas segue-se a um ano de luta no sentido de que sejam nacionalizadas as diversas empresas de distribuição que não foram abrangidas pelas medidas de nacionalização decretadas em relação ao sector de produção. São 17 as empresas de distribuição que se encontram nesta situação, distribuindo 75 por cento do produto e encontrando-se na generalidade na situação de «falência técnica».

A nacionalização das distribuidoras de cerveja foi mesmo o tema de um decreto aprovado pelo V Governo Provisório mas que não foi promulgado pelo Presidente da República. Com a ascensão de Magalhães Mota à pasta do Comércio Interno este diploma foi definitivamente afastado.

No documento justificativo desta luta, os trabalhadores manifestam o desejo «de verem afastados, para sempre, aqueles que através de um investimento exiguo, actuando como intermediários no circuito produção-venda, auferiram lucros fabulosos à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores, contribuindo ainda para o encarecimento do produto ao consumidor».

No documento responsabiliza-se a C.A. da Sociedade Central de Cerevejas e o ministro do Comércio Interno pelas consequências que resultarão desta tomada de posição.

J. FRANCISCO DOS SANTOS

Manifestação anulada

. «Não queremos ser nós, que sempre fomos a vanguarda, a contribuir para a desestabilização política do País. Por isso, resolvemos não realizar a manifestação que tinhamos projectado para a próxima segunda-feira, com concentração na Praça do Marquês de Pombal» — afirmou Severino Falcão, representante dos trabalhadores na Comissão Administrativa da Joaquim Francisco dos Santos, o qual, juntamente com o dr. Cosme Marques, foi suspenso por decisão governamental.

Entretanto, a empresa continua parada. As instalações ainda estão seladas e as forças da G.N.R. mantêm-se à porta.

Para além do relato, já por nós divulgado, que levou a esta atitude do Governo, foi salientada com «profunda emoção», a solidariedade que estão a receber de todos os trabalhadores. Passamos a transcrever duas delas. A da Intersindical: «A Intersindical informada, neste momento, da intervenção de forças militarizadas na «Sociedade de Construções Joaquim Francisco Santos, Ld.ª», manifesta sérias preocupações e vivos protestos por esta medida de força contra os trabalhadores daquela empresa.

«A Intersindical nacional lembra a V. Ex.ª que os trabalhadores da S.C.J.F.S., Ld.ª conseguiram a recuperação da unidade produtiva que o patronato votara definitivamente ao encerramento e receberam «louvor» público, do Conselho da Revolução pela sua participação na batalha da produção.

«A medida agora tomada afecta directa e profundamente vitais interesses dos trabalhadores e seus legítimos direitos.

«A Intersindical Nacional solicita intervenção urgente de V.Ex.ª, no sentido de pôr termo à situação, criada, atendendo as legítimas razões invocadas pelos trabalhadores.»

Este texto foi enviado a várias entidades governamentais e ao Presidente da República. Assinado por dez sindicatos, foi também enviado um texto às mesmas entidades:

. «O Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa, repudia e protesta energicamente contra o cerco às instalações da empresa «Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, Ld.ª por forças policiais e da G.N.R. Exige a retirada das forças policiais e desselagem das instalações».

SANIMAR

E os salários de Março?

. Os trabalhadores da Sanimar encontraram-se ao fim da manhã com o secretário de Estado do Trabalho. Na reunião foram discutidos os problemas com que se debate a empresa e, particularmente , o pagamento dos salários do mês de Março.

Como divulgámos na altura, as instalações da Sanimar foram seladas e a Comissão Administrativa demitida . Em despacho de 5 de Março, o dr. Marcelo Curto referia a próxima nomeação de três gestores públicos (os trabalhdores pretendem igual número de representantes seus) e a garantia do pagamento dos salários. Até agora, isso não foi cumprido.

Entretanto, coloca-se o problema do gestor público da Sanimar, aliás presidenté da Comissão Administrativa, que tinha sido nomeado pelos secretários de Estado dos Investimentos Públicos e da Indústria Ligeira. Este facto é ignorado no despacho do secretário de Estado do Trabalho. Ontem de manhã, os trabalhadores da Sanimar concentraram-se junto ao Ministério do Trabalho.

«Queremos trabalhar» e «Queremos os ordenados de Março de 76» eram as suas palavras de ordem.

GRUNDIG DE BRAGA

Ou despedimentos ou reduções salariais

. Perante a ameaça de redução dos postos de trabalho e (ou) das remunerações, sugeridas pela administração da Grundig, de Braga, às entidades governamentais competentes, os trabalhadores da empresa, reúnem-se hoje, em plenário para decidirem das formas de luta a adoptar para obstar a esta tentativa da parte da entidade patronal.

A Grundig de Braga é uma das maiores empresas da capital do Minho e trata da montagem de aparelhos de rádio e de electrónica daquela marca.

A alternativa proposta pela administração (ou despedimento de 300 trabalhadores ou redução das remunerações), faz-se sob o pretexto de «crise de excesso de produção». No entanto, na mesma carta enviada em Fevereiro, a diversos departamentos governamentais, propõem-se investimentos na ordem dos 20 mil contos, para produção de televisores a cores.

No campo das propostas feitas pela administração da empresa para ultrapassar a alegada crise, salientam-se os prémios à exportação e o pagamento por parte do Estado dos vencimentos correspondentes aos dias não trabalhados, no caso de não lhes ser permitida a redução do período de trabalho.

A célula do P. C. P. na Grundig tomou posição em relação ao assunto, afirmando que «não podem ser os trabalhadores a suportar uma crise para que não contribuiram» e «por isso não podemos permitir quaisquer despedimentos ou diminuição de salários».

De acordo com este comunicado, deverá ser a Grundig «a retirar dos muitos milhares de contos que amealhou à custa do nosso trabalho, os 20 mil contos que diz precisar para remodelar a empresa».

I.N.E.

Fim do "cerco" suspensões levantadas

O ministro das Finanças, Salgado Zenha, já cedeu quanto ao levantamento das suspensões dos nove trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística, tendo sido também retiradas as forças policiais que se mantinham «em cerco» ao edifício. No entanto, outros problemas, como a reintegração dos 31 trabalhadores que se encontram no quadro de adidos, continuavam em negociação. Dez dias, foi o prazo dado ao Governo para resolução dos problemas dos trabalhadores do I.N.E.

Estas decisões foram tomadas, na sequência de um plenário de trabalhadores ao qual esteve presente o subsecretário de Estado do Planeamento. Assim, terminaram as restrições na entrada do edifício, havendo controlo apenas para visitantes e foram institucionalizadas as reuniões entre representantes da comissão directiva do I.N.E., da Comissão de Trabalhadores e de responsáveis pelos serviços com aquele membro do Governo. Objectivo: reestruturação dos serviços.

Os 31 trabalhadores terão sido autorizados a entrarem nas instalações do Instituto, enquanto decorrem as negociações. Em suspenso até ao dia 9, encontra-se a questão dos subsídios de almoço.

na forja

MINEIROS DO SUL: GREVE SUSPENSA

Os trabalhadores da indústria mineira do Sul retomaram hoje a laboração normal, depois de terem decidido, em plenário ontem realizado em Aljustrel, suspender a greve iniciada na segunda-feira sob a forma de redução da produção em noventa por cento.

A decisão tem em vista as negociações que, ao fim da tarde, se efectuam no Ministério do Trabalho, com a presença de elementos da comissão negociadora sindical, representantes do patronato e técnicos daquele departamento.

Caso as reivindicações de incidência económicas (tabela salarial, diuturnidades, retroactivos, reformas e pensões) não sejam respeitadas, os trabalhadores estão dispostos a encetar novas formas de luta.

No plenário de ontem, estiveram presentes os operários de Aljustrel, e representantes dos mineiros de Louzal e Cercal do Alentejo.

«INTER» NAS ARÁBIAS

A «solidariedade e o apoio firme dos movimentos sindicais do mundo árabe à Intersindical e aos trabalhadores portugueses foi a tónica dominante nos contactos estabelecidos» por uma representação da **Inter**, que participou recentemente, como convidada, no VI Congresso Geral da Conferação Internacional dos Sindicatos Árabes, realizado em Alexandria, de 24 a 28 de Março.

O relatório político do congresso manifesta o apoio dos sindicatos árabes às forças progressistas portuguesas, denunciando «as ingerências do imperialismo americano e do capitalismo internacional nos destinos do Povo Português» — revela também um comunicado distribuído pela Intersindical.

«Dentro do espírito do reforço dos laços de amizade existentes», a delegação sindical portuguesa foi convidada para visitar oficialmente o Iraque, a Síria, o Yemen democrático e o Vietname, durante o corrente ano.

ACABOU O LIMITE DE IDADE PARA INGRESSO NA FUNÇÃO PÚBLICA

A fixação, aos 35 anos, do limite máximo de idade para ingresso na função pública era uma restrição à liberdade de trabalho que a Secretaria de Estado da Administração Pública considerou que «actualmente não se justifica e se afigura até inconveniente».

Assim, e por decreto-lei publicado no «Diário do Governo», I Série, n.º 79, foi revogado, para todos os efeitos, o disposto legal que desde Março de 1929 estabelecia aquele limite de idade.

2.º ENCONTRO DE RENDEIROS DO NORTE

Em local a designar, os rendeiros nortenhos vão reunir-se em 2.º encontro no próximo dia 11 do corrente mês, promovido pelo Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte (M.A.R.N.).

Os rendeiros, que no passado Outono efectuaram o seu primeiro encontro na Faculdade de Economia do Porto, enfrentam actualmente graves problemas resultantes do não cumprimento da Lei do Arrendamento Rural e das ameaças, agressões e acções judiciais que lhes são movidas por senhorios e proprietários que, muitas vezes, mantêm as terras em estado de subaproveitamento.

TÉCNICOS DE DESENHO: O «RELATÓRIO»

A direcção demissionária do Sindicato dos Técnicos de Desenho do Sul, afecta ao M.R.P.P., deu ontem uma conferência de Imprensa, para divulgação de um «relatório» sobre a manifestação em S. Bento dos trabalhadores da construção civil, nos dias 13 e 14 de Novembro.

A conferência de Imprensa viria a ser interrompida por um grupo de sócios e, mais tarde, constestada pelo conselho de delegados sindicais, considerando-a «antidemocrática e antiestatutária».

O relatório foi elaborado por dois delegados sindicais. Um dos autores, segundo foi esclarecido na conferência de Imprensa, António Proença não presenciou os factos nem ouviu as afirmações que o relatório refere. A dado passo do «relatório», revela-se a intervenção dos representantes dos Técnicos de Desenho nos acontecimentos em S. Bento. Os representantes dos Técnicos de Desenho terão argumentado a certa altura que «uma revolução não se faz assim, em duas penadas, e que nem sequer — estavam convencidos — era daquela forma que se preparava um golpe militar». Fizeram ainda sentir que «não estavam ali para alinhar em golpes militares, nem em manobras aventureiristas, funções para as quais a classe não os tinha mandatado».

Nacional

LOPES CARDOSO AO "DL"

"Se pudéssemos fa a Reforma Agrária p

Com todos os seus erros, uns inevitáveis, outros desnecessários, a Reforma Agrária constitui, cremos que inequivocamente, um dos aspectos mais positivos deste conturbado processo político que temos vivido desde o 25 de Abril de 1974.

É sem dúvida, por isso que aquilo a que se chama Reforma Agrária, apesar de todas as suas limitações, e bem sabemos que as tem, é tão sistemática e violentamente atacada não só pelo punhado de grandes agrários que dela foram «vítimas», mas também por todos quantos, por razões de ordem material e ideológica, compreendem que a opção a favor ou contra a Reforma Agrária é bem uma opção de classe e, como tal, com implicações de ordem económica, mas também de ordem política e humana, que se projectam, necessariamente, no futuro.

Nem é por outra razão que os CAPs se lançam tão encarniçadamente numa luta semelhante. A este título, a figura octagenária do eng.º Pequito Rebelo, que há já mais de meio século contestou a primeira tentativa de lei de Reforma Agrária estudada pelo governo presidido por José Domingos dos Santos, é bem significativa da perseverança da classe possedente na defesa dos seus privilégios.

E sobre a Reforma Agrária, e sobre a polémica que à sua volta se tem gerado, que ouvimos Lopes Cardoso. Atacado cada vez mais, sem contemplações de qualquer ordem, por elementos dirigentes da classe possidente — e até por algumas pessoas que, reclamando-se embora de socialistas, fazem coro sistemático com os que pretendem continuar a ser os proprietários «das terras e das suas gentes» — Lopes Cardoso é contestado, ao mesmo tempo, por alguns sectores da esquerda que, frequentemente, se esquecem que a Reforma Agrária carece de ser defendida por muitos outros que não apenas os próprios trabalhadores alentejanos.

Está o actual Ministro da Agricultura e Pescas isento de quaisquer erros? Não seríamos nós que o asseguraríamos. Mas será isso o fundamental? Pensamos que não e receamos que, nesta polémica, para muitos apenas teórica, em que diversas forças que apoiam a Reforma Agrária andam envolvidas, as únicas vítimas de facto sejam os trabalhadores rurais que todos garantimos querer defender.

D. L. — Lopes Cardoso não ignora certamente que é acusado em certos sectores da opinião pública de escutar mais atentamente os representantes dos grandes agrários, da Confederação dos Agricultores de Portugal, de que os trabalhadores agrícolas, cedendo, nomeadamente, às exigências da CAP para afastar dos CRRA os técnicos da confiança dos trabalhadores rurais...

L. C. — Dir-lhe-ei para começar que isso me faz lembrar uma música antiga. Também essas mesmas acusações, ou acusações semelhantes, me foram feitas quando cheguei a este Ministério. Talvez esteja recordado que fui acusado de procurar entravar o processo da Reforma Agrária, de procurar pôr barreiras a esse processo, de tomar medidas que iam contra os interesses dos trabalhadores, de cometer crimes tais como ter nacionalizado a Companhia das Lezírias. Depois dessa campanha se diluir um pouco, mercê talvez da campanha e dos ataques vindos da direita acusando-me do contrário, agora parece que surgem novos ataques de outros sectores o que pelo menos deve deixar o público um tanto ou quanto perplexo porque não chega a perceber bem se afinal a actuação do Ministério da Agricultura e do VI Governo é uma actuação revolucionária ou uma actuação reaccionária dada a multiplicidade de ataques.

O meu objectivo, desde que aqui entrei, que não é só o meu, como é o objectivo do VI Governo, tem sido o de prosseguir com a Reforma Agrária, e isso ficou claro na plataforma de constituição do VI Governo para prosseguir essa Reforma Agrária, para consolidar aquilo que ela tem de essencial. Nós procurámos conduzir uma política que permitisse recuperar os apoios que tinham sido sucessivamente perdidos, nomeadamente por parte dos pequenos e dos médios agricultores. Para recuperar esse apoio, nós impusémos a nós próprios, como linha de acção, corrigirmos aquilo que desde sempre tínhamos denunciado como excessos, as arbitrariedades e as injustiças cometidas durante o desenvolvimento da Reforma Agrária, excessos e injustiças que estavam na base justamente da perda progressiva de apoio por parte de uma franja considerável do campesinato.

Quanto ao facto de eu dar mais atenção à consideração dos agricultores de Portugal que a outras organizações de agricultores e aos trabalhadores rurais, permitia-me sugerir-lhe que fizesse a pergunta à CAP, porque a CAP justamente acusa-me de que os não recebo, que recuso o diálogo com eles e que não quero falar com eles, de modo que confesso efectivamente que já não me entendo, ou talvez me entenda, mas isso é outra conversa...

D. L. — O que não impede que haja técnicos competentes suspensos, segundo se diz por aí...

L. C. — Técnicos suspensos, não. Há técnicos transferidos, e digo-lhe que podem interpretar a transferência dos técnicos como um saneamento à esquerda, podem interpretar como um saneamento à direita ou como um saneamento ao centro; isso para mim tem uma importância extremamente secundária. Foram transferidos porque as direcções dos respectivos Centros, até prova em contrário, continuam a merecer a minha confiança. Ora essas direcções consideraram fundamental essa transferência para que pudessem aplicar na prática aquilo que eram as directrizes emanadas do Ministério da Agricultura, e para que pudessem desenvolver, sem empecilhos, a sua actividade.

D. L. — Quer dizer que não estavam a cumprir essas directrizes?

L. C. — Segundo a direcção dos Centros esses técnicos constituíriam um factor de perturbação no cumprimento dessas directrizes. Eu tenho que dar aos directores dos Centros, enquanto eles tiverem a minha confiança, margem suficiente para que eles possam ter uma palavra a dizer na escolha dos seus colaboradores mais directos.

D. L. — Sim, mas... e os Centros de Reforma Agrária encerrados?

L. C. — Não há Centros nenhuns de Reforma Agrária encerrados; foi encerrada temporariamente a delegação do Centro de Reforma Agrária de Santarém, em Coruche, como solução para se evitar um confronto entre forças opostas na altura em que seareiros e rendeiros da região ocuparam o Centro e procuraram impedir o funcionamento desse Centro. O encerramento surgiu-nos dentro da política de evitar confrontos e intervenções violentas como a melhor forma de sanar o incidente. O Centro já está neste momento reaberto.

D. L. — Lopes Cardoso: há aqui um ponto que não tem nada a ver com o Ministro da Agricultura, mas até lhe pode interessar na medida em que têm vindo a público ultimamente notícias segundo as quais as autoridades civis, a GNR especialmente, estariam a fazer rusgas frequentes e injustificadas às herdades, a fiscalizar demasiado a actividade dos tractoristas sem ter em conta o analfabetismo, situação herdada do regime fascista, etc, porque eles conduzem sem carta de condução.

APROVADO DIPLOMA QUE REGULARIZA A SITUAÇÃO DOS TRACTORISTAS INDOCUMENTADOS

D. L. — Quanto às observações que refere acerca da actividade das autoridades civis e militarizadas, compreende que não me compete neste momento pronunciar-me sobre elas. No que diz respeito ao problema dos tractoristas, sem também me pronunciar sobre se a GNR está a exercer uma vigilância mais ou menos apertada no controlo, posso-lhe dizer é que tendo em conta justamente a situação real de muitas dezenas, se não centenas, de trabalhadores rurais que conduzem tractores mas que estavam impedidos de obter a sua licença de condução porque eram analfabetos, o VI Governo aprovou já um decreto, que deve estar em vésperas de publicação no «Diário do Governo», permitindo a obtenção da carta de tractorista mesmo para aqueles que não saibam ler e escrever, e penso que uma vez promulgado esse decreto o Governo irá, pelo menos é minha intenção propô-lo, promulgar uma amnistia para as infracções que tenham sido cometidas na base justamente na ausência de carta de condução por esse motivo.

D. L. — Mas como explica os entraves que se afirma por aí estarem a ser levantados à entrada de maquinaria agrícola oferecida por cooperativas agrícolas de países de Leste?

L. C. — Houve um pedido de isenção de direitos alfandegários para um certo número de máquinas que tinham sido oferecidas por países de Leste. A possibilidade de conceder essa isenção está em estudo no Ministério das Finanças; estou a aguardar uma resposta. Portanto, não há nada de definitivo sobre isto, nem se pretende boicotar coisa nenhuma.

D. L. — O que não impede que se fale de boicotes à Reforma Agrária, em particular no que respeita ao escoamento dos produtos das herdades colectivas...

HÁ CIRCUITOS QUE NÃO FUNCIONAM; MAS NÃO HÁ BOICOTES

L. C. — Eu não compreendo que se possa falar de boicotes ao escoamento dos produtos das herdades colectivas; o que há, realmente, são grandes dificuldades de funcionamento dos circuitos comerciais no que diz respeito aos produtos agrícolas. Efectivamente, esses circuitos não funcionam, basta ver aquilo que se passou em relação à batata de semente, basta ver aquilo que se passa em relação à batata de consumo. Simplesmente, como também é do conhecimento público, na actual estrutura governamental todos esses problemas que se relacionam com a comercialização dos produtos agrícolas não são do âmbito do meu Ministério. É também, como eu já repetidas vezes tenho dito, uma situação que considero, e aliás aí tenho a impressão que serei seguido por toda a gente neste País, perfeitamente anormal, à qual haverá que pôr cobro na constituição de um governo definitivo. Nessa altura o Ministério da Agricultura poderá intervir e actuar nesse domínio.

D. L. — O prazo para o cumprimento do arrendamento rural terminou no dia 31 de Março, e parece que apenas cerca de 4 por cento dos proprietários teria passado esses contratos a escrito. O que é que pensa fazer o Ministro da Agricultura relativamente a este problema, que parece que interessa a cerca de 300 mil rendeiros?

L. C. — Aí há dois problemas. Há o problema da manutenção ou não manutenção do prazo que estava fixado, 31 de Março; quanto a isso haverá uma resposta obviamente muito rápida e eu prefiro não me ironunciar sobre o assunto.

D. L. — Depende de quem?

L. C. — Depende de mim e depende obviamente também do Conselho de Ministros. De qualquer forma, é uma questão que será resolvida rapidamente, uma vez que o prazo terminou em 31 de Março, mas antes de estar resolvida preferia não me pronunciar sobre ela. Fora isso, evidentemente que há o problema, independentemente de prazos que se fixem ou não, um problema muito mais grave que é a possibilidade real do cumprimento daquilo que se dispõe na lei, e a lei do arrendamento pressupunha a existência de uma máquina estatal que permitisse dar o apoio indispensável a rendeiros e senhorios, mas essencialmente a rendeiros para que fossem elaborados os contratos e portanto se pusesse em prática aquilo que está consignado na lei. É uma máquina muito complicada, e com as deficiências todas de funcionamento estrutural do Ministério, essa máquina não pôde nunca ser montada em condições de funcionar de uma forma eficiente e esse é o problema real e o problema mais grave, porque infelizmente há muitas vezes a tendência para pensar que os problemas se resolvem por simples decreto. Seria extremamente simples, já o tenho dito, se pudéssemos fazer a revolução por decreto, reunirmos no Conselho de Ministros ou na Assembleia da República e decretarmos que Portugal passava a ser uma sociedade capitalista, simplesmente entre o decreto e a aplicação do decreto há uma distância enorme e muitas vezes a aplicação de certa legislação pressupõe uma máquina que não existe, e esse é o problema fundamental. Nós para resolvermos as questões do arrendamento e tornarmos funcional aquilo que está estabelecido na lei, temos que montar uma máquina de apoio que neste momento funciona de uma forma deficiente e tem que ser reestruturada e dotada de meios. Sem isso podemos legislar como quisermos que na prática muito pouco se terá avançado.

«Dada a multiplicidade de ataques, não se chega a perceber bem se a actuação do Ministério da Agricultura é revolucionária ou reaccionária»

NÃO MARGINALIZAR OS SEAREIROS

D. L. — Fala-se que os seareiros estariam a ser colocados nas herdades colectivas em vez de o serem nas herdades dos agrários, naquelas que ainda não foram nacionalizadas, mas que são abrangidas pela Lei da Reforma Agrária.

L. C. — A política do Ministério aí é muito clara: não se trata de colocar os seareiros nas herdades colectivas em benefício, digamos assim, dos proprietários privados. O que se passa é o seguinte: existia e existe ainda uma disposição legal que obrigava os empresários agrícolas, quer fossem proprietários quer fossem rendeiros, a ceder aos seareiros uma área equivalente àquela que tinham feito no ano passado. O que se fez foi aplicar o mesmo dispositivo em relação às unidades colectivas de produção. Quer dizer que os seareiros têm direito neste momento a fazer uma área equivalente àquela que fizeram na última campanha no mesmo local, quer esse local se situe em propriedades que estão no domínio privado quer se situem em unidades colectivas. Porquê unidades colectivas? Porque pensamos que não há razão nenhuma para que nas ocupações os seareiros que trabalhavam tradicionalmente nessas propriedades tenham sido marginalizados do processo e expulsos pelos trabalhadores que ocuparam essas propriedades e as transformaram em unidades produtivas.

D. L. — O Ministério da Agricultura estaria a meter a tónica sobre a necessidade de desocupação de algumas propriedade. indevidamente ocupa-

Entrevista de J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

er
or decreto..."

«O balanço depois do 25 de Abril não é tão negativo quanto aquilo que por vezes se pretende fazer crer»

das em vez de se ocupar da expropriação de terras abrangidas pela Lei da Reforma Agrária (as terras indevidamente ocupadas seriam cinco ou seis mil hectares); haveria cerca de setecentos mil hectares ocupadas e expropriáveis, sem que as portarias da expropriação sejam publicadas; haveria ainda cerca de um milhão de hectares a expropriar nos termos da lei. A CAP parece reclamar as desocupações de terras atingidas pela Lei da Reforma Agrária.

O MAIS IMPORTANTE É «ARRUMAR A CASA»

L. C. — Não estamos a colocar a tónica na desocupação das terras ocupadas e que não estariam abrangidas na Lei de Expropriações; consideramos, no entanto, que esse aspecto é um aspecto fundamental do ponto de vista político, entendido o ponto de vista político como defesa do processo da Reforma Agrária. Porque é efectivamente a garantia objectiva de que os erros que se cometeram irão ser corrigidos e é através dessa garantia objectiva, muito mais do que as declarações de princípios, que nós poderemos trazer de novo à Reforma Agrária o apoio dos pequenos e médios agricultores», quer eles sejam rendeiros quer sejam proprietários ou seareiros.

Em relação às terras a expropriar nós pensamos que mais importante neste momento que prosseguir na expropriação de novas propriedades é, se me permite a expressão, «arrumar a casa», portanto expropriar aquelas que neste momento se encontram ocupadas. Nesse sentido, algumas Portarias já foram publicadas de expropriação de terras que foram ocupadas, outras portarias estão em vias de ser publicadas, mas a linha, de acordo com o que foi decidido pelo VI Governo e pelo Conselho da Revolução, a linha, enquanto eu estiver à frente do Ministério da Agricultura é, em princípio, não proceder a expropriações de propriedades não ocupadas, enquanto não se regularizar a situação de todas aquelas que já neste momento estão ocupadas e que devem, no fundo, representar cerca de dois terços da área potencialmente expropriável. Claro que estes dois terços da área potencialmente expropriável é um número que eu avanço com carácter aproximado, porque é difícil ter uma estimativa correcta. Falou-me em cerca de 700 mil hectares ocupados. Eu penso que a área efectivamente ocupada é superior a isso e se aproximará de um milhão de hectares.

Quanto à área ocupada e que não seria abrangida pela Reforma Agrária não tenho elementos que me permitam dizer, como afirmou, que sejam seis mil ou sete mil hectares; não tenho dados, penso que só no fim é que nós poderemos fazer as contas correctamente e verificar qual seria a área efectivamente ocupada e não abrangida pela Reforma Agrária. E há dois aspectos que muitas vezes se confundem: há o aspecto dos proprietários que eram pequenos proprietários, mas senhorios de grandes rendeiros. O grande rendeiro viu as suas terras ocupadas e o pequeno proprietário, que era senhorio desse grande rendeiro, foi também ele objecto dessa ocupação. Depois há o caso inverso. O caso dos pequenos rendeiros de grandes proprietários em que, a pretexto de que o proprietário era um grande proprietário, as terras foram ocupadas e nesse processo os pequenos rendeiros desse grande proprietário foram também marginalizados e viram as explorações que eles trabalharam ocupadas. Fazer o balanço de tudo isto é extremamente difícil, porque não basta nós pegarmos no cadastro e verificarmos a área das propriedades ocupadas, porque em propriedades que tinham uma dimensão superior aos limites estabelecidos na Lei poderiam estar repartidas por numerosos pequenos rendeiros o que conduziria a que o proprietário poderia ser eventualmente expropriado, mas os rendeiros que lá estavam, esses deveriam permanecer. É por isso mesmo que é muito difícil neste momento fazer uma estimativa de qual é a área indevidamente ocupada, se nós raciocinássemos apenas em termos de propriedade, como temos os cadastros, seria relativamente fácil e eu sublinho o relativamente, chegar a uma conclusão; mas como há aqui esta dupla situação, proprietários e rendeiros, a estimativa torna-se bastante mais complicada e difícil de fazer.

D. L. — Que tipo de medidas está o Ministério da Agricultura a pensar pôr em execução para fazer face aos problemas do pequenos e médios agricultores no Norte e Centro, e até de certas zonas do Sul, onde há problemas de múltipla ordem e parece que depois do 25 de Abril esses problemas não foram atacados como deveriam tê-lo sido.

O BALANÇO DO 25 DE ABRIL NÃO É TÃO NEGATIVO COMO SE PRETENDE FAZER CRER

L. C. — Penso que o balanço depois do 25 de Abril não é tão negativo quanto aquilo que por vezes se pretende fazer crer nessa matéria. Por um lado, no domínio puramente legislativo, foram tomadas medidas que vão no sentido da defesa dos interesses dos pequenos agricultores do Centro e Norte. A Lei do Arrendamento, por exemplo, de que falámos há pouco, com todas as limitações da sua aplicação prática, **foi um passo em frente** na defesa dos interesses dos pequenos e médios rendeiros, que constituem um número extremamente importante dos agricultores do Centro e do Norte do País.

A devolução dos baldios às populações locais, e que afecta muito mais também o Centro e o Norte do que o Sul do País, é também em termos legislativos, uma medida que vai ao encontro dos direitos e dos interesses do campesinato pobre dessas regiões. A abolição dos foros foi também com certeza uma medida que aponta na mesma direcção.

A criação do crédito de emergência, com todas as limitações, que resultaram da deficiência de circuitos que permitissem chegar esse crédito ao pequeno agricultor, da própria mentalidade do pequeno agricultor, muitas vezes pouco predisposto à utilização do crédito, também constitui algo de importante que se fez já e que terá que ser aperfeiçoado no futuro. A garantia dum certo número de preços dos produtos agrícolas, o preço que se fixou para o milho o ano passado, o preço da batata fixado já este ano, o preço que se irá fixar novamente para o milho, são aspectos que de alguma forma terão beneficiado essa camada da população agrícola do Centro e do Norte. É evidente que há muitas outras coisas ainda por fazer. No que diz respeito ao Ministério, e apenas no âmbito do que é hoje o Ministério da Agricultura, temos tentado e estamos a tentar procurar criar um mínimo de estruturas que permitam conceder o apoio necessário para o desenvolvimento de formas de associação dos pequenos agricultores do Centro e do Norte, associação cooperativa. Porque no âmbito daquilo, como eu dizia há pouco que é hoje o Ministério da Agricultura, a possibilidade de intervenção com resultados a curto prazo são extremamente limitadas. Em relação aos pequenos e médios agricultores do Centro e do Norte, de uma maneira geral, do País, aquilo que pode ter efeitos imediatos mais evidentes são as intervenções que se façam no domínio dos preços e da comercialização dos produtos agrícolas, e isso como eu dizia também há pouco, escapa ao âmbito deste Ministério e é urgente reformular todos esses circuitos, sem o que, eu falei da garantia de preços e dos preços que foram garantidos ao agricultor, mas a verdade é que se não houver circuitos comerciais capazes, se o Estado não tiver os instrumentos que lhe permitam na prática garantir os preços que fixou, essa fixação de preços tem um carácter puramente platónico, não adianta nada dizer ao agricultor, por hipótese, que nós lhe compramos o produto X por um determinado preço, se o Estado não tiver meios de intervir no mercado. Se isso acontecer, o preço poderia ter sido garantido, mas o agricultor, como na prática não tem quem lho compre, venderá ao intermediário pelo preço que o intermediário quiser pagar. Estou a chamar portanto a atenção da importância que têm os circuitos comerciais na definição de qualquer política de preços, porque fixar o preço é simples, o preço nós podemos fixá-lo por um simples decreto, aplicar, e voltamos ao mesmo, pôr na prática esse objectivo e não fazer apenas numa pura petição de princípio, é bastante mais complicado se não tivermos instrumentos para o fazer.

Mas infelizmente no momento actual e na estrutura actual governativa o Ministério da Agricultura não tem qualquer competência para intervir nesses aspectos.

Outro esforço que está a ser feito e penso que a muito curto prazo, nós teremos também ainda pelo menos os mecanismos teóricos através de uma legislação competente, é a reformolução de todo o sistema de crédito à agricultura. Já se tomaram medidas no sentido de reduzir a taxa do crédito de emergência e em colaboração com o Ministério das Finanças estamos a elaborar um plano de conjunto para rever o sistema de concessão de crédito à agricultura e as taxas de juro que lhe são exigidas.

Penso que são estes, no fundo, os aspectos fundamentais que poderia referir.

VAI SER MELHORADO O CRÉDITO À AGRICULTURA

«D. L.» — E esse plano já está numa fase muito avançada?

L. C. — Está numa fase já bastante avançada.

«D. L.» — Não pode referir as modificações essenciais que poderão ser introduzidas?

L. C. — Por um lado, há dois pontos que são importantes: a revisão das taxas para os créditos a curto e a médio prazo, a médio e a longo prazo e a revisão dos circuitos de concessão desse crédito. Até agora o crédito, em grande parte, sobretudo o crédito a taxas reduzidas de juro era canalizado através do próprio Ministério da Agricultura nomeadamente através dos fundos autónomos do Instituto da Reforma Agrária. Pensamos que essa estrutura terá que ser modificada; o Ministério da Agricultura não tem que intervir como agente mutuário no crédito, mas apenas como garante nos aspectos técnicos e económicos dos empréstimos limitados, quer dizer que nós procuraremos que seja transferido para a Banca todo o mecanismo prático de concessão do crédito reservando-se para os serviços do Ministério o aval técnico dos empréstimos que são solicitados. Portanto, em linhas gerais, muito genericamente, são as duas direcções em que aponta essa revisão, uma revisão de taxas e por outro lado a revisão dos circuitos.

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

«D. L.» — Estamos em vésperas de eleições, toda a gente sabe que vão ser muito importantes. Admitindo que o PS terá a maioria suficiente para formar o Governo, e que encontraríamos o Lopes Cardoso no Ministério da Agricultura, como é que pensa que conduziria a política própria a este Ministério?

L. C. — Não gosto de entrar no domínio da juturologia, estamos a partir aí de duas hipóteses: primeiro, que o PS será governo, e parece-me uma hipótese perfeitamente plausível, em que eu acredito, segunda hipótese que eu continuaria à frente do Ministério da Agricultura, também é uma hipótese que pode agradar-me ou não pessoalmente, mas que também tem o seu grau de credibilidade, mas enfim não me cabe a mim decidir disso, aquilo que será um governo socialista, na hipótese do PS ganhar, como eu espero, as eleições, será a direcção do partido que terá de se pronunciar sobre isso. De qualquer forma se eu tiver a responsabilidade desse Ministério, a primeira coisa, e só nessas condições é que eu aceitaria a responsabilidade desse Ministério, a primeira condição é uma reestruturação da orgânica governamental de forma a que o Ministério seja dotado dos instrumentos indispensáveis para que possa actuar e aqui tocamos num dos aspectos que eu já tive ocasião de referir duas vezes. A estrutura deste Ministério tem que ser alterada e têm que ser dadas a este Ministério capacidade de intervenção no sector do comércio dos produtos agrícolas, no sector dos preços e no sector das indústrias agrícolas, é uma condição fundamental, que aliás se inscreve naquilo que é o programa do P. S.

Nesse quadro, e em linhas muito gerais, aquilo que seria a minha política era pôr em prática o programa do PS com as adaptações necessárias à conjuntura e à situação objectiva actual. Portanto, o prosseguimento da Reforma Agrária dentro da linha de orientação tem sido a pouco e pouco e procurado definir e o desenvolvimento de uma política de fomento da produção agrícola baseada no apoio na assistência técnica à agricultura, nos novos mecanismos de crédito que seriam e que terão de ser postos em funcionamento nos novos mecanismos de comercialização de controlo uma nova política de preços para o sector, isto em linhas muito genéricas porque seria extremamente difícil agora estar a pormenorizar o que seria a política agrícola do PS com governo. De resto essa política será tornada muito em breve pública, logo que seja divulgado o programa do PS para o Governo se vier a ganhar as eleições, espero que ele seja divulgado no princípio da próxima semana.

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DAS INDÚSTRIAS QUIMICAS

DO CENTRO, SUL E ILHAS ADJACENTES

E MOAGENS DO CENTRO E SUL

Campo dos Mártires da Pátria, 50 - 2.° Dt.° (Sede) Telef 5 89 34 / 5 - 5 86 30 LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 27 DE MARÇO DE 1976 PARA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE 1975 E ORÇAMENTO PARA 1976

Realizou-se no dia 27 de Março de 1976, no «Ginásio do Sacavenense» a Assembleia Geral para aprovação do relatório e contas de Abril a Dezembro de 1975, e orçamento para 1976.

A assistência composta em mais de 300 associados pode considerar-se notável em assembleias deste género, nomeadamente pouco frequentadas pelos sócios.

Aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Geral, foi pelo mesmo dada a palavra a uma directora que em ponto prévio, fora da ordem de trabalhos, salientou o momento assaz importante que o Sindicato atravessa, sublinhando a grande jornada do dia anterior em que o Sindicato compareceu em tribunal para ser julgado.

Face à decisão do juiz em **considerar incompetente o Tribunal** para julgar a causa pode considerar-se de grande vitória o resultado a que se chegou neste momento.

Finalmente fez uma exaltação à unidade e organização de todos os trabalhadores químicos.

Por um grupo de trabalhadores foi proposta uma Moção do seguinte teor:

MOÇÃO

Os trabalhadores químicos reunidos em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de Março de 1976,

CONSIDERANDO que a impugnação das eleições realizadas em 23 de Março de 1975 são desprovidas de fundamento;

CONSIDERANDO que não compete aos tribunais julgar a Direcção do nosso Sindicato mas sim aos trabalhadores químicos;

CONSIDERANDO que o Ministério do «Trabalho» ingeriu vergonhosa e abusivamente na vida interna do nosso Sindicato;

CONSIDERANDO que o tribunal se declarou incompetente absolvendo a Direcção do Sindicato;

CONSIDERANDO que o dia do julgamento se traduziu numa jornada de luta que cimentou ainda mais a unidade dos trabalhadores químicos e em geral a unidade de todos os trabalhadores;

CONSIDERANDO que essa unidade é fundamental para a defesa dos interesses da classe operária;

CONSIDERANDO que a Direcção do Sindicato tem desenvolvido a todos os títulos um trabalho notável em defesa dos interesses dos trabalhadores químicos;

CONSIDERANDO ainda que a Direcção recebeu manifestas provas de apoio à sua actuação em milhares de assinaturas, telegramas e moções enviadas ontem, dia do julgamento, para o Sindicato;

PROPOMOS que seja dado por esta Assembleia Geral de Trabalhadores Químicos um voto de total confiança à Direcção do nosso Sindicato exortando-a assim a prosseguir a sua actividade em defesa dos trabalhadores e do Movimento Sindical.

(Assinado por 12 trabalhadores)

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

De seguida foi apresentado pelo Presidente da Assembleia Geral o Relatório e elo técnico de contas as considerações necessárias à boa compreensão das mesmas.

Posta à discussão não houve intervenções. Posta à votação foi APROVADO POR ACLAMAÇÃO.

Um grupo de trabalhadores apresentou então a seguinte moção:

MOÇÃO

CONSIDERANDO que o nosso Sindicato é uma organização cujos fins são a defesa dos interesses dos trabalhadores e não a obtenção de lucros;

CONSIDERANDO que a Reforma Agrária representa uma das grandes conquistas do Povo português e que este processo está a ser atacado por todas as forças reaccionárias;

CONSIDERANDO que mais do que nunca é necessário a solidariedade de todos os trabalhadores para com os nossos camaradas que nos campos se empenham no prosseguimento da Reforma Agrária.

PROPOMOS que 100 000$00 do resultado do exercício de 1975 seja entregue pelo Sindicato à CRARA para que ela canalize para as cooperativas e unidades colectivas.

(Um grupo de trabalhadores)

(Aprovada com uma abstenção)

Como em resultado da campanha eleitoral do ano anterior, existia um saldo de Esc. 11 933$70, cuja regularização ficou ao critério da Assembleia, foi proposto pelo sócio Henrique Barreto que o mesmo fosse canalizado para a Reforma Agrária.

POSTA A VOTAÇÃO ESTA PROPOSTA FOI APROVADA POR ACLAMAÇÃO.

Finalmente entrou-se na discussão do orçamento para 1976, tendo o Presidente da Direcção previamente feito uma introdução ao assunto.

Alguns sócios intervieram depois para esclarecer o problema das novas Delegações tendo no entanto prevalecido a opinião expressa no ORÇAMENTO, em que se propõe a abertura somente mais duas delegações.

Posto a votação o orçamento para 1976 foi o mesmo aprovado com uma abstenção.

E com as palavras de ordem UNIDADE e A LUTA CONTINUA, gritados com entusiasmo por toda a assembleia, terminou a Assembleia Geral dos Químicos, que foi mais uma demonstração de unidade, força e organização.

Lisboa, 1 de Abril de 1976

A DIRECÇÃO

Estrangeiro

Já há diploma legal para a intervenção do Estado nas empresas públicas

«Na fase de transição para o socialismo em que se encontra actualmente a sociedade portuguesa é de máxima importância o papel que cabe às empresas públicas» lê-se no preâmbulo do diploma legal sobre o regime jurídico das empresas públicas, que já se encontra na Imprensa Nacional para ser publicado no «Diário do Governo».

O referido diploma contém cinquenta artigos e salienta a transcendência daquelas empresas, não só pelas posições que ocupa ou pode ocupar nos sectores básicos da economia, mas também pelo facto de se encontrarem imperativamente sujeitas ao planeamento, o que permite, nos mecanismos que regulam o sector, um efectivo controlo por parte do Governo, isto é, a execução de planos de investimento formulados nos quadrantes económicos nacionais.

Um dos artigos (VI) prevê a intervenção dos trabalhadores: «Os estatutos deverão admitir formas adequadas de intervenção dos trabalhadores no desenvolvimento e controlo da actividade da empresa, tendo em conta o disposto pela lei sobre o controlo da gestão pelos trabalhadores» (matéria aprovada na Constituinte). O diploma em questão, como órgão das empresas públicas refere, e prevê como obrigatórios, o conselho de gerência e a comissão de fiscalização, e como órgão facultativo o conselho geral. O primeiro terá «todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento», e o conselho geral, ainda segundo o diploma, será formado por representantes dos Ministérios interessados, dos trabalhadores e por organismos ou entidades ligadas à actividade desenvolvida pela empresa».

Acerca ainda da intervenção governamental (art. XII), salienta o diploma que compete ao Governo «definir os objectivos das empresas públicas e o enquadramento geral no qual se deve desenvolver a respectiva actividade por forma a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais».

O artigo XIV alude à intervenção do órgão central de planeamento e o XXX, incide sobre o estatuto do pessoal, que deve «basear-se num regime de contrato individual de trabalho, salvo quanto ao pessoal das empresas que explorem serviços públicos».

Carro roubado

Da Avenida Elias Garcia, junto ao cinema Berna, desapareceu ontem à noite o carro com a matrícula L. E. 37-38, um «Cortina» branco pertencente a um nosso companheiro de trabalho.

Agradece-se a quem souber do seu paradeiro o favor de telefonar para 320271/2/3 ou 654531/2/3/4.

SUMOS DE PLANTAS NATURAIS «KNEIPP»

Os sumos naturais de plantas oferecem um complexo de propriedades curativas que completam a nossa desequilibrada alimentação moderna.

São obtidos por pressão mecânica a partir de plantas selvagens.

Os sumos de plantas KNEIPP, são puros, naturais e ajudam-no a conquistar uma saúde perfeita.

SUMO DE ALHO: — Hipertensão arterioesclerose, vertigens, fermentações intestinais, vermes intestinais.

SUMO DE AGRIÃO DAS FONTES: — Excelente depurativo, muito eficaz quando o metabolismo se encontra descontrolado.

SUMO DE BETERRABA VERMELHA: — Fortificante geral do organismo. Anticanceroso.

SUMO DE BÉTULA: — Diurético geral. Rins e bexiga. Recomenda-se contra a obesidade.

SUMO DE CAVALINHA: — Fortifica o aparelho respiratório, pulmões fracos, aumenta as forças orgânicas de autodefesa. Utiliza-se também nos casos de hemorragias nasais.

SUMO DE ESPINHEIRO: — Contra as perturbações cardíacas e circulatórias. Regula a tensão arterial.

SUMO DE HIPERICÃO: — Indicado contra a hipotensão, insónia e depressões.

SUMO DE ORTIGA: — Depurativo recomandado pela percantagem de cálcio, potássio, ferro, manganésio e magnésio.

SUMO DE RÁBANO SILVESTRE: — Actua sobre as mucosas estomacais, facilitando a digestão. É diurético e combate a flatulência e a preguiça intestinal.

SUMO DE SALSA: — Diurético, estimula as glândulas, facilita a digestão.

SUMO DE SALVA: — Bom para suores nocturnos, transpiração do corpo inteiro, perturbações do menopausa e do sistema neurovegetativo.

SUMO DE TOMILHO: — Contra os catarros dos órgãos respiratórios, desinfectando-os e favorecendo naturalmente a expectoração. Asma, bronquite, gripe.

SUMO DE TARAXACO: — Activa as funções do fígado e elimina os cálculos biliares. Contém colina e saponina.

SUMO DE VALERIANA: — Acalma os nervos, combate a insónia.

SUMO DE ZIMBRO: — É desintoxicante e utiliza-se nas curas primaveris Activa as funções digestivas e renais.

Os sumos de plantas naturais devem tomar-se a razão de 2 a 3 colheres de sopa por dia para os adultos e de preferência em água morna ou uma Tisana adequada. Para as crianças e adolescentes, 2 ou 3 colheres de cha ou café.

IMPORTADOR: **CENTRO DIETÉTICO NATIRIS**
Rua Aquiles Monteverde, n.° 28-1.°, Esq.°
Telefs. 56 04 95 / 4 64 93 — LISBOA

A VENDA:
LISBOA — CELEIRO DIETA — R. 1.° de Dezembro.
PORTO — MINIMERCADO DE ALIMENTAÇÃO RACIONAL — Rua Santa Catarina, 274 T

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.° 19.° do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.° 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8 57148, arquivo 4, para o estabelecimento em Tróia, freguesia de Melides, concelho de Grândola, de uma linha mista a 30 kV com 310 m, constituída por um troço aéreo com 275 m e por um troço subterrâneo com 35 m, do apoio n.° 61 da linha para Ponta do Adoxe Tróia ao posto de transformação do Ministério da Marinha.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 16 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

Estrangeiro

O PINTOR MAX ERNST MORREU EM PARIS

PARIS, 2 — (R.) — Max Ernst, o pioneiro do surrealismo, faleceu ontem, à noite, na sua residência em Paris, na vespera do dia em que fazia 85 anos, segundo revelaram familiares.

Uma vitima do nazismo, Ernst, alemão de nascimento, foi metido num canpo de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial, mas fugiu e naturalizou-se norte-americano. Natural de Bruhl, perto de colónia, onde nasceu em 1891, viveu os últimos anos em França. Estudou filosofia, psiquiatria e história da arte antes de se dedicar à pintura em 1910.

Com Johannes Theodor Baargeld, Ernst fundou o movimento alemão Dada, em 1919, e provocou escândalo ao convidar os visitantes a uma exposição a destruirem as obras de que gostassem.

Empregou novo método de colagem e atreiu os surrealistas tranceses, a cuja escola se juntou em 1921. Obteve sucesso nos Estados Unidos, em 1936, quando organizou uma exposição a que deu o título da «arte fantástica, Dada e surrealismo».

Em 1938, abandonou o grupo surrealista francês, após uma polémica com o seu fundador André Breton.

Em 1941, casou com Peggy Guggenheim, uma rica patrona das belas-artes, que exibiu as obras do marido na sua galeria. Divorciou-se de Peggy, em 1946, e consorciou-se com a pintora surrealista Dorothea Tanning.

Ernst afirmou, uma vez, ter pintado cerca de dois milhões de quadros, e, numa exposição de duzentas telas, na Galeria Tate em Londres, em 1961, declarou: «Inventei o surrealismo. Pintei o meu primeiro quadro com 1 ano de idade».

Nas últimas duas décadas, museus de Londres, Nova Iorque, Amsterdão, Estocolmo, Hamburgo e Paris, organizaram exposições com as suas obras.

Ernst, a quem os surrealistas Salvador Dali e René Magritte ficaram a dever tanto, foi descrito como o verdadeiro pioneiro do movimento e até mesmo como o símbolo da pintura surrealista, a despeito da sua polémica com Breton.

Trégua de dez dias no Libano para eleger um presidente

BEIRUTE, 2 — (ANOP) — As facções rivais envolvidas na guerra civil libanesa concordaram em estabelecer um cessar-fogo de dez dias, com início às 10 horas de hoje.

Muito pressionadas a nivel internacional, as forças esquerdistas ofereceram esta trégua aos seus inimigos cristãos a fim de permitir a realização de eleições para a presidência.

Contudo, não foi ainda emitido qualquer comunicado do gabinete do presidente cristão Suleiman Franjieh sobre a sua resignação.

O cessar-fogo foi anunciado pelo dirigente muçulmano Kamal Jumblatt, na cidade de Aley, situada a cerca de oito quilómetros de Beirute.

Entretanto, em Washington, o rei Hussein da Jordânia declarou que a Síria poderá invadir o Líbano, com a sua aprovação, caso se torne evidente que «não existe outra via» para fazer parar a guerra civil naquele país.

Hussein acrescentou que qualquer tipo de acção retaliatória a essa decisão, por parte de Israel, mergulharia o Médio Oriente numa «guerra generalizada».

Em observações que parecem destinadas a preparar a opinião pública mundial para uma eventual intervenção síria, o monarca jordano disse que a Síria dispunha de uma força policial capaz de fazer respeitar tréguas, nesta guerra civil no Líbano, que se arrasta há onze meses.

«Não creio que a Síria esteja muito ansiosa em enviar as suas tropas para o Líbano, caso exista outra solução» — disse o monarca jordano.

«Penso contudo que aquele país está disposto a adoptar tal medida caso não haja outra solução» — frisou o rei Hussein aos jornalistas.

«Além disso, tenho a garantia da Síria de que as suas tropas abandonariam o Líbano quando deixassem de ser necessárias para a manutenção da paz neste país» — acrescentou o monarca jordano.

NOTA SOVIÉTICA REJEITADA NO CAIRO

CAIRO, 2 — (ANOP) — O Egipto rejeitou uma nota oficial soviética atacando o presidente Anwar Sadat pela denúncia do tratado de amizade entre o Egipto e a U.R.S.S., — anunciou a agência Mena.

O vice-presidente Hosni Mobarek, na ausência de Sadat, actualmente de visita à Alemanha Federal, recusou-se a receber a nota no decurso de uma reunião com o embaixador soviético no Cairo, Vladimir Polyakov, considerando-a «uma interferência nos assuntos internos do Egipto».

A Imprensa do Cairo, por seu lado, atacou a posição de Moscovo afirmando o «Al Gomhouria» que o «Egipto não pode aceitar ameaças venham de onde vierem», enquanto o jornal «Al Ahram» acusou a U.R.S.S. de fazer uma «politica imperialista» ao fornecer armas ao Egipto para depois se recusar a fornecer peças sobresselentes.

Caleidoscópio

■ BANGKOK, 2 — (ANOP) — Panja Kasethong, secretário da educação e candidato às eleições do próximo domingo, foi gravemente atingido a tiro ontem à noite no Norte da Tailândia — anunciou o Ministério da Educação.

Entretanto, o Ministério do Interior tailandês anunciou que outro politico foi morto durante um comício, na provincia de Rayong, a 160 quilómetros a Sueste de Bangkok.

■ MANILA, 2 — (ANOP) — Os Estados Unidos recusaram-se a conceder asilo político ao antigo presidente filipino Diodasdo Macapagal — anunciou um informador da Embaixada em Manila.

Macapagal, alegando que temia ser detido devido a ter pedido recentemente num livro concluido o «fim da ditadura sem lei» do presidente Ferdinando Marcos, apresentaram-se ontem na Embaixada norte-americana.

■ CIDADE DO MÉXICO, 2 — (ANOP) — Ontem de manhã, um automobilista ébrio investiu contra uma coluna de 180 recrutas que faziam instrução militar numa das principais avenidas desta capital.

Um dos jovens morreu, três ficaram gravemente feridos e os restantes tentaram lichar o automobilista, que foi internado de urgência.

■ PARIS, 2 — (ANOP) — A repudiação da noção de «internacionalismo socialista» pelo Partido Comunista francês depois do mesmo partido, durante o seu XX Congresso ter também afastado a «ditadura do proletariado», marca uma nova etapa no crescente afastamento das teses comunistas em França e na U.R.S.S. — sendo a última apoiada pelos P.C.s dos países de Leste.

Esta é a opinião de diferentes comentaristas parisienses e foi ontem confirmada numa conferência de Imprensa concedida pelo secretário-geral do P.C. francês, Georges Marchais.

Destituído no Brasil outro deputado

BRASÍLIA, 2 — (ANOP) — O regime militar brasileiro removeu um congressista da oposição e destituiu-o de direitos políticos durante dez anos por criticar uma acção semelhante contra dois outros congressistas, no princípio desta semana.

O Ministério da Justiça anunciou que a acção teve lugar na quarta-feira passada, contra o deputado Lysaneas Maciel, do Rio de Janeiro, por pronunciar um discurso protestando contra a remoção do cargo e a destituição de direitos na segunda-feira determinadas contra Nadyr Rossetti e Amury Muller.

Ambos os atingidos tinham feito discursos no Estado do Rio Grande do Sul, criticando o regime militar do presidente Ernesto Geisel.

Os três políticos visados são membros do único partido da oposição legalizado, o Movimento Democrático Brasileiro.

CIMEIRA DA C.E.E.

Dificuldades monetárias originam apelo

LUXEMBURGO, 2 — (ANOP) — O presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, intervindo na cimeira europeia, solicitou ontem aos dijigentes do Mercado Comum Europeu que reiterem a sua anuência ao princípio da unidade económica e monetária da Europa Ocidental, não obstante as dificuldades actuais.

Este seu apelo foi posto em destaque pela queda acentuada da libra esterlina nos mercados mundiais.

A difícil situação monerária foi também salientada pela decisão tomada recentemente por d'Estaing de afastar a França da «serpente», um acordo monerário efectuado com alguns países europeus.

Entretanto, o chanceler Helmut Schmidt, da República Federal Alemã, apelou para uma maior coordenação das políticas económicas dos nove países membros do Mercado Comum Europeu, como condição para uma maior cooperação nos assuntos monetários.

No domínio monetário, as críticas de Schmidt foram dirigidas sobretudo à Grã-Bretanha e à Itália e, em menor escala, à França, países que, ao contrário da República Federal Alemã, não conseguiram fazer baixar as suas taxas de inflação para niveis inferiores a 10 por cento.

O chanceler alemão pinou que países em difícil situação económica devem aceitar mais austeridades, caso pretendam uma maior ajuda da forte economia alemã.

O primeiro-ministro Joop den Uyl, da Holanda, onde as taxas de inflação desceram para 7 por cento, apoiou Schmidt, salientando também que o essencial para os europeus é combate à inflação.

Den Uyl criticou o sistema francês de taxas de câmbios fixas, acusando-o de «atacar sos sintomas e não as causas» da inflação.

Para além do problema monerário, os dirigentes da CEE concordaram o ano passado em ficar as formalidades finais para a realização de eleições directas para o parlamento Europeu, em 1978.

Contudo, as divergências permanecem quanto à patrulha dos lugares da assembleia, A Grã-Bretanha e a Dinamarca, que manifestaram frieza em relação à questão da realização de eleições directas, solicitaram um prazo para reflectir sobre a proposta de Giscard d'Estaing, enquanto a Itália a dava indicações de se opor desde logo a ela.

Todavia Giscard d'Estaing surpreendeu os dirigentes europeus ao sugerir o mesmo número de membros do actual Parlamento: 198.

Finalmente, os dirigentes dos países membros do Mercado Comum concordaram em emitir uma declaração de apoio à política britânica para a Rodésia, a qual não deverá, todavia, sugerir uma iniciativa separada da CEE.

Fim-de-semana sangrento em Espanha?

MADRID, 2 — (Por Rafael J. Claudin — Especial para o «D. L.») — «A Espanha tem ainda um longo e difícil caminho a percorrer para alcançar uma democracia efectiva. A esperança da esquerda hoje é que a direita não permita as reformas que o Governo procura aplicar para conseguir o seu reconhecimento pela CEE.

Factos muito significativos vêm em apoio desta tese: o Governo continua a elaborar os seus modelos próprios de reforma, que estão a ser muito propagados pela Imprensa europeia. O rei Juan Carlos e o seu ministro Fraga Iribarne estão a ser diariamente «referendados» por Giscard d'Estaing e Poniatowsky, que o fazem em representação da direita europeia. Fortes indícios assinalam uma participação do P. S. O. E. nas próximas eleições municipais, o que seria suficiente para o reconhecimento pelas social-democracias europeias. O Governo suspendeu a entrega de passaportes aos milhares de militantes de base e exilados políticos que continuam sem eles. Os três ministros da reforma — Fraga, Areilza e Garrigues — foram denunciados ante um juiz pelo dirigente ultradireitista Sanchez Covina, que considera o texto do projecto de lei de associações por eles propugnado como contrário às leis fundamentais do Estado espanhol, que eles juraram respeitar e defender.

Esta é a situação política. A outro nível, temos duas manifestações não autorizadas: a da esquerda democrática, amanhã, sábado e uma da direita, no domingo. Este fim-de-semana pode ser sangrento

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS DE CERAMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE

CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO

Camarada:

Foi recentemente publicado o diploma regulador das convenções colectivas de trabalho.

O Movimento Sindical já se pronunciou sobre os princípios a que deve obedecer esta regulamentação. Defendemos e reafirmamos que o processo de contratação colectiva seja o mais possível liberto da intervenção estatal.

Embora não seja liberal, pois exige o reconhecimento da força organizada dos trabalhadores como factor determinante das transformações políticas, económicas e sociais que ponham termo à exploração capitalista.

Tomou o Movimento Sindical conhecimento de manobras de associações patronais negando-se a aceitar a aplicação retroactiva de cláusulas das convenções colectivas.

Invocam o Decreto-Lei n.º 164-A/76, que regulamenta estas relações, com o pretexto de que este diploma proíbe essa retroactividade, o que é falso, pois nada há no referido Decreto-Lei que possa servir de base a tais posições, pelo que estas atitudes não passam de manobras destinadas a tentar destruir por limitações toda a pratica de contratação livre que o proprio Decreto-Lei expressa.

O objectivo visado pelas entidades e associações patronais é, entre outros, o de aumentar o período de vigência efectivo das convenções colectivas.

Não havendo aplicação retroactiva nem períodos máximos para as várias fases do processo de revisão das convenções colectivas, fica aberta a porta ao boicote sistemático ao processo de negociação pelas associações patronais, nomeadamente prolongando ao máximo as negociações.

O Movimento Sindical.

1.º Reafirma as posições tomadas pelos trabalhadores em amplas reuniões promovidas pelo Movimento Sindical e aprovadas pelo Plenário da Intersindical de 13/3/76, já divulgadas.

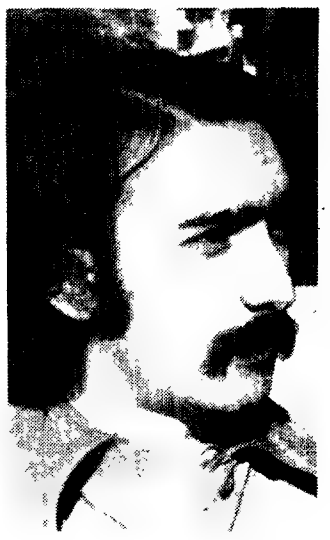
2.º Denuncia as posições do patronato que, ao negar a aplicação retroactiva dessas cláusulas das convenções colectivas, pretende arrastar ao máximo as negociações e, por essa forma, liquidar a liberdade de negociação.

3.º Não admite que com «interpretações» de última hora venha o Ministério do Trabalho a apoiar estas manobras do patronato pretendendo impor a proibição da retroactividade dessas cláusulas.

Lisboa, 1 de Abril 76

A DIRECÇÃO

Espectáculos



Zé Jorge Letria: «lutar vencer»

Lutar Vencer

—um novo disco de José Jorge Letria

Um novo «long-play» de José Jorge Letria, editado pela Arnaldo e Trindade, acaba de ser posto à venda. Intitulado «Lutar Vencer», o novo disco do nosso antigo camarada de Redacção, e um dos nomes mais representativos da nova canção portuguesa significa — tal como ele próprio nos indica no texto que acompanha a edição — um «projecto de combate, um fraterno sinal para avançar, a certeza em suma, de que tudo está ainda por fazer e que cruzar os braços é antecipar a morte».

Este «Lutar Vencer», que deveria ter sido posto à venda nos últimos meses do ano passado, e que demorou algum tempo mais por dificuldades várias, inclui 12 belas canções, todas da autoria do Zé Jorge, com arranjos e direcção musical de Júlio Pereira. Nos coros colaboram, Fernando Tordo e Sónia, além do autor.

Entre os títulos mais significativos deste «long-play» destacam-se: «Esta terra há-se ser nossa», «Quem tem medo dos comunistas», «Com as armas desta vida», «Abre os olhos camarada» e «Portugal vencerá».

José Jorge Letria avisa-nos, ainda no final do seu texto inserto na capa: «que não haja hesitações. Lutar é meio caminho andado para vencer. Que neste canto se fundam as nossas vozes, estandartes sempre vivos da vitória».

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

«Notícias do Poder...» — sobre textos dos espanhóis António Martinez Ballesteros, Lauro Olmo, Luís Matilla, e dos portugueses Augusto Sobral e Virgílio Martinho. Divertimento em 2 partes do Grupo Proposta, com: Álvaro Faria, Ângela Ribeiro, Armindo Marques Pereira, Augusto Sobral, Fernando Gusmão, Luís Alberto, Manuel Coelho, Marília Gama, José António, José da Costa, Rogério Vieira, Vítor Esteves. Teatro do Grupo Proposta (Rua Vale Formoso, 18 ao Poço do Bispo).

Notícias do Poder

Um novo grupo de teatro que não é apenas um grupo novo que pretenda exercer uma indeterminada prática teatral; pelo contrário, tem uma proposta — seu nome — concreta e reflectida. Começa por procurar um local em que essa prática não encontre apenas ressonâncias mas encontro outro tipo de ressonâncias tenta inserir o seu trabalho numa articulação permanente com as forças **políticas** locais (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, etc.). Estas duas perspectivas têm já a ver com descentralização — entendida esta não no sentido horizontal mas no sentido vertical. Podemos considerar, com efeito, que um espaço urbano lisboeta pode estar tão desprotegido culturalmente como qualquer aldeia perdida na serra, com a desvantagem de ser vítima de bombardeamento contínuo de forças intoxicantes — sob o ponto de vista informativo e cultural — enquanto na aldeia pode ainda haver um tecido de actividades e de actos que constituem, por si só, uma realidade cultural. Consideramos ainda que o trabalho em profundidade deverá fazer-se não apenas pela interligação às «forças vivas» referidas, mas também pela descoberta e recriação das vivências e dos problemas que aquelas exprimem ou contêm. Supomos que é nestas bases que o Grupo Proposta pretende trabalhar — não com a intenção de produzir espectáculos consumíveis — que, aliás, também têm a sua função — mas para servir de catalizador de potencialidades ocultas com as quais construirá espectáculos em especial para o próprio público com quem «trabalha».

Para isso, o Grupo Proposta começou por transformar um velho armazém de vinhos num espaço cénico e de público realmente habitável: houve a preocupação de que o espaço de representação fosse amplo e desafogado, e de que o espaço para os espectadores fosse minimamente confortável (no seu género). A estes espaços, outros se seguirão para que o local seja mais do que um lugar para um público que vê teatro: o bar, a biblioteca, a discoteca servirão de lugar de convívio com o qual o grupo quer abrir-se para a população do local (a freguesia de Marvila).

Tentar uma «experiência» teatral e de exercício cívico inserida no processo da Revolução Portuguesa — eis como o próprio grupo apresenta a sua proposta no excelente Caderno Proposta 1. Como eles próprios reconhecem, este primeiro espectáculo não é ainda representativo daquilo que se propõem fazer. É, no entanto, uma experiência a ter em conta por constituir — na linha de um teatro popular: ao mesmo tempo interveniente e divertido — uma reflexão política que carreia bastante material que ajudará uma útil reflexão por parte dos espectadores. Constituído pela colagem de vários textos — tem, no entanto, uma unidade que é mantida ao longo do espectáculo pelas personagens que o definem: o Poder (Igreja, Capitalismo, Exército) e pelo contrapoder (o Povo, representado pelo Zé-Povinho). O espectáculo desdobra as várias formas que esse Poder assume e desmonta os mecanismos — por vezes ridículos, por vezes trágicos — em que assenta. Esses mecanismos (políticos, económicos, culturais, morais, religiosos) surgem configurados nas personagens e nas situações — limite utilizadas, e são criticados através dos elementos significantes criados (canções, figurinos, marcações, adereços, interpretação). A informação, a «democracia», a Igreja, a repressão, o falso patriotismo, o machismo, etc., são vistos por um prisma crítico que vão da ironia sem «nuances» ao mais brutal corte dramático.

O espectáculo nem sempre atinge o nível que seria para desejar; por vezes, a «mensagem» é demasiado débil em função dos sinais utilizados, outras vezes é o contrário e surgem os clichés. Todavia, atinge grande força satírica, especialmente no quadro em que o velho general morre na cama da prostituta (boa criação de Ângela Ribeiro) sendo necessário cortar-lhe o sexo erecto para o meter no caixão.

De salientar em «Notícias do Poder» o carácter inventivo do material de cena (as velas que se transformam em «casse-têtes» que se transformam em manivelas; a cama que é um dos elementos unitários de encenação, por exemplo); a vivacidade de Rogério Vieira, no Zé-Povo (embora a voz o atraiçoe nas cançoes), e de uma maneira geral o nível dos intérpretes, onde há gente nova com talento.

Guardamos para o fim uma referência ao último quadro, «O Herói», (texto de Virgílio Martinho) que nos parece o mais incisivo e o mais discutível.

Trata-se de uma cena em que surgem em caricatura alguns comparsas da sociedade portuguesa do colonial-fascismo. As autoridades, os pais, os amigos de um herói que regressa da guerra colonial são dados em caricatura que desmistifica o que há de falso na situação. O herói vem, como era de esperar, numa cadeira de rodas, sem pernas. O que resultaria num conto ou num romance resulta, em teatro, numa cena inevitavelmente traumatizante para largos sectores do nosso povo que não podemos deixar de considerar vítimas inocentes da cilada em que foram obrigados a cair (e ainda caem!). A nosso ver, o quadro perderia esse provável carácter traumatizante e ganharia talvez em impacto, se o autor e o grupo modificassem o final: em vez de aparecer o mutilado, ver-se-ia apenas a reacção daqueles que o aguardavam; e a personagem seria substituída por um cartaz em que o público pudesse ler estatísticas deste género: quantos soldados e oficiais perderam a vida na guerra colonial? Quantos ficaram mutilados? Quanto custou a guerra colonial? Etc.

Nem sempre o crítico se pode atrever a interferir no mecanismo da criação que analisa. Trata-se, aqui, de um caso claramente exemplar que merece um tratamento especial.

Associação Portuguesa de Teatro Amador reconhece representante em Setúbal

A Associação Portuguesa do Teatro de Amadores aceitou a A. R. T. A. S. — Associação Regional do Teatro Amador de Setúbal — como sua legítima representante no distrito de Setúbal.

Assim, todos os assuntos que digam respeito aos grupos amadores inscritos na A. P. T. A., localizados naquele distrito, devem ser canalizados para aquela Associação através da A. R. T. A. S., que colaborará para a boa resolução dos problemas respeitantes ao teatro amador.

A. P. T. A. Ser e não estar

A A. P. T. A. — Associação wportuguesa do Teatro Amador — esclarece, em circular, não estar apta a distribuir os subsídios que vinham sendo concedidos pelo Ministério da Comunicação Social. São em número de 52 os grupos de teatro com pedidos de subsídio pendentes na A. P. T. A.

A situação deriva do facto de o M. C. S. ter anunciado que não dispunha de verbas para o efeito.

Entretanto, uma nova política de atribuição de subsídios ao sector teatral ficará definida em Setembro próximo.

LOPES-GRAÇA: EM MEMÓRIA DE CATARINA

Catarina Eufémia é evocada na obra do maestro Lopes Graça a estrear no domingo pelo C.E.L.U.C. (Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra) que assim apresenta o primeiro concerto popular.

O espectáculo, que se realiza às 17 horas no pavilhão do Casino (velho) do Estoril, inclui ainda extractos de uma cantata de Theodorakis e Pablo Neruda.

Recital de música no Conservatório de Aveiro

No auditório o Conservatório Regional de Aveiro realiza-se hoje, pelas 21.30, um recital de piano e violoncelo, por José Paulo Ribeiro da Silva e Fernão Vasco Ribeiro da Silva.

Com 20 e 18 anos, respectivamente, os intérpretes são naturais do Porto e obtiveram já vários prémios. O programa inclui obras de Johannes Schenk, Vivaldi, Mozart, Debussy, A. Scriabin, Liszt, Sammartini, Teresa Macedo e Popper.

MARIA VITÓRIA

Todos os dias 2 sessões às 20.30 e 22.45

(Não aconselhável a menores de 18 anos)

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR
MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE

Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.
2.as feiras:
Descanso da Companhia

Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 661515

Bilhetes à venda
Proibida a ent. após início do espectáculo

Teatro da Cornucopia

3.ª a sábado, às 21.15 h
domingo, só às 18.00h.
(Não acons. a men de 13 anos)
Bilhet. abre às 17.00h.

DELICIAS TURCAS
(TURKISH DELIGHT)

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

AVISO AO PÚBLICO
este filme contém cenas eventualmente chocantes

...É UMA HISTÓRIA DE AMOR.

MONIQUE VAN DE VEN - RUTGER HAUR
num filme de JAN WOLKER
Columbia Pictures
real de PAUL VERHOEVEN prod de ROB HOUWER — Colour

8.ª SEMANA agora só no quarteto

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

GRANDE ASSEMBLEIA DO C.C.T. RETALHISTA

3.ª FEIRA — 6 DE ABRIL — 21 HORAS

Salão Nobre — INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ORDEM DE TRABALHOS:

1 Análise da actual situação das negociações
2 Tomadas de posição na defesa do nosso contrato, face à **RECUSA DO PATRONATO** em chegar a acordo com as nossas **JUSTAS REIVINDICAÇÕES!**

Para Vencer o Aumento do Custo de Vida — A Tua Presença na Assembleia é Fundamental!

40 MIL TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MARCHA PARA A CONQUISTA DO CONTRATO!

TODOS À ASSEMBLEIA!
VENCEREMOS!
LX: 1/4/76

A DIRECÇÃO

Televisão

Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

TRÊS MOMENTOS DE UMA CONFUSÃO

I

Desporto, a grande festa. Quanta vez, ai quanta, a grande festa da ilusão, as multidões delirantes (enjauladas sem o saberem) a publicidade da marca de petróleos escrita nas camisolas (e viva as multinacionais!) os jogadores pagos a peso de oiro (manipulados pelo oiro eles também). Desporto, enfim, isso a que por força do hábito chamamos desporto.

Enquanto prosseguem os encestamentos ora dos italianos ora dos espanhóis, vou deitando contas à vida. Porque nem todos apreciam brincadeiras do dia das mentiras ou do tempo das mentiras. Com a mentira me mostras a verdade, ó televisão tão amiga de brincar.

Pensando na vida. Naquilo que mais intensamente nos diz respeito. Como por exemplo aquele comentário no Telejornal da hora do almoço em que se denuncia o terrorismo e as formas de violência tão contrárias a **uma vivência democrática**, se não me engano foi assim mesmo que disseram.

Pois não. Eu cá sempre disse isso, mas os fascistas, os caciques, os homens da moca, os incendiários, os amiguinhos do C. D. S., os desordeiros mercenários, esses não me deram atenção. E continuaram à solta. Alegremente. Impunemente. Com alguns responsáveis políticos, ainda por cima, a deitar culpas aos perseguidos e em bençãos aos perseguidores.

Tivesse havido uma boa mobilização da opinião pública e das forças populares e os desordeiros e incendiários tomariam juízo em pouco tempo.

Mas esclarecimento foi coisa que nunca houve. Saquearam sedes, e a televisão — moita! Perseguiram militantes progressistas, e a televisão — moita! Localidades há onde partidos progressistas não conseguem alugar casa para centro de trabalho porque, entretanto, se desencadeiam campanhas de intimidação, e a televisão — moita. Compreende-se. A RTP não se quer meter em assuntos partidários...

II

Felizmente, penso eu, felizmente o bom senso acordou nas antenas. Como diria um poeta, se neste país agora houvesse tempo para a poesia, a felicidade nunca chega tarde, quando chega.

De súbito, verifico este colossal fenómeno, tão colossal que teria êxito absoluto em qualquer circo: a RTP perde inclusivamente o medo de parecer partidária, a RTP chama às coisas pelo nome. Bravo! — exclamo para os não-botões da minha camisola — Estás a marcar pontos, televisão! É preciso teres coragem...

O Telejornal conta. Conta que no dia 27, na Várzea do Douro, militantes do P. C. P. e um candidato foram agredidos.

Francamente, era preciso atrevimento condenar na televisão coisas destas feitas ao P.C.P. Certo que a história ia já um pouco longa, onde é que já vai o dia 27! Enfim, o importante não era a data, mas o facto em si, o importante era denunciar uma violência fascista. Honra lhe seja: o **Telejornal** nem se esquece de referir um elemente da P. I. D. E. recentemente posto em liberdade. Digam lá: conservar preso um indivíduo deste calibre não era uma autêntica, imperdoável injustiça? Não se estava ali a perder um grande valor?

Sim. Denunciar isso era o mais importante. Mas porquê — tornava eu, coca-bichinhos — porquê falar nisso agora, cinco dias volvidos?

A interrogação durou ainda menos tempo do que o tempo de uma rosa.

III

O **Telejornal** conta, logo de seguida e sem intervalo para o almoço, que **ontem, na Escola de Sobreira**...

Que **ontem** numa aula daquela escola se efectuava uma sessão de esclarecimento do C. D. S. De súbito foi detectada uma bomba, a bomba foi retirada a tempo e só por isso, etc. Conclusão: **Atentados como esses não levam a uma vivência democrática que todos desejamos e devem merecer o nosso mais vivo repúdio.**

Passemos por cima daquele **todos** Quer dizer: **todos** menos os desordeiros que atacaram os militantes do P. C. P. e os que puseram bomba na sala. É uma maneira de falar. Mas notemos: o atentado-que-chegou-a-ser contra o partido da esquerda é denunciado cinco dias depois; o atentado-que-não-chegou-a-ser contra um partido da direita é denunciado logo no dia seguinte, sem perda de tempo...

Notemos: a apresentação das duas notícias no mesmo bloco corre o perigo de sugerir uma relação entre os dois acontecimentos. Não houve, pelo menos, o cuidado mínimo de evitar esse risco...

E foi pena. Estas confusões sabemos bem a quem aproveitam. De grandes confusões está o fascismo cheio.

Bulgária em fotos

O ministro plenipotenciário da Bulgária inaugurou no salão da delegação do Porto do Ministério da Comunicação Social uma exposição de fotografias sobre a vida na Bulgária.

A exposição, que reúne 104 trabalhos, mostra diversos aspectos da vida da Bulgária, nomeadamente o desenvolvimento da indústria e da agricultura (actividade esta que engloba 90 por cento da sua população activa), da cultura e do turismo, desde o arranque revolucionário daquele país até ao presente.

Ao acto inaugural assistiram autoridades representativas do distrito.

A exposição está aberta até ao próximo dia 9 e pode ser visitada das 15 às 20 horas.

"Vida Mundial" ainda este mês

«Vida Mundial», semanário político e de actualidade nacional e internacional, que há mais de seis meses não vem a público, deve voltar a publicar-se possivelmente logo a seguir às eleições para a Assembleia da República.

Para além do nome de Natália Correia, que a administração da Sociedade Nacional de Tipografia mantém como directora, apesar da oposição de antigos redactores da revista, recentemente dela afastados, indicam-se para assumir os cargos de chefia e de subchefia de redacção, respectivamente os jornalistas Paulo Figueira e Carlos Plantier.

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIARIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LAMI

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 20/76

Faz-se saber que no dia 13 de Abril de 1976, pelas 15 horas, terá lugar na 1.ª Repartição Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnico - Especiais, Avenida 24 de Julho, 171, o concurso público para a «CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE UMA LOJA SITUADA NO ABRIGO PARA PASSAGEIROS JUNTO À ESTAÇÃO DO METROPOLITANO NO CAMPO GRANDE».

A BASE DE LICITAÇÃO É DE 1.000$00 mensais. (Processo n.º 9/76 CP DSTE).

O processo do concurso encontra-se patente, todos os dias úteis, na referida Repartição.

Paços do Concelho de Lisboa, em 22 de Março de 1976.

O PRESIDENTE
DA COMISSÃO
ADMINISTRATIVA

José Lino Góis Ferreira
Coronel

PUB

Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro

COMUNICADO

Tendo o Ministro do Turismo dado a perceber que haveriam hipóteses, depois de se tentar o relançamento da Indústria, de entregar novamente algumas unidades hoteleiras aos seus antigos patrões, vem este Sindicato tornar público o seu parecer sobre este assunto:

1) Repudiamos terminantemente o regresso à gestão de empresa de indivíduos que na prática se revelaram os causadores de situações caóticas, por falta de estrutura, que a indústria atravessa;

2) Denunciamos a sabotagem económica feita por esses senhores, que perante a perspectiva democrática existente em Portugal, abandonaram pura e simplesmente os trabalhadores à fome e à miséria, refugiando-se noutras latitudes, onde puderam criar de novo situações de exploração capitalista;

3) Os trabalhadores da Indústria Hoteleira do Distrito de Faro estão conscientes de que o Turismo é factor primordial para o desenvolvimento da nossa economia e não estão dispostos a sacrifícios de toda a ordem, parar que se entregue de mão beijada essas unidades a nomes bem conhecidos de todos nós e que pensávamos estarem bem esquecidos;

4) Denunciamos também a tentativa oportunista da criação de novos patrões que, estamos certos, a curto prazo procederiam de modo idêntico aos que nós repudiámos;

5) Defendemos intransigentemente a participação activa dos trabalhadores em formas auto-gestionárias que permitam o relançamento do Turismo e a criação de estruturas sólidas que ponham a Hotelaria e o Turismo ao serviço dos trabalhadores e do povo em geral.

A DIRECÇÃO

Hoje

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Ver e Pensar** «Somos Livres» (2.ª parte).
19.25 **Mar Limiar** o velho e o novo um programa do Grupo de Pesquisa e Estudos Subaquáticos sobre a Lagoa de Santo André.
19.50 **Momento Desportivo**
20.30 **Telejornal** 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 Encerramento dos trabalhos da Constituição
22.00 Promulgação da Constituinte.
21.35 **Terra a Terra Minha Gente** concurso sessão dedicada ao Distrito de Beja.
22.40 **Cinema 76** actualidades cinematográficas por Alfredo Tropa.
23.05 **Telejornal** 3.ª edição
23.25 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Túlipa Negra»** série filmada.
20.25 **Fronteiras do Amanhã**
20.40 **«O Mágico»** série filmada.
21.35 **Sabe que há mais Salas no Museu de Coimbra?** (2.º programa) neste segundo programa sobre as novas instalações do Museu Nacional em Coimbra, além de mais algumas declarações de muito interesse do seu novo director dr. Adriano Gusmão, é mostrada a colecção de pintura portuguesa dos séculos XV e XVI, cuja obra mais antiga é o Tríptico de Santa Clara (século XV).
22.20 **Telejornal** em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
22.50 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: Hoje Pode Ver os programas dos teatros e cinemas e da TV; **13.35**: Desenhos Animados; **13.45**: Stop — um programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa apresentado por Joaquim Filipe Nogueira; **14.00**: Retrospectiva — revista de acontecimentos desportivos da semana no País e no estrangeiro; **14.10**: Culinária — transmissão dos Estúdios do Porto; **14.35**: Falar Educação; **14.55**: Eurovisão Hipismo — transmissão directa do Grand National de Aintrew; A Banda de Música da Guarda Nacional Republicana — «Poema Sinfónico», de Joaquim Luís Gomes; **18.25**: «A Casa de Jalna» — o famosos romance de Mazo de la Rocha adaptado a telefilme; **19.55**: Cartaz TV — selecção dos programas da semana, por Jorge Alves; **20.30** Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; **21.00**: O Concurso Eurovisão da Canção 1976 directamente da Haia, em produção da NOS (Holanda), transmissão da apresentação das canções representantes da BBC (Gra-Bretanha), SSR (Suica), ARD (Alemanha Federal), IRA (Israel), RTL (Luxemburgo), RTB (Bélgica), RTE (Irlanda), NOS (Holanda), NRK (Noruega), EPI (Grecia), YLE (Finlândia), TVE (Espanha), RAI (Itália), ORTF (Austria); RTP (Portugal Carlos do Carmo, «Uma Flor de Verde Pinho», de José Niza e Manuel Alegre), RMC (Mónaco), TF1 (França) e JRT (Jugoslávia). Depois de um curto intervalo segue-se a transmissão da votação telefónica dos júris nacionais, directamente de cada uma das estações de Televisão concorrentes, final da qual se procederá à consagração da canção mais apurada Uma emissão apresentada pelo Dep. de Prog. Musicais e Recreativos; **22.45**: Memorias do Nosso Tempo A Grande Guerra «Vem aí o Demónio» um documentário realizado por John Terraine sobre a Batalha do Somme (1916); **23.30**: Telejornal 3.ª edição; **23.40**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00; Abertura e cenas de Ópera; **20.30**: Noite de Cinema — «Esta Noite ou Nunca»; **22.10**: Telejornal; **22.45**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIENCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

BASQUETEBOL — TAÇA DA EUROPA

Varese ganha ao Real (81-74) e leva o ceptro para Itália

Os desportistas portugueses que não tinham «coberto» pelo video o Bayern-Benfica (é preciso que se saiba que os donos da Eurovisão pediram à administração portuguesa qualquer coisa como 1400 contos) puderam acompanhar ontem a extraordinária demonstração colectiva do Varese, que para a final da Taça da Europa defrontou (e derrotou) o Real Madrid.

Seis vezes finalista da prova, o Varese (ex-Ignis) arrecadou ontem o seu quarto triunfo em 19 edições, suplantando os madrilenos por margem que não deixa dúvidas à sua superioridade: 81-74. Também não é por acidente que, ao defrontarem-se ontem, tanto o Varese (Mobil Girgi) como o Real Madrid, que apalparam forças, ainda na mesma prova, em 74 e no ano passado,, disputaram a final de acordo com a sua real categoria e todos os seus pergaminhos: as melhores equipas do basquetebol da Europa Ocidental, duas da mais brilhantes formações mundiais.

Equilibrado na primeira parte (43-42 para os madrilenos), o embate manteria essa característica pelo tempo adiante, mesmo quando Crughran cometeu a sua terceira falta e foi substituído pelo veterano Lucky, tendo o Madrid solicitado o primeiro desconto de tempo. Já no tempo complementar os madrilenos, que nunca se tinham deixado superar em mais que quatro pontos, começaram a perder terreno (note-se que os «merengues» se adiantaram no marcador nos primeiros segundos do reatamento) após o 61-61, e quase no final do encontro perdiam por 76-66 perante toda a cidade de Genebra praticamente paralisada e 14 países presos ao «écran» das suas televisões.

Com dois americanos (basquetebolistas) para cada lado, e o Madrid com dois «ianques» nacionalizados, as equipas formaram:

VARESE — Campion, Zanata, Morse, Meneglin, Bisson, Montin, Ossola.

REAL MADRID — Brabender, Vicente Ramos, Cabrera, Walter, Corballan, Lucky, Rullan, Cristobal, Crughran.

Futebol em parada

Itália e U.R.S.S. na agenda da F.P.F.

A Federação Portuguesa de Futebol receberá cerca de 800 mil escudos pelo encontro que a selecção portuguesa efectuará em Turim, no dia 7, contra a Itália. Esta revelação pertence a António Marques, tesoureiro da F. P. F., que adiantou ainda à ANOP que as despesas com a deslocação eram pagas pela federação transalpina.

Àquele dirigente federativo acrescentou que o desafio se integra no plano de preparação da selecção portuguesa com vista aos jogos de apuramento para o Campeonato do Mundo, em que terá de defrontar a Polónia, a Dinamarca e o Chipre.

Entretanto, está previsto um encontro com a selecção da U. R. S. S. em Julho, provavelmente em Lisboa e outro de retribuição, na União Soviética, no próximo ano. Decorrem também negociações para um encontro da equipa portuguesa com a da República Democrática Alemã.

O tesoureiro da F. P. F. recordou, ainda, que no plano de preparação da selecção nacional de futebol chegou a estar prevista uma digressão, em Fevereiro passado, à América do Sul, que incluia seis jogos, nomeadamente com as selecções do Brasil, da Argentina e do Paraguai e à última hora se malogrou.

ÉVORA

Diniz Vital, que foi guarda-redes de nomeada (atingindo a internacionalização) «virou» treinador e ultimamente, estava no Lusitano de Évora (clube que representara anos a fio). Ontem, na sequência de um inquérito movido ao seu procedimento no jogo com o Portimonense, a direcção lusitanista abdicou dos serviços de Vital, chamando para o lugar um jogador (Cunha).

HOMENAGEM A CORREIA

O Vitória de Setúbal vai homenagear o seujogador Correia (Carlos Alberto) no domingo de Páscoa (18), tendo praticamente elaborado o programa da festa.

Do rol de apresentações a que as gentes do Sado poderão assistir (se forem ao Bonfim, claro), temos, pelas 14 horas desse dia, os juvenis do Setúbal contra os juniores do União de Santiago do Cacém, e depois uma demonstração de ginástica feminina e masculina.

Pelas 16 horas, e para finalizar o programa, o Vitória de Setúbal defrontará uma selecção de estrangeiros que jogam em Portugal

Portugal

BADMINTON

No pavilhão da Siderurgia Nacional (Paio Pires) efectua-se, sábado à tarde e durante o dia de domingo, a fase final do campeonato nacional de badminton, para jogadores da 1.ª categoria.

ABANDONO

O Clube de Convívio e Cultura (de Penafiel) desistiu da prova de qualificação no campeonato portuense de voleibol (para juniores).

PATINAGEM

Anima-se a patinagem artística: nos primeiros dias de Maio vai decorrer um curso de formação para juízes-árbitros, enquanto de 16 a 18 do corrente (em Lisboa) se efectuará um curso de monitores da modalidade.

LUTA

Até 7 deste mês encontra-se em Portugal o técnico búlgaro Bogomil Tovchev, que está dentro de «missão itinerante» no desenvolvimento de um desporto olímpico de larga projecção.

GINÁSTICA

Campeonatos regionais de ginastas da 4.ª categoria, a 4 do corrente, no Porto (Pavilhão das Antas), Vila Real de St.º António e Torres Vedras (ginásio da Educação Física).

TÉNIS DE MESA

«Torneio Popular de Equipas» (em ténis de mesa) para praticantes seniores, juniores e infantis (não inscritos oficialmente), organizado pela Associação do Porto em colaboração com a Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, de Lisboa.

ANDEBOL

A Federação de Andebol castiga: 30 dias de suspensão a Manuel Xavier Manita (treinador do Vitória de Setúbal) e 45 dias ao massagista Vítor Martins Trindade (igualmente do grupo setubalense); além de dois jogos de obrigatória paragem ao jogador José Miguel Ricardo Figueiredo Valente (do Passos Manuel).

Para o torneio de veteranos, em andebol, as inscrições encerram a 15 do corrente, na Associação de Lisboa.

CICLISMO

Prova ciclista de evocação a Francisco Martinho, no próximo domingo, para amadores, com partida (às 8 horas) do desvio em Sacavém. No mesmo dia (pelas 15 horas) tem lugar o «Circuuito de Alcainça», destinado e populares.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/53938, arquivo 5460 para o estabelecimento na freguesia de Santo Agostinho, concelho de Moura de uma modificação do último troço da linha aérea a 30 kV Serpa-Moura, sem aumento de comprimento, por alteração da ligação à subestação de Moura. Modificação do primeiro troço da linha aérea a 30 kV Moura-Amareleja sem aumento de comprimento, por alteração da ligação à subestação de Moura.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 25 de Março de 1976

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/54721, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha de modificação provisória da linha de «Sever do Vouga 2.º troço», a 15 kV, sem alteração no seu comprimento, consistindo na implantação de mais um apoio o n.º 54-A, a colocar entre os apoios n.ºs 54 e 55; Linha de interligação provisória, a 15 kV, entre o apoio n.º 54-A da linha de «Sever do Vouga 2.º troço» e o apoio n.º 61 da linha de «Oliveira de Azeméis Albergaria», com 6 metros de comprimento.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 22 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

FUTEBOL EUROPEU EM RESCALDO

Bayern-Anderlecht-Bruges: já viram melhor este ano?

Por JÚLIO RODRIGUES

Embora a Europa futebolística tenha sido espevitada em torno do encontro de Chamartin (Real Madrid-Bayern), não deverão restar dúvidas de que os verdadeiros, por surpreendentes desfechos se centraram nos embates de Zickau (onde o Anderlecht ganhou por três tentos sem resposta) e Barcelona (Liverpool com meio caminho vencido para alcançar a final da Taça UEFA, ao derrotar os catalães no Nou Camp por um magro mas apetecido 1-0). Naquela cidade da RDA (Zickau) e na capital da Catalunha devem ter fenecido, para os conjuntos locais, todas as possibilidades de chegarem, no mínimo, às finais da Taça das Taças e da UEFA. Imediatos beneficiados poderão ser, nesta ordem de ideias (e de ilações) o Liverpool e o Anderlecht.

Vale isto por dizer que, levando em conta o empate de Chamartin, e não esquecendo o fracasso do Sachsering, a Espanha e a República Democrática Alemã não se apresentam, como países, com clubes a participar nas finais das provas europeias. A RDA está prestes a ver «volatilizar-se» o «Sachs», depois de na fase anterior ter sacrificado o Dínamo de Dresden (ultrapassado pelo Liverpool), e «nuestros hermanos», após a queda do At. Madrid e Saragoça, correm o risco de carpirem lágrimas, de uma assentada, pelo Barcelona e Real de Madrid (adeus Miljanic, Amancio, Martinez, Netzer, Benito e Sol). Anderlecht, Liverpoool e Bayern seriam, por conseguinte, os «carrascos» de três equipas cotadas no mercado europeu, particularmente os «merengues» e os catalães, de Cruijff e seus comparsas.

Entre Madrid-Bayern, Barcelona-Liverpool e Sachsering-Anderlecht, devidamente compartimentados, temos o Fintracht de Francfort e o Saint Étienne, que ganhando, respectivamente, ao West Ham e ao PSV de Eidhoven, respectivamente por 2-1 e 1-0 (margem escassa de golos), podem muito bem ter preparado o terreno para alcançarem a etapa que se segue, que é, repetimos, a final das provas em que estão envolvidos: Taça das Taças e Taça dos Campeões. Na UEFA temos ainda o sensacional Bruges, que empatou em Hamburgo (onde o F.C. do Porto perdeu no ano passado), e que, como muitos outros, pode aspirar a atingir a final.

BARCELONA E PSV

A igualdade que o Bruges conseguiu no Báltico pode considerar-se como um desfecho sensacional, que vem,, afinal, confirmar a carreira da equipa belga de expressão flamenga, que não foi por acidente que liquidou, na anterior eliminatória, o Milão da Taça UEFA. Como apontamento que merece realce, assinalem-se os golos de Raoul Lambert, o pupilo querido de Raymond Goethals (seleccionador da Bélgica), que com dois tentos «imolou» os milaneses, e anteontem, em Hamburgo, inaugurou o «placard» do embate. Para o Brugge (é assim que se escreve em flamengo), o empate na cidade de Uve Seeler foi como que uma espécie de homenagem a Rindjres, um jogador holandês que viu a sua carreira apagar-se ao falecer, há dias, vítima de colapso.

Para não irmos mais longe, podemos dizer que competiu às equipas belgas a afirmação da ascensão do seu «association» (Anderlecht e Bruges), em detrimento das espanholas (Barcelona e R. Madrid) e germânicas (excepção para o imparável Bayern), que na ronda anterior se viram desacompanhadas do Moenchengladbach, para não lembrarmos o Levsky de Sofia, o Hajduk Split (Jugoslávia) e o Mielec, os dois últimos eliminados, respectivamente, pelo Barcelona e o Hamburgo.

Apesar de terem perdido no terreno dos seus adversários, convirá referir que tanto o West Ham como o PSV de Eidhoven ainda poderão recuperar e, assim, realçar a sua participação, respectivamente, na Taça das Taças e na Taça dos Campeões, onde o último (PSV) tem angariado nos dois útimos anos auréola, como o atesta o facto de não ter sido aleatoriamente que a época passada «rechaçou» o Benfica.

SAINT ÉTIENNE E EINTRACHT

De qualquer dos modos, foi Chamartin que «ateou» o incêndio das provas europeias de clubes, e aí, como referiu a Imprensa internacional especializada, o Bayern se preocupou em desforrar os compatriotas do Borússia, jogando com mais realismo, não se conturbando perante um golo sofrido quando iam decorridos nove minutos de prélio, e comprovando que este Real-de-Miljanic é, na verdade, uma equipa ao alcance do «futebol total» germânico. Em Saint Étienne, Jean-Pierre Larqué derrotava com a concretização de um livre (a sua especialidade) os homens da «Philipps», coroando meia hora francesa que os críticos classificaram de diabólica.

Vistas assim estas seis partidas (duas para cada uma das provas: Taça dos Campeões, Taça das Taças e UEFA), nao é atrevido prever que o Bayern e o S. Étienne se apresentam suficientemente balançados para a final da primeira (e os «Munchen» suspirando pelo terceiro triunfo consecutivo na prova), o Eintracht e o Anderlecht se aprestam para a melhor, e o Liverpool e o Bruges, nos seus campos, dentro de 11 dias, demonstrarão a sua excelente forma e, como tal, o mérito que se pode «requerer» para dirimir a final da UEFA. Em qualquer dos casos , uma alteração a esta «ordem» seria surpresa, que tanto poderia transtornar estes fabulosos belgas (Bruges e Anderlecht), como os ingleses (Liverpool) ou germânicos (Eintracht e Bayern).

CICLISMO

POLLENTIER VENCEU A VOLTA Á BÉLGICA

BRUXELAS, 2 — O belga Michel Pollentier venceu hoje a «Volta à Bélgica» em bicicleta, que teve a duração de cinco dias e um percurso de 942 quilómetros.

A primeira metade da etapa de hoje, com 124 quilómetros, foi ganha pelo belga Walter Planckaert. O vencedor do circuito final, de 70 quilómetros, foi o holandês Piet Van Katwijk.

Classificação Final:

1.º Michel Pollentier (Bélgica), 24 horas 27 minutos e 25 segundos; 2.º Wilfried David (Bélgica), a 4.40; 3.º Freddy Maertens (Bélgica), a 5.51; 4.º Walter Planckaert (Bélgica), 5.52; 5.º Andre Dierickx (Bélgica), a 6.08; 6.º Jan Raas (Holanda), a 6.25; 7.º Joseph Bruyere (Bélgica), a 6.45, 8.º Walter Godefroot, (Bélgica), a 6.46, 9.º Willy Planckaert, (Bélgica), a 6.48; 10.º Frans Verbeeckn, (Bélgica), a 6.51 e em 17.º Raymond Poulidor (França) a 6.51.

Geral

A PARTIR DE HOJE

Associação Portugal-Angola promove campanha de solidariedade

. Decorrerá em Portugal, durante as próximas quatro ou cinco semanas, uma campanha de solidariedade e apoio ao povo angolano. A iniciativa, cujo lançamento levou à realização de uma conferência de Imprensa ontem em Lisboa, conta com o patrocínio da Associação Portugal-Angola. A função coordenadora está confiada a um comité que integra militantes anticolonialistas e representantes de partidos políticos — neste caso o M.E.S., o M.D.P., a F.S.P., e o P.R.P. A não participação do P.C.P., pelo menos de forma directa, nesta campanha, deve-se — foi assinalado — a uma indisponibilidade de meios, resultante da mobilização com vista à campanha eleitoral.

Henrique Vaz Velho, membro do comité, apresentou a campanha como decorrente da «necessidade real e urgente de se auxiliar o povo angolano». Particularizou, por outro lado, que é sobretudo junto das comissões de moradores, de organizações estudantis, de sindicatos e, de uma maneira geral, de militantes anticolonialistas, que se espera a campanha alcance uma mais expressiva receptividade.

O objectivo imediato da iniciativa situa-se na recolha de medicamentos, roupas, suplementos alimentares e fundos, que entretanto irão sendo enviados para Angola. Das tarefas previstas para a dinamização da campanha, destaca-se a publicação de um jornal em que figurarão textos explicativos da iniciativa. A sua distribuição, gratuita, será feita hoje, revela a Anop.

Mesquita Brehm, membro do directório da Associação Portugal-Angola, sublinharia durante a conferência de Imprensa: «A solidariedade do povo português para com o povo angolano, dirige-se, concretamente, em termos de realizações objectivas. Por isso, estamos convencidos de que o êxito desta campanha e de outras com a mesma finalidade, se reformulará no princípio básico de que o futuro das relações entre Angola e Portugal, assenta, como ponto de partida, na solidariedade expressa dos seus povos».

CRIADA EMBAIXADA EM LUANDA

Foi criada uma missão diplomática, com a categoria de Embaixada, em Luanda, no âmbito das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular de Angola.

Esta disposição, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 550/74, foi tomada por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, e publicada no «Diário do Governo», 1.ª Série, n.º 79.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Alcácer do Sal em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56918, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Alcácer do Sal, de uma linha aérea a 30 kV com 907 m, do apoio n.º 6 da linha para o Posto de Transformação de Sumate ao posto de transformação da Câmara Municipal de Alcácer de «Ameira» Águas».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 19 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 33.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 10 de Abril, pelas 22 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação, discussão e votação do Orçamento para 1976.
2.º Esclarecimento pela Direcção sobre a sua actuação desde que foi eleita.

Para tomar parte nos trabalhos da referida Assembleia é necessário e indispensável, a apresentação do respectivo cartão de sócio.

Lisboa, em 1 de Abril de 1976

O presidente da Assembleia Geral

FILIPE FARIAS

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde Redondo n.º 60 2.º, 3.º, 4.º, 5.º Lisboa

COMUNICADO N.º 54

IMPORTANTE AVISO

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul lembra todos os trabalhadores seus representados para que compareçam na **Assembleia Geral marcada para o próximo sábado, dia 3 de Abril,** e que terá lugar na Voz do Operário pelas 15 horas.

A Ordem de trabalhos é a seguinte:

1.º — Política Salarial e Contratação Colectiva
2.º — Horário Nacional de Trabalho
3.º — O papel dos jovens no Movimento Sindical
4.º — Informações diversas

TODOS À VOZ DO OPERÁRIO, DIA 3 DE ABRIL!
PELA DEFESA DOS SINDICATOS E DOS ORGÃOS DE PODER POPULAR!
CONTRA A REPRESSÃO, UNIDADE PROLETÁRIA!
A LUTA CONTINUA!
UNIDOS E ORGANIZADOS O FASCISMO NÃO PASSARA!

VENCEREMOS!

Lisboa, 1 de Abril de 1976

PELA DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os trabalhadores de escritório, reunidos em Assembleia Geral em 25 de Março de 1976, considerando:

1 — A proibição de ingerência partidária nos Sindicatos consignada na Lei das Associações Sindicais;
2 — Que os Estatutos do Sindicato rejeitam peremptoriamente toda a ingerência partidária no Sindicato (Art.º 5.º, alínea C dos Estatutos);
3 — Que qualquer tentativa de pluralismo sindical é manifestamente divisionista e atentatória dos interesses dos trabalhadores;

Decidem repudiar energicamente as declarações do Ministro do Comércio Externo, Jorge Campinos, na Suécia de que todos os Sindicatos, com excepção dos Metalúrgicos e Construção Civil, haviam aderido a um partido político, e exigem que a Direcção do Sindicato publique em todos os jornais diários de Lisboa, na próxima quarta-feira (31) o texto seguinte:

Sindicato Escritórios repudia as declarações do Ministro Jorge Campinos, aquando da sua última deslocação à Suécia e publicadas no «Jornal Novo», das quais se conclui que este Sindicato havia aderido a um partido político.

Estas declarações contrariam o determinado nos Estatutos deste Sindicato e na própria Lei das Associações Sindicais, no que respeita ao apartidarismo que deverá ser mantido no Sindicato, em prol da unidade dos trabalhadores.

Assim, e segundo decisão da Assembleia reunida em 25/3/76, repudia energicamente as declarações do citado Ministro.

Nota do Presidente da Mesa da Assembleia

Esta moção foi aprovada pela Assembleia no período — Antes do encerramento da sessão — Este período não tem carácter deliberativo. A moção foi, portanto, aceite pelo Presidente da Mesa somente como recomendação. Assim, nada o obrigava, esclarece-se, a fazê-la publicar.

O Presidente da Mesa entendeu, todavia, dever fazê-lo nesta circunstância. Por razões técnicas só agora isso foi possível.

Lisboa, 31 de Março de 1976.

MOÇÃO APROVADA POR MAIORIA NA ASSEMBLEIA GERAL DE 25.3.76 COM A PRESENÇA DE 291 ASSOCIADOS

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul

Campo dos Mártires da Pátria, 50 - 2.º Dt.º (Sede) Telef. 5 89 34 / 5 - 5 86 30 LISBOA

CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO

Foi recentemente publicado o diploma regulador das convenções colectivas de trabalho. O Movimento Sindical já se pronunciou sobre os princípios a que deve obedecer esta regulamentação. Defendemos e reafirmamos que o processo de contratação colectiva seja o mais possível liberto da intervenção estatal. Embora não seja liberal, pois se exige o reconhecimento da força organizada dos trabalhadores como factor determinante das transformações políticas, económicas e sociais que ponham termo à exploração capitalista.

Tomou o Movimento Sindical conhecimento de manobras de associações patronais negando-se a aceitar a aplicação retroactiva de cláusulas das convenções colectivas. Invocam o Decreto-Lei n.º 164-A/76, que regulamenta estas relações, com o pretexto de que este diploma proíbe essa retroactividade.

O objectivo visado pelas entidades e associações patronais é, entre outros, o de aumentar o período de vigência efectivo das convenções colectivas. Não havendo aplicação retroactiva nem períodos máximos para as várias fases do processo de revisão das convenções colectivas, fica aberta a porta ao boicote sistemático ao processo de negociação pelas associações patronais, nomeadamente prolongando ao máximo as negociações.

O Movimento Sindical,

1.º Reafirma as posições tomadas pelos trabalhadores em amplas reuniões promovidas pelo Movimento Sindical e aprovadas pelo Plenário da Intersindical de 13.3.76, já divulgadas.

2.º Denuncia as posições do patronato, que, ao negar a aplicação retroactiva dessas cláusulas das convenções colectivas, pretende arrastar ao máximo as negociações e, por essa forma, liquidar a liberdade de negociação.

3.º Não admite que com «interpretações» de última hora venha o Ministério do Trabalho a apoiar estas manobras do patronato pretendendo impor a proibição da retroactividade dessas cláusulas.

Contra a recuperação capitalista
A luta continua

A Direcção

Geral

Mercenários vão ser julgados em Angola

LUANDA, 2 — (ANGOP, especial para o «DL») — A República Popular de Angola vai apresentar a juízo, perante um «Tribunal Especial», que actuará conjuntamente com «um juri livre internacional», um grupo de mercenários capturado na frente norte. A decisão foi ontem anunciada em Luanda pelo ministro da Justiça da R.P.A. Diógenes Boavida, que afirmou que o primeiro grupo de mercenários será em breve julgado por um tribunal especialmente institutido para o efeito pelo Conselho da Revolução.

O júri internacional, composto por cerca de 30 personalidades de países de todos os continentes, terá autonomia para recolher os elementos que julgar necessários, e aos prisioneiros será dada a faculdade de escolherem livremente os seus advogados de defesa. O júri, que se reunirá brevemente em Luanda, apreciará durante três dias, em sessões abertas ao público e a observadores especialmente convidados, os processos de 10 mercenários ingleses, dois americanos e um argentino.

«Pontas de lança da agressão sevéro, mas sereno» — acrescentou, e o «Tribunal Especial» levará em consideração as conclusões a que chegar o juri internacional, escolhido precisamente em função da idoneidade moral, formação política e autoridade intelectual dos seus membros.

«A África e o mundo», concluiu o ministro, «tem uma palavra a dizer a respeito destes sórdidos agentes do gangsterismo internacional que, ontem no Congo e na Nigéria, hoje em Angola, amanhã no Zimbabwe e na Namíbia, não hesitam em vender a sua pretensa superioridade guerreira, colocando-a ao serviço dos inimigos dos povos, sem o amparo sequer de qualquer ideal, mas movidos apenas por mesquinhos interesses materiais».

Ainda não é conhecida a data do julgamento e são os seguintes os nomes dos treze primeiros mercenários a serem julgados:

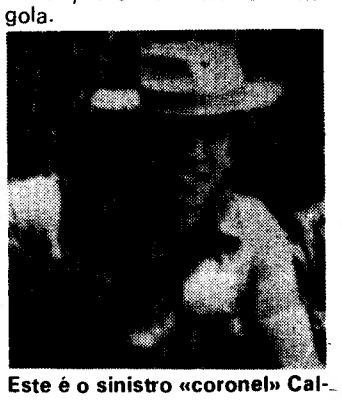
Ingleses: Cortes Georgin (mais conhecido por Callan), John Clifford Evans, Cecil Martin Fortuin (mais conhecido por Scoth), Malcon Mac Tutyre (mais conhecido por Medically), Michael Wisaman, Andrews Kenzie (mais conhecido por Andy), John Memmock, John Jawlor e Kevin John Marchant.

Norte-americanos: Daniel F. Gearhart (mais conhecido por Danny), Gary Acker.

Argentino: Gustavo Marcelo Grillo (mais conhecido por Gus).

cem ficaram feridos em consequência da intervenção militar da República da África do Sul em Angola — revelou ontem em Durban o tenente-general R.H.D. Rogers, chefe da Força Aérea.

Rogers falou na sessão de abertura do congresso da Legião Nacional sul-africana, menos de 24 horas depois de o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter aprovado uma resolução condenado a intervenção sul-africana em Angola.



Este é o sinistro «coronel» Callan.

BAIXAS SUL-AFRICANAS

DURBAN, (República da África do Sul), 2 — ANOP/AP) — Vinte e oito soldados sul-africanos morreram e cerca de

BARES · BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease seuse.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. **261461/164526/264596/ 264621/264948**

Restabelecidas relações com o Zaire

. Foram restabelecidas, a nível de embaixada, as relações diplomáticas entre Portugal e o Zaire.

Um comunicado conjunto divulgado ontem em Lisboa assinala que este gesto tem por objectivo «contribuir para o desenvolvimento da paz e da cooperação internacional».

O processo de normalização das relações entre Portugal e o Zaire foi encetado em 21 de Novembro de 1974, data do estabelecimento de relações consulares entre os dois países.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons.23/4 %	–	275$	280$
Cons.3%	310$	310$	–
Cons. 3 1/2 %	–	350$	–
Centenários	810$	810$	–
Tes.5%	–	840$	–
Tes. 10%	535$	530$	540$
Extern. 1.ª - s.	450$	450$	–
Extern. 1.ª - c.	–	450$	–
Extern. 3.ª - s.	–	–	–
Extern. 3.ª - c.	–	460$	–
Caut. 3.ª - s.	–	–	–
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	–	750$	–
C.M.L. 5 3/4 %	–	835$	–
C.P. 5 1/2 % — 67	–	–	–
C.P. 5 1/2 % — 68	–	–	–
C.P. 5 1/2 % — 69	–	–	–
Corr. 5 3/4%	–	–	–
Metr. 5 3/4 %	–	810$	–
Tur. 5 3/4%	–	810$	–
C.P. 6 3/4 %	–	820$	850$
	–	820$	–
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	–	690$	–
G. 5 % — 59	–	670$	700$
G. 5 % — 62	–	–	–
G. 5 % — 63	–	–	–
G. 5 % — 64	–	–	–
G. 5 % — 65	–	–	–
G. 6 % — 67	–	–	–
G. 6 % — 69	–	–	–
G. 7%	–	910$	–
H.E.A.A. 5%	–	640$	–
H.E.C. 5 %	–	700$	–
H.E.C. 6 %	–	760$	–
H.E.D. 5%	–	620$	–
H.E.D. 6%	–	750$	–
H.E.N.P. 5 %	–	720$	–
H.E.S.E. 5%	–	–	–
H.E.S.E. 6%	760$	760$	–
H.E.Z. 5 % — 57	–	–	–
H.E.Zêz. 6%	–	–	–
N. Elec. 5%	–	710$	–
N. Elec. 6%	–	680$	–
Termoel. 5%	–	610$	–
U.E.P. 5 % — 60	–	–	780$
U.E.P. 5 % — 63	–	790$	–
U.E.P. 6%	–	770$	–
U.E.P. 7%	–	800$	–
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	–	720$	–
A.P.T. 5% — 58	–	700$	–
Lisnave 6%	–	750$	780$
Nitratos — 60	–	–	–
Pet. 2.ª e 3.ª	–	800$	–
Sacor 7%	–	820$	–
Sacor 5% — 54	–	–	–
Sacor 5% — 60	–	850$	–
Sid. 5% — 2.ª	–	–	–
Sid. 5% — 3.ª	–	–	–
Sid. 5% — 4.ª	–	–	750$
Socel 5%	–	–	–
R. Fabril — 67	–	845$	850$
R. Fabril — 68	–	–	830$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5%	–	–	–
Rev. 5 % — 57	–	–	–
Rev. 5% — 59-60	–	–	–
Moçambique 5%	–	–	–
Sonefe 5%	–	–	–
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	–	–	–
F.I.D.E.S.	–	–	–

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado a norte do Tejo e muito nublado a sul deste rio e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11°
COIMBRA	12°
PORTALEGRE	8°
LISBOA	12°
FARO	15°

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima ..... 26°

PENHAS DA SAÚDE

Mínima..... 1,8°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.40	3,9 m	11.09	1,0 m
17.55	3,9 m	23.27	1,0 m
Dia 3			
6.11	3,8 m	11.42	1,1 m
18.24	3,8 m		
Dia 4			
6.42	3,7 m	0.03	1,1 m
18.56	3,7 m	12.17	1,2 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco ou moderado de noroeste; possibilidades de chuva ou aguaceiros; descida de temperatura.

AMANHÃ

NASCER ÁS 7.19
OCASO ÁS 20.02

DIA 7 — DIA 14 — DIA 21 — DIA 29

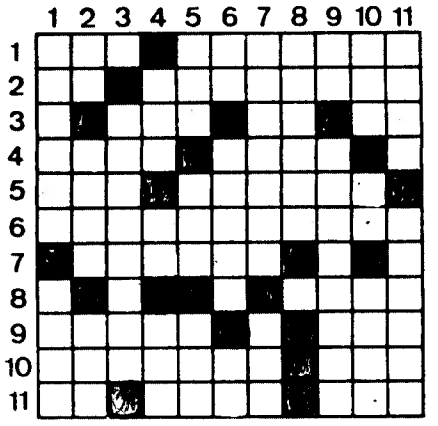
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 336

HORIZONTAIS

1 Espaço de trinta dias. Enfadonho.
2 Pronome pessoal. Consertado.
3 Espaço ilimitado, em que se movem os astros. Moderato.
4 Atrás. Leito.
5 Seguiam. Doce de pêra.
6 Trespassariam.
7 Ramo pequeno.
9 Escavara. Caminhar para cá.
10 Elefantes fósseis da Ásia e Europa. Pedra de altar.
11 Artigo definido. Elemento que entra em algumas palavras com a significação de ar. Catedrais.



VERTICAIS

1 Enganar. Lago de Itália.
2 Pronome pessoal. Vassoura ofornodepoisdeaquecido. Cabelos brancos.
3 Sairamdenoiteparaaventuras amorosas. (Bras).
4 Rente. Amónio (s.q.) Artéria.
5 Pronome possessivo. Letra grega. Preposição.
6 Utensílio doméstico (inv). Cabaz-Erbio (s.q.).
7 Antigo vaso de loiça. Emprego.
8 Aromatizar.
9 Concede. Tornavas ditoso.
10 Composição poética. Autores. Retire.
11 Rasgado. Esmagaras.

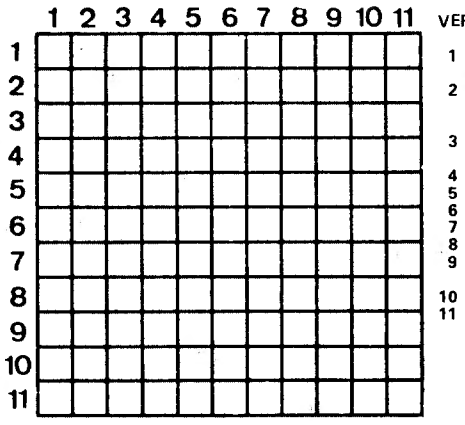
Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7496

HORIZONTAIS

1 Rainha da Arábia também chamada Belkiss. Besuntava.
2 Cidade de Espanha. Ribeira de Portugal.
3 Cidade do Paquistão, antiga residência do Grão-Mongol. Remalhete.
4 Senhora. Moeda de prata espanhola.
5 Aguça. Armaria. Basta.
6 Poeta trágico latino, autor de Decio e Bruto. Artigo definido.
7 Moeda portuguesa da India. Deus dos pastores (inv.). Cobre (s.q.)
8 Hora canónica que corresponde às quinze horas. Deusa grega da sabedoria e inteligência filha de Deus.
9 Autores. Estimai. Lírio.
10 Doutora. Oásis. Calote (pop).
11 Em partes iguais. Queimo. Preposição e artigo definido.



VERTICAIS

1 Escândio (s.q.). Espadeirada.
2 Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Regulara. (ant).
3 Cidade do estado de Minas Gerais.
4 Nome de fruto.
5 Agora. Gostas muito de.
6 Liga. Respeitais.
7 Em a. Natural do Porto.
8 Ramalhete.
9 Guarnecer de asas. Pisa aos pés.
10 Jorrou. O mesmo que ion.
11 Perfumes. Costumes.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 335

HORIZONTAIS

1 Dá. Pares. Sa.
2 Iça. Oira. It.
3 Fará. A. ARTE.
4 Imita. Air.
5 Cás. Se. Ciar.
6 Iscas. Arara.
7 Amearas.
8 An. É.
9 Nem. Trepada.
10 Orara. Dates.
11 Sarem. Arena.

VERTICAIS

1 DIFÍCIL. Nós.
2 Acamas. Mera.
3 Arisca. Mar.
4 At. Ama. Re.
5 Ao. Assentam.
6 Ria.
7 Er. Arreda.
8 Saa. Crá. Par.
9 Raias. Até.
10 Sitiar. Éden.
11 Aterras. Asa.

PROVERBIO: A ARTE É DIFÍCIL

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7495

HORIZONTAIS

1 Fala. Dras.
2 As. Beócia.
3 Rol. Ito. Tar.
4 Umas. Vaia.
5 Rei. Cioso.
6 Agradar.
7 Ciar. Asadas.
8 És. Au. Crina.
9 Cs. Ca. Tio.
10 Fão. Batiam.
11 Elar. Barras.

VERTICAIS

1 Baruê. Ceife.
2 Som. Ais. Al.
3 Larga. Coa.
4 Ab. Serras.
5 Lei. Ia.
6 Aoto. Dá. Cab.
7 Co. Cascata.
8 Dl. Virar. Ir.
9 Ratão. Ditar.
10 Ais. Anima.
11 Serão. São.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO H-1

TODA A NOITE

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Morais, 1 (Tel. 771469); **Roma,** Avenida de Roma, 85-B (Tel. 772466); **Ideal,** Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (Tel. 712803).
BAIXA
Centro Farmacêutico, Rua das Portas de Santo Antão, 88 (Tel. 321211).
CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (Tel. 682610).
CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (Telef. 686176).
ESTEFÂNIA
Mundial Largo de D. Estefânia, 10 (Tel. 45578).
GRAÇA
Monte, Rua Senhor do Monte, 3-A/B (Tel. 867842).
LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 362-B (Tel. 790332).
MADRAGOA
Lys, Rua da Esperança, 17-19 (Tel. 660913).
MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Braamcamp, 52-C (Tel. 43409).
POÇO DO BISPO
Freitas, Rua Zófimo Pedroso, 11 (Tel. 381136).
SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Tel. 637070).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berne, Avenida de Berna, 44-A (Tel. 773568).
SETE RIOS
Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (Tel. 780841).

TURNO H-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (Tel. 637318).
ALTO DE S. JOÃO
Zional, Rua Morais Soares, 58-C (Tel. 847708).
ALVALADE
Brisália, Avenida Rio de Janeiro, 66 (Tel. 722368).
AREEIRO
Central, Avenida Paris, 2 (Tel. 720820).
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Avenida Visconde Valmor, 28-A/C (à Avenida da República) (Tel. 772291).
BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão de Magalhães, 33 (Tel. 849448).
BAIXA
Durão, Rua Garrett 90 (Tel. 324166).
BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (Tel. 704828).
CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Tel. 681726).
CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (Tel. 869831).
CHIADO
Durão, Rua Garrett, 90 (Tel. 324166).
ESTEFÂNIA
Romano Baptista, Rua Passos Manuel 6-10 (Tel. 570593).
PICHELEIRA
Marlux, Calçada da Picheleira, 140, B/C (Tefs. 720703 / 728395).
OLIVAIS SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (Tel. 310026).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins (ao Matadouro (Tel. 553468).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T.2112048)
PAÇO DE ARCOS
Godinho, Av. Patrão Lopes, 4 (T.2432039). Toda a noite
OEIRAS
Central. R.Conde Ferreira, 29 (T.2430058). Toda a noite
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos, R.Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontaínhas (T.281044). Até às 22 horas; **Marginal,** Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmele,** R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica,** R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge,** R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Quimia, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980450)
SINTRA
Marrazes. Vila (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T.2750076)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Piçarra, Av. do Bocage, 65-A (T.2074771)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R.Padre Manuel Bernardes, 2 (T.2764466)
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Higiene, R.José Joaquim Marques, 142 (T.2310370)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Bocageana, R.do Romeu (T.23425); **Bairros,** B.Santos Nicolau (T.23330)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 11

ATÉ ÀS 22 HORAS

Campos, R.Padre Luís Cabral, 943, Foz; **Alves Moreira,** Av. Rodrigues de Freitas, 16; **Maia,** R.do Campo Alegre, 192; **Monte dos Burgos,** R.do Monte dos Burgos, 802; **Aliança,** R.da Conceição, 2; **Botelho,** R.da Alegria, 863; **Estácio,** R.Sá da Bandeira, 120; **Lidador,** R.do Lidador, 171

TODA A NOITE

Menezes de Lima, P.Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227; **Clérigos,** R.dos Clérigos, 36; **Cruz,** R.de Costa Cabral, 1082; **Guarani,** R.Pedro Hispano, 367

COIMBRA

Paiva, Praça do Comércio, 57 Tel. 23231; **S. Sebastião,** Rua António Jardim, Tel. 28802.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CASA DA COMEDIA
21.30 (6 anos)
«Os Encantos de Medeia»
VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«Preço da Vida»
CAMPOLIDE
21.30 (18 anos)
«O Grande Cidad[illegible]»
MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»
MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família até certo ponto»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»
VILLARET
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Godspell»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran Tantan não Enche Barriga»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
CINE BOLSO
21.30 (18 anos)
«Prazeres colectivos»
S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«O Centro do Mundo»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Chamavam-lhe Espírito Santo»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Liguagem do Amor»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Emiliene»
LUMIAR
21.15 (13 anos)
«A Bofetada»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Rapariga da Motocicleta»
IDEAL
21.00 (18 anos)
«Domicílio Conjungal»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Não Toques na Mulher Branca»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«O Último Tango em Zagarol»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Reflexos num Olho Dourado»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Com Encontro Marcado»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Uma Mulher e Peras»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Spys»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«A Solteira e o Atrevido»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Caminhos do Prazer»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Um já está... venha outro»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aárra»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«A Última Neve da Primavera»
ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Um Dia de Sol»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«O Vingador do Oeste»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Emilienne»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«Obrigado Avô»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Uma rapariga e suas armas»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Camille»
ESTUDIO
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Tão amigos que Nós Éramos»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Mariage»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Mónica e o Amor»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (13 anos)
«Paul e Michele»
S.TEOTONIO
21.15 (13 anos)
«Festival Joe Cocker»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Paulo o Quente»
GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Os 67 Dias»

●cinemas●

CASTIL
T.530194 — 15.30, 18.30 e 21.15
Int. a men. 18 anos
DELICIAS FRANCESAS
Um filme de Jean-Claude Laureaux
3.ª Semana

IMPÉRIO
T.555134 — 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Telly Savalas - Peter Fonda
POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES
um filme de Val Guest

POLITEAMA
T.326305 — estreia às 21.30
Não acons. men. 13 anos
O SARGENTO ROMPIGLIONE
o melhor super-farsa do ano
c/ Franco Franchi

VOX
T.720808 — 14.15-16.30-19.00 e 21.15
DECAMERONS N.º 2
Os Contos Eróticos de Bocaccio

ROMA
T.727778 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A CASA DAS POMBAS
com Ornella Muti, Lucia Bosé e Glen Lee

PALÁCIO FOZ
15.00, 18.15 e 21.00
«NYÁR A HEGYEN» — «Um Verão na Colina». Realização de Péter Bacsó (1967). Memórias de um passado recente influenciam uma história de amor a três versões originais, com legendas em inglês.
~~Não acons.~~ a men. de 13 anos

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 21 h
Não acons. a menores de 13 anos
A VIAGEM

rádio

1.º Programa
15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Temas sobre a condição de retornado; **19.00**: Música variada; **19.30**: Imagens de cinema, por Luís Rodrigues; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: A economia portuguesa, por Abílio Diniz Silva; **22.00**: Transmissão do Palácio de S.Bento, de uma reportagem da cerimónia de encerramento dos trabalhos da Assembleia Constituinte ... painel da noite; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta ... música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa
16.00: Música coral sinfónica; **17.30**: Música de piano; **18.30**: Orquestras de câmara; **19.20**: Música do século XX; **20.00**: Música de arco; **20.30**: Música sinfónica; **21.13**: Duetos de piano; **22.00**: Música vocal; **22.30**: Sinfonia n.º 34, em dó maior, K.228, de Mozart; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.45**: Duas sonatas de Scarlatti; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
16.00: Emissão nacional ... ela por elas ... casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo; **16.30**: Vamos ao médico ... com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão regional ... CONTACTO — teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa
16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Jazz; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 — Estreia às 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O grande clássico do género!
Boris Karloff e FRANKENSTEIN
um filme de James Whalle
Hoje exibição de desenhos infantis das 12 às 14 h

EDEN
T.320768 — Hoje às 21.15
Int. a menores de 18 anos
A CIDADE DO CRIME
um filme de Lanny Cohen
Às 14.00-16.30-19.00
4 CAVALEIROS DO KUNG FU

ODEON
T.326283 — 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Enchentes consecutivas!
3.ª Semana
Uma odisseia que não envergonha as mães solteiras
A OUTRA MULHER
O drama de uma união ilegal
com Mauricio Garces e Saby Kamalich

APOLO 70
T.763319 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
15.ª Semana
Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos
AS RÃS
de George McCowan

CASINO ESTORIL
T.264621 — 17.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A REVOLUÇÃO SEXUAL

S. JORGE
T.54153/4 — 15.15-18.15 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
Jean Paul Belmondo
«O LADRÃO DE PARIS»

RESTELO
T.610375 — 21.00
Não acons. men. de 13 anos
O INSPECTOR MARTELADA

AVIS
T.47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INSATISFEITA
Patrick Cunny e Pierre Oudry

ESTÚDIO
T.555135 — 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
um filme de Joseph Losey
4.ª Semana

ESTÚDIO 444
T.779095 — 14.30.16.45,19 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
DELÍCIAS FRANCESAS
3.ª Semana
Real Jean Claude Laureaux

MUNDIAL
T.538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CURANDEIRO DE ALCOVA
C/ Carlo Ginffre Tina Aumont

CARLOS MANUEL — SINTRA
T.2930394 — 21.00
Não acons. men. 13 anos
SPYS

UNIVERSAL
T.774402 — 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
[illegible] Simões
[illegible]
[illegible] 23 h
Para todos
[illegible] TSÉ TUNG
de [illegible] Oshima
Sábado 00.3[illegible] (Int. men. 18 anos)
O VÍCIO

CONDES
T.32252[illegible] — [illegible], 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
COM ENCONTRO MARCADO
c/Richar[illegible] e Carla Gravina

BERNA
T.776098 — 21.15. Para todos
JERRY, O PRIMEIRO TURISTA NO ESPAÇO
Hoje às 14.0[illegible]-16.30-19.00
O ADOLESCENTE

LONDRES
T.801313 — 14.45, 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhmann e Bibi Anderson

ROXY
T.48560 — 14.15,16.30,18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
JOGOS PARA CASAIS INFIÉIS
com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI
T.570596 — 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
CRISTINA E O CARDEAL
Um filme de incomparavel beleza!

ALVALADE
T.897480 — 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menoresde 18 anos
GOLPE POR GOLPE
com Henry Yue Younk e Ofélia Yu Wei

PATHÉ
T.821933 — Estreia às 21.15 h.
Não cons. a menores de 18 anos
QUE DEMÓNIOS SE OCULTAM NA ESCURIDÃO
Um filme de Curtis Harrington

NIMAS
T.574362 — 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A história da crise de um casal
TUDO VAI BEM
com Jane Fonda e Yves Montand

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 165, 1.º, 2.º
TELEF. 650531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 328271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIDOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

M.E.S. NO PORTO

"Centro do poder vai ser o P.R."

PORTO, 2 — «A crise está aberta e o centro de gravidade do poder político será o Presidente da República e não o Governo ou a Assembleia» — afirmou um elemento do M. E. S. ontem à tarde no Porto, numa conferência de Imprensa dada na sede da organização nesta cidade. A reunião serviu para o M. E. S. apresentar os seus candidatos pelo círculo do Porto às próximas eleições. Na mesa estiveram Albêrto Martins, Jacinto Rodrigues, Joaquim Viana, Laura Loureiro e Auspício Fernandes.

Referindo-se às eleições, um dos candidatos considerou que elas destinam-se a «legitimar o poder repressivo e explorador das classes dominantes» mas «são também um momento importante de reorganização e reagrupamento das forças populares.» Assim — acrescentou — «seja qual for o resultado das eleições, qualquer que seja o Governo burguês que delas resultar, estas eleições representarão a afirmação do poder dos exploradores, um passo importante na ofensiva da burguesia para recuperar as suas posições na pressão global das massas trabalhadoras.»

. Defendendo que «os revolucionários não devem abster-se de participarem nas eleições», o mesmo candidato fez o elogio da candidatura revolucionária. «A candidatura revolucionária — disse — exprime a luta da classe operária e do povo no terreno da burguesia exprime a necessidade de organizar a resistência popular a todos os níveis no Parlamento burguês.»

. Foi denunciada a falta de colaboração de outras organizações da esquerda — a U. D. P., a F. S. P., o P. R. P. — com as quais o M. E. S. pretendeu acordar uma candidatura unitária — sem o conseguir.

U. D. P. NÃO OBTÉM SALAS

A poucos dias do início da campanha eleitoral, a U. D. P. debate-se com o problema da não obtenção de salas para a realização dos seus comícios eleitorais. Num comunicado de Imprensa, a mesma organização afirma «que mais uma vez se prova que a proclamada igualdade de condições para todos os partidos só existe no papel e na boca dos políticos burgueses».

Por outro lado, aquela organização aponta para o facto de empresários de grandes salas se negarem a proceder ao seu aluguer e de o Governo «não dar um passo para que, em Lisboa, as salas utilizáveis sejam sorteadas pelos vários partidos».

Afirma ainda a U. D. P. «que o Governo espera por certo que a lei do mais forte se imponha» ou seja — segundo aquela organização — «a lei do grande capital e do imperialismo» o que impede ou limita que «as forças consequentemente antifascistas participem na campanha eleitoral a favor dos fascistas e da direita que, esses sim, têm poderosos meios para espalhar a sua demagogia e para enganar o povo».

Madeira hostil à esquerda

Continuação da pág. 1

ficaram ali. Houve uns estrangeiros que me vieram pedir autógrafos e quando saí da esplanada houve umas pessoas que começaram a assobiar.

A seguir aos assobios vieram uns certos insultos daqueles que costumam estar escritos nas paredes como «Vendeu Angola», «Onde é que pôs o dinheiro de Angola» e coisas assim. O que talvez fosse grave é que não houvesse forças policiais para assegurar os direitos dos cidadãos de poderem tranquilamente circular nas ruas do Funchal, sem serem incomodados.

Evidentemente que não me senti muito incomodado com o facto visto que não liguei importância, mas a verdade é que isso incomodou outras pessoas inclusivamente os madeirenses que ficaram chocados pelo facto de um cidadão andar normalmente no seu direito legítimo pelas ruas e ser interpelado por esta forma.

Depois disso houve uma tentativa de manifestação junto do Partido Socialista que também não teve muita importância, com «slogans» tipo independistas gritados e depois, no momento em que nós fizemos o nosso comício, que aliás correu muitíssimo bem, com grande entusiasmo, houve mais uma vez uma série de elementos que tentaram perturbar a realização do comício procurando boicotá-lo. Não conseguiram, porque as autoridades militares impediram que isso acontecesse. Puseram-nos à distância mas deixaram-nos lá ficar.

Havia aí uns cinquenta ou cem que estavam no passeio fronteiro e que agitavam vários tipos de «slogans» contra a realização do comício»

OVOS A 33$00 A DÚZIA...

Não queriam que ele se realizasse. Segundo eles diziam, não queriam permitir a minha própria estadia no Funchal. Claro que o comício realizou-se, mas à saída do comício esses indivíduos projectaram para cima dos automóveis ovos e tomates. Isso é prova de que é gente rica pois os ovos custam 33 escudos a dúzia e eu posso assegurar que eles atiraram largas dezenas de ovos. Isso prova também a origem social das pessoas que resolveram praticar estes actos.

A população não aderiu de maneira nenhuma, pelo contrário, mas o que é grave são as consequências que isso tem para o Turismo da Madeira. Nós estamos a fazer alguma coisa pelo turismo da Madeira e posso dizê-lo com algum à-vontade que foi graças á amizade que nós socialistas temos, que grandes empresas nórdicas nomeadamente suecas têm estado a levar turistas para a Madeira. A Madeira tem neste momento os hóteis todos cheios de turistas. Gente que está lá, suecos, noruegueses, alemães».

Mário Soares referiu depois os inconvenientes que para o turismo madeirense advém da necessidade de se tomarem medidas de carácter militar por causa de manifestações e contramanifestações já que isso atinge o turismo da Madeira.

O dirigente do P.S. sublinhou ainda ser partidário de que se tomem medidas e reafirmou a necessidade de se defenderem as liberdades, considerando: «Não se trata propriamente do P.S., trata-se dos cidadãos em geral e o que nos interessa é assegurar as liberdades».

NO FUNCHAL

FUNCHAL, 2 —

Por diversas ocasiões, durante a sua estada no Funchal, Mário Soares viria a ser insultado e vaiado, muitas vezes por retornados das ex-colónias, que lhe chamaram «vendilhão de pátrias». Pretendiam os provocadores que Mário Soares tinha vendido Angola. Os ânimos aqueceram, e a Polícia Militar viu-se obrigada a intervir para afastar manifestantes, na sua maioria pêpêdês.

Registe-se que, a determinada altura, os provocadores atiraram ovos podres e a P.M. teve de distribuir algumas cacetadas levando alguns a receber tratamento hospitalar.

. Entretanto, abre o Teatro Municipal. É o começo do comício. Várias centenas de pessoas enchem completamente a sala para assistir à apresentação dos candidatos do Partido Socialista. Dominam as palavras: «Autonomia ao serviço do Povo».

O primeiro orador foi um candidato de Porto Santo (o único desta Ilha) que afirmou a certo passo: «Nós somos anti-separatistas. Queremos estar sempre debaixo da bandeira portuguesa». Fortes aplausos sublinharam as palavras do candidato.

Seguiu-se o candidato Duarte Caldeira: «Nós estamos com o Povo, não com os patrões do Povo». E adiantou: «Conversamos com o Povo sem intérprete, o Povo compreende a nossa fala. Não somos como outros partidos que, quando é preciso responder às perguntas do Povo, fogem com o rabo à seringa».

Monteiro de Aguiar, deputado do P.S. à Constituinte e agora também candidato à Assembleia da República: «O Povo sabe e está consciente da falta de escolas e de estradas». Lembrou depois que o caciquismo se aproveitava do analfabetismo (consequência, afinal, da falta de escolas) para manobrar o Povo.

SURGE CAMPINOS

Jorge Campinos, que antecederia Mário Soares no uso da palavra, «surgiu no palco» para dizer que se havia comovido ao ver muitas crianças descalças, enquanto o pai e a mão tanto trabalham, e tudo lhes tem sido negado por aqueles que agora querem a Independência.

Disse mais adiante o candidato do P.S.: «Os que querem que eu parta, porque não pedem também ao brigadeiro e ao bispo, que não nasceram na Madeira...» (aplausos e alguns apupos).

«Mas descansem» — tranquilizou Jorge Campinos — «que o P.S. não vai pedir a demissão do Presidente do Município de Lisboa, que nasceu na Madeira».

Quando terminou, o candidato tinha consigo a assembleia do Teatro Municipal.

«O P.S. NÃO É COMO O FEIJÃO-FRADE»

Antes da intervenção de Mário Soares, a assistência entoou: «Mário amigo, o Povo está contigo».

O secretário-geral do P.S. começaria por dizer que «O P. S. não é como o feijão-frade, com duas caras, como acontece com outro partido que vota uma coisa na Constituinte e na Madeira diz outra».

Mário Soares dirigiu-se depois aos que acusam o P.S. de ser marxista, como se o marxismo fosse um crime: «O marxismo é uma opção política». Recordando que o marxismo tão-pouco é anti-religioso o líder do P.S. lembrou que quando do «cerco e assalto» à Emissora Católica, quem se ergueu pela Igreja e pela liberdade religiosa foi o P. S. e não o P. P. D..

Mário Soares perguntou depois onde andavam «esses meninos filhos de família dirigente da ANP e que agora defendem a Liberdade», quando em 1942 ele e Salgado Zenha estavam presos. Perguntaria de seguida onde estavam os que se arvoram agora em defensores da Liberdade, quando em 1961, ele e Zenha voltaram a ser presos por se manifestarem contra a guerra colonial. «Convem esclarecer quem lhes paga para nos virem insultar».

«O P.S. vai ganhar — afirmou Mário Soares — e é o único partido que diz que vai governar sozinho. E não há nenhum partido que possa governar sem o P.S.».

O dirigente do P.S. insistiria em que «o P. S. não faz alianças com ninguém» e que «O P. S. vai governar Portugal».

O comício encerrou com a Internacional, seguindo-se o hino nacional.

. À saída do Teatro Municipal, via-se um aparatoso dispositivo de segurança. Ameaçadores, os mais reaccionários levaram a que a Polícia Militar lançasse gases lacrimogéneos, como forma de dispersar os que pareciam apostados em fazer uma «espera» aos candidatos.

Momentos depois, constou que Mário Soares se dirigiria à sede local do Partido Socialista, e um grupo de anti-P.S. passou a rondar o sítio. Só que, a certa altura, saíram das instalações vários militantes do P.S., decididos a acabar com aquilo. Distribuídas algumas cacetadas, terminou a ronda.

Entretanto, um boato posto a circular fazia crer que Mário Soares tinha sido agredido por um elemento do P.P.D. Posta a questão pelo correspondente do «DL», Mário Soares respondeu: «É falso, a não ser que seja considerado agressão levar um assobio ou ser insultado».

Pinheiro de Azevedo com delegações dos partidos do Governo

Delegações dos três principais partidos da cena política portuguesa — P.S., P.P.D. e P.C.P. — estiveram ontem em S. Bento para reunirem separadamente com o primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo. Objectivo das reuniões: tratar de questões respeitantes à estabilidade política considerada factor indispensável ao exercício do Governo e à realização, nas melhores condições, do próximo acto eleitoral.

A primeira reunião foi de manhã entre Pinheiro de Azevedo e uma delegação do P.S. constituída por Mário Sottomayor Cardia e Francisco Marcelo Curto. De tarde, o primeiro-ministro recebeu uma delegação do P. P. D. constituída por Cunha Leal, Amândio de Azevedo e Martelo de Oliveira. A última reunião foi com o P. C. P., que para o efeito enviou o seu secretário-geral, Álvaro Cunhal, com Blaqui Teixeira e José Vitoriano.

Não se sabe se o primeiro-ministro tem intenção de avistar-se com delegações de outros partidos concorrentes para tratar das questões de que os encontros de ontem se ocuparam. Sabe-se no entanto que deverão repetir-se os encontros como os de ontem entre o chefe do Governo e os três partidos com representação no elenco governamental, o que faz supor que o exercício de funções do VI é uma questão com prioridade nas preocupações actuais de Pinheiro de Azevedo.

Sindicato dos Professores

Ao princípio da tarde de hoje, os novos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da zona da grande Lisboa, tomaram posse, condicionada à verificação de contas que terá de ser ainda feita.

Entretanto, em comunicado distribuído à Imprensa, os novos corpos gerentes — da lista D, afecta ao P.S. — reiteram o propósito de efectivar novas eleições daqui a dois meses «para que todos os professores que não puderam votar, o possam fazer».

Na transmissão de poderes, um dos elementos da Comissão Directiva Provisória anunciou estar pronto ainda hoje o relatório das actividades da primeira Direcção do Sindicato, após o 25 de Abril.

Coruche: direita insiste

Continuação da pág. 1

mas sim irão criar-se zonas de conflito entre pequenos e médios seareiros e trabalhadores rurais.

4 — Além disso facilmente se poderá inferir o que representará de negativo a alienação das parcelas mais férteis das U.C.P. para a manutenção do equilíbrio económico das unidades e ainda no que respeita à utilização plena da mão-de-obra dimensionada em relação à área actualmente ocupada. Esta última circunstância, a verificar-se, levará a um subemprego e eventualmente desemprego nas zonas onde agora é inexistente.

5 — Juntamente com este processo de desagregação das U.C.P.s, verificam-se cada vez mais fortes reivindicações por parte dos agrários, do exercício do direito de reserva ainda dentro das U.C.P.s já formadas, o que a verificar-se levaria à sua total destruição e consequentemente ao decréscimo do nível de produção e o aumento de desemprego na região.

6 — A solução correcta do problema já por diversas vezes foi proposta em reuniões com o M.A.P., C.R.R.A.s, sindicatos agrícolas, autoridades militares e governadores civis, tendo em conta o expresso na legislação em vigor e que passa obviamente pela entrega dos 7000 hectares já nacionalizados, mas ainda na mão dos ex-proprietários, a pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais. Deverá acrescentar-se que para a solução do problema dos pequenos e médios seareiros da região serão apenas necessários no máximo 1000 hectares, valor este que representa já um acréscimo de área aquela por eles pretendida.

7 — Chamamos a atenção para o facto especialmente grave de, sem se ouvir as organizações dos trabalhadores, se pretender, ao que consta, utilizar forças militarizadas para intervir, nas U.C.P.s. Ora isto mais não é do que lançar forças armadas contra o povo, contra a lei da Reforma Agrária e contra a essência do processo revolucionário, definida no programa do M.F.A. e acordos fundamentais estabelecidos na base deste programa e que visa a defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas (neste caso trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores) e não os interesses das classes priveligiadas — grandes rendeiros e agrários.

Pergunta-se então:

. Será que o que se pretende é obrigar as F.A. que têm estado ao lado do povo, a actuar agora contra ele?

. Será que com esta actuação se pretende dividir ainda mais as F.A., incluindo o próprio C.R.?

. Nesse sentido apelamos para que se suspendam urgentemente as acções de forças previstas e que se convoque imediatamente uma reunião entre representantes qualificados dos seareiros da zona, representantes dos sindicatos e das ligas, representantes do M.A.P. e elementos do C.R., para uma solução que satisfaça legitimos direitos dos pequenos e médios serareiros e trabalhadores rurais, inteiramente possível e já várias vezes apontada pelos trabalhadores».

Octávio Pato acusa a C.A.P.

. A Confederação dos Agricultores de Portugal (C.A.P.) foi ontem acusada por Octávio Pato, do C.C. do P.C.P., de dar cobertura ao E.L.P. e M.D.L.P.

«A C.A.P. não é somente uma organização ao serviço dos grandes latifundiários e agrários reaccionários. É também uma espécie de capa para encobrir actividades de grupos terroristas e bombistas encabeçados pelo E. L. P. e M.D.L.P.», diria Octávio Pato no decurso de um comício realizado em Salvaterra de Magos.

Octávio Pato denunciaria ainda «as cedências à chantagem do C.A.P.» como servindo objectivamente os interesses da reacção.

«As cedências às pressões e chantagens da reacção, seja onde for e independentemente das formas que assumem, servem objectivamente os interesses da reacção e são mesmo um estímulo à continuação das suas pressões e chantagens», diria aquele destacado membro do P.C.P.